



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERNACIONAL EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO

**DINÂMICA DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ECOLÓGICAS NO
EXTRATIVISMO DO AÇAÍ: O CASO DO MÉDIO RIO PRACUUBA, SÃO
SEBASTIÃO DA BOA VISTA, MARAJÓ (PA)**

Belém – Pará

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERNACIONAL EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO

**DINÂMICA DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ECOLÓGICAS NO
EXTRATIVISMO DO AÇAÍ – MÉDIO RIO PRACUUBA, SÃO SEBASTIÃO DA BOA
VISTA, MARAJÓ (PA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rosa E. Acevedo Marin.

Belém – Pará

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERNACIONAL EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO

**DINÂMICA DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ECOLÓGICAS NO
EXTRATIVISMO DO AÇAÍ – MÉDIO RIO PRACUUBA, SÃO SEBASTIÃO DA BOA
VISTA, MARAJÓ (PA).**

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Profª. Drª. Rosa E. Acevedo Marin
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof Dr. Manoel M. Tourinho
Examinador Externo – UFRA

Profª. Drª. Lígia T. L. Simonian
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

*A meu irmão João Batista, cuja vida
foi interrompida precocemente,
trabalhando nos açaçais.*

AGRADECIMENTOS

Eis meu reconhecimento àqueles que contribuíram para a concretização desta pesquisa.

À professora Rosa Acevedo Marin por ter aceitado a proposta de orientação desta pesquisa.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA) por ter me possibilitado a oportunidade no Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

A todos os professores que, no decorrer deste curso, trouxeram importantes contribuições não só à pesquisa, mas para meu crescimento intelectual.

Ao Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – LAENA, particularmente ao Professor Carlos Romano, pela elaboração dos mapas.

À Capes pela bolsa de estudo que foi fundamental em todas as etapas deste estudo.

A todos os colegas da turma PLADES 2003, em particular à Ana Lídia, pela amizade, e à Geane e Marco Aurélio pela inestimável contribuição nas disciplinas da área de Economia.

À Márcia Pires, cujo afeto e companheirismo, ainda que encarando desafio semelhante, foi de fundamental importância.

À população ribeirinha do médio Rio Pracuúba pela receptividade.

À minha família pela ajuda e estímulo à concretização desta pesquisa.

Enfim, a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a elaboração desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho analisa as transformações no extrativismo do açaí na várzea do médio rio Pracuúba (Marajó, PA), estimuladas pela intensificação da demanda deste fruto pelos mercados locais e extra-locais. Examina, de um lado, as relações socioeconômicas estabelecidas na extração e na comercialização deste fruto, mostrando a coexistência de princípios de mercado ao lado de relações peculiares ao antigo sistema de aviamento, e de outro, as interações da população com os açaizais, através dos diversos sistemas de manejo, adotados por conta da valorização de tais recursos. Assim, mostra-se que a economia do açaí, no plano socioeconômico, é caracterizada por “mudanças” e “continuidades” e na esfera das interações homem/natureza, apresenta-se cada vez mais fortalecida pela intensificação das atividades de manejo.

Palavras-chave: extrativismo do açaí, relações socioeconômicas, princípios de mercado, aviamento, sistemas de manejo.

ABSTRACT

The present study analyses the transformations on açai extrativism along the middle Pracuúba River flood plain (Marajó, PA), stimulated by the fruit demand intensification, involving both local and extra-local markets. It investigate, on one side, the socio-economic relations established in the fruit extraction and commerce besides showing the coexistence of the market principles on the side of the peculiar relations concerning the old “aviamento” system, and on the other side, the population interactions with the açai palm, through the several management systems, an being adopted because of the valorization of such resources. So, the açai palm economics, on the socio-economic plan is being carachterized by “changes” and “continuities”, and on the sphere of the man/environment interactions, a major challenge ahead is to boost the management activities.

Key-word: açai palm extrativism, socio-economic relations, market principles, aviamento, management systems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos:

Gráfico 01: Produção madeireira em São Sebastião da Boa Vista (1984-2001) em (M ³). IBGE.	45
Gráfico 02: Produção de açaí e palmito em São Sebastião da Boa Vista (1984-2001) em (T). IBGE.	46
Gráfico 03: Quantidade de açaí boavistense comercializada em Belém, em 2003 (Latas de 25 kg). SECOM, 2003.....	88
Gráfico 04: Gráfico 04: Concentração fundiária, curva de Lorenz e Coeficiente de Gini – São Sebastião da Boa vista – Pará – 1995/96.	117

Quadros:

Quadro 01: Calendário do extrativismo da borracha no rio Pracuúba. Pesquisa de campo, 2004.	68
Quadro 02: Quadro 02: Distribuição dos imóveis rurais por classe de área – São Sebastião da Boa Vista – Pará – 1995/96.	117

Figuras:

Figura 01: Habitações do médio Pracuúba	49
Figura 02: Os tipos de peconha mais usados no médio Pracuúba.....	96
Figura 03: Tipo de rasa que os pracuubenses acondicionam açaí.....	99
Figura 04: Criança no alto da palmeira, examinando se o cacho de açaí está em condições de ser apanhado.	102
Figura 05: Jovem extrator debulhando o açaí numa rasa de arumã.....	104
Figura 06: Artesã começando a tecer o fundo de uma rasa	114
Figura 07: Calendário da safra do açaí nas principais áreas produtoras no Marajó..	154

Fluxogramas:

Fluxograma 01: Cadeias de comercialização do açaí para o mercado de Belém.....	156
Fluxograma 02: Cadeias de comercialização do açaí para a cidade de Santana.....	159

Mapas:

Mapa 01: Mapa de localização do extrativismo do açaí na bacia do rio Pracuúba..	9
Mapa 02: São Sebastião da Boa Vista na Ilha de Marajó	35

LISTA DE SIGLAS

GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará e Amapá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDESP – Instituto do Desenvolvimento Econômico- Social do Pará

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

SECOM – Secretaria Municipal de Economia

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	03
1.1.1 O processo de obtenção de dados secundários	03
1.1.2 As informações obtidas através da experiência pessoal de trabalho com açaí	06
1.1.3 A pesquisa de campo no médio Pracuúba	08
2 A PROBLEMÁTICA EMPÍRICA E TEÓRICA DA ECONOMIA DO AÇAÍ	13
2.1 EXTRATIVISMO VEGETAL: classificação e breve discussão com a literatura	13
2.2 O AMBIENTE VARZEIRO E O DOMÍNIO DOS AÇAIZAIS	22
2.3 A ECONOMIA DOMÉSTICA NAS VÁRZEAS	26
2.4 A DINÂMICA DA ECONOMIA DO AÇAÍ	29
3 A ECONOMIA LOCAL DO PRODUTO: contextualização histórico-geográfica ..	34
3.1 SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA NA ILHA DE MARAJÓ: aspectos ambientais, históricos e econômicos	34
3.1.1 Emancipação e conjuntura atual do município	38
3.1.2 A economia boavistense e as transformações recentes	42
3.1.3 Médio Pracuúba: o espaço do açaí	47
4 A ECONOMIA AGROEXTRATIVA ANTERIOR A AMPLIAÇÃO DO EXTRATIVISMO DO AÇAÍ NO RIO PRACUÚBA	54
4.1 O CULTIVO DO ARROZ.....	54
4.2 O CULTIVO DA BANANA	59
4.3 O SERINGAL.....	63
4.3.1 A safra da borracha e as atividades no seringal	67
4.4 O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ NA FASE EMBRIONÁRIA	74
4.5 A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROEXTRATIVISTAS	77
4.5.1 A comercialização dos produtos agrícolas	77
4.5.2 A comercialização dos produtos extrativos	81
5 A DINÂMICA DA EXTRAÇÃO DO AÇAÍ, DO MANEJO E DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO MÉDIO PRACUÚBA	87
5.1 A DINÂMICA DAS SAFRAS.....	87
5.2 A ORGANIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO DO AÇAÍ	91
5.2.1 A divisão do trabalho	91
5.2.2 Os meios de produção	95
5.2.3 A coleta dos frutos	99
5.3 O MANEJO DOS AÇAIZAIS.....	105
5.3.1 A afirmação do manejo como atividade necessária	105
5.3.2 A diversidade das práticas de manejo	107
2.4 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	112

6 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA EXTRAÇÃO E NO MANEJO DOS AÇAIZAIS	116
6.1 A APROPRIAÇÃO DOS AÇAIZAIS	116
6.2 AS RELAÇÕES ENTRE “PROPRIETÁRIOS” E “PECONHEIROS”	121
6.2.1 O contrato de “meia”	123
6.2.2 O pagamento das “taxas fixas”	126
6.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MANEJO	129
6.3.1 As relações de troca de “dias”	131
6.3.2 As relações envolvendo a mão-de-obra contratada	133
7 OS AGENTES COMERCIAIS E A CIRCULAÇÃO DO AÇAÍ	138
7.1 UM PANORAMA DOS AGENTES COMERCIAIS LOCAIS	138
7.1.1 Comerciantes sedentários x marreteiros ambulantes	138
7.1.2 Os marreteiros de açaí	142
7.1.3 Os “proprietários” de açaizais	147
7.2 A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ	149
7.2.1 As relações entre “proprietários” e marreteiros de açaí	149
7.2.2 A dinâmica dos canais e fluxos comerciais do açaí.....	153
8 CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS	169

1 INTRODUÇÃO

O açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma palmeira nativa da Amazônia, onde encontra condições pedológicas e climáticas propícias ao seu desenvolvimento. Nesta região, encontra-se distribuído de maneira mais densa na área estuarina, ocorrendo espontaneamente ao longo de rios e igarapés, em forma de touceiras (CALZAVARA, 1972) ou toiceiras¹, que podem possuir até 25 pés, de altura e vigor variados.

Nesta área, homens, mulheres e crianças vêm praticando o extrativismo do açazeiro historicamente. Dentre os diversos produtos passíveis de aproveitamento dessa palmeira destaca-se o fruto, do qual se extrai um suco, conhecido regionalmente como “vinho” de açai (MOURÃO, 2001). Este suco sempre constituiu importante componente alimentar, garantindo secularmente a conservação do açazeiro, visto desta maneira como um recurso fundamental à sobrevivência.

Durante muito tempo, o extrativismo desses frutos direcionou-se predominantemente ao autoconsumo, eventualmente, apenas, voltando-se à comercialização. Devido a este fato, os açazais eram pouco alterados pela ação antrópica, uma vez que a abundância natural desses palmeiras garantia a quantidade de fruto necessária ao atendimento das necessidades existentes. Assim, o manejo dos açazais restringia-se basicamente às “toiceiras” dos quintais, onde os frutos eram coletados preferencialmente.

Esta dinâmica, entretanto, começa a mudar com a progressiva demanda do açai para o mercado, verificada no decorrer das três últimas décadas. Neste período, além das motivações vinculadas historicamente à sua importância alimentar (valor de uso), a extração desse fruto passa a ser determinada cada vez mais por interesses de natureza econômica (valor de troca), decorrentes da ampliação do seu comércio. Perante esta mudança, em diversas áreas do

¹ Esta expressão é usada pela população ribeirinha do Rio Pracuúba. Por esta razão, será privilegiada neste trabalho até porque se refere aos açazais localizados nesse rio.

estuário amazônico, o açaí transforma-se na principal fonte de renda da população ribeirinha que habita essa área, fato que passa a engendrar diversas transformações não apenas nas relações socioeconômicas, mas nas interações dessas populações com o seu meio natural.

No Rio Pracuúba, há pouco mais de duas décadas, a memória social informa que a exploração dos açazais era voltada, em grande parte, ao autocossumo. A extração de açaí para fins comerciais, iniciada a partir de 1940, encontrava-se ainda em estágio pouco desenvolvido e, assim como o extrativismo da borracha e o cultivo do arroz (*Oryza sativa* L.) e da banana (*Musa* sp. div.), que eram as atividades econômicas mais importantes, estruturava-se com base no escambo nas relações de patronagem típicas do sistema de aviamento. Ou seja, além de ocupar um lugar secundário no cenário local, a economia do açaí era pouco monetarizada e se baseava em relações de exclusivismo, devido especialmente ao reduzido número de agentes econômicos interessados na compra desse fruto e a conseqüente falta de concorrência que isso acarretava.

A ampliação dos interesses de mercado sobre esse fruto engendra importantes redefinições nessas relações. Com a modernização do sistema de transporte e o declínio das outras atividades econômicas tradicionais, a extração e a comercialização do açaí tornam-se cada vez mais importantes. Um maior número de trabalhadores passa a se dedicar a essas atividades, uns envolvidos com a extração, outros, com o comércio, a cada ano mais diversificado. Surge, assim, um ambiente no qual a comercialização desse produto passa a se definir progressivamente na esfera da concorrência, em que a liberdade de compra e venda parece cada vez mais imperar.

Por outro lado, refletindo este movimento de valorização do açaí, observam-se também sensíveis transformações nas interações da população ribeirinha com a natureza. O progressivo interesse por esse fruto motiva essa população a intervir cada vez mais na composição florística das áreas inundáveis, com o intuito de favorecer o desenvolvimento e

ampliação dos açazais. Com isto, intensifica-se a remoção de grande parte das espécies arbóreas e do sub-bosque, de sorte que a paisagem se mostra cada vez mais tomada pelos açazais, manifestando formalmente a importância atual desses palmeirais.

Neste contexto, verifica-se que a ampliação dos interesses de mercado estabeleceu importantes redefinições nas relações ecológicas e socioeconômica em torno da economia do açai. Em decorrência deste fato, a questão principal que coloca esta pesquisa é até que ponto essas mudanças romperam com aquelas relações tradicionais verificadas no desenvolvimento inicial dessa economia e como vêm se projetando no âmbito das interações homem/natureza, através da atividade do manejo.

Estes aspectos carecem ainda de uma apreciação mais pormenorizada, sob o risco de se incorrer facilmente em simplificações, como a de que o extrativismo vegetal está prestes a desaparecer do cenário amazônico, por exemplo. Diante de tal importância, infere-se a hipótese de que está em curso no médio Pracuúba um rico processo de transformação, em que se observam “mudanças” e “continuidades”, à luz da influência, cada vez maior, da sociedade de mercado. Processo este que, de maneira alguma, sugere o enfraquecimento, mas o fortalecimento da atividade extrativa do açai, que se desenvolve articuladamente com outras práticas voltadas ao aproveitamento dos demais recursos oferecidos pela flora e pela fauna local.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1.1 O processo de obtenção de dados secundários

O levantamento da literatura, bem como de dados objetivos usados no decorrer do trabalho, iniciou-se desde o início de 2004, quando da elaboração do projeto de pesquisa a partir do qual este trabalho foi elaborado. Este levantamento foi realizado em diversas instituições, as quais são mencionadas a seguir.

a) **Universidade Federal do Pará:** Nesta instituição, efetivaram-se recorrentes incursões tanto na Biblioteca Central quanto na Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Como esses dois arquivos encontram-se conectados por uma rede de computadores, não se encontrou dificuldade na ocasião de localizar os exemplares relativos a temas gerais como “extrativismo”, “várzea”, “manejo”, “açai”, “Marajó”, que são fundamentais para as discussões propostas no trabalho. Todavia, em alguns deles, como no caso do termo “Marajó”, verifica-se que o número de exemplares disponíveis é muito limitado. Mesmo assim, mais da metade das referências citadas foram encontradas nessas duas bibliotecas.

b) **Museu Paraense Emílio Goeldi:** No acervo existente nesta instituição, realizaram-se duas visitas, pois, devido à expressa proibição de reprodução de exemplares do acervo e impossibilidade de emprestá-los, fez-se necessário resumir as partes mais importantes dos compêndios encontrados. Deve-se destacar que nesta biblioteca, encontraram-se quatro obras sobre as estratégias de sobrevivência e exploração do açai na Ilha do Marajó, que foram de grande importância para se ter uma dimensão mais ampla de como esta atividade vem se disseminado nesta Ilha. Isto sem falar numa obra rara sobre esta Ilha que data da década de 1950.

c) **Universidade Federal Rural da Amazônia:** Fez-se somente uma visita à Biblioteca desta instituição. Esta buscando encontrar obras relativas ao aproveitamento das várzeas amazônicas, com ênfase na exploração dos açazais. Ainda que tal expectativa não tenha se concretizado plenamente, foi possível identificar três obras sobre a dinâmica das várzeas flúvio-marinhas, que se mostraram importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Como não existiam restrições quanto à reprodução parcial dessas obras, não foi preciso voltar outras vezes a essa biblioteca, pois o que se encontrou de pertinente foi copiado, através das máquinas copiadoras lá situadas.

d) **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária:** Duas visitas foram feitas à Biblioteca desta instituição. Nestas, procurou-se encontrar exemplares recentes que permitissem visualizar em que estágio se encontra o manejo científico do açaizeiro. Encontraram-se quatro exemplares, sendo um deles bem atual, no qual se verifica a ampla limitação que a pesquisa científica voltada para esta atividade ainda se encontra.

e) **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:** Realizaram-se três incursões à Biblioteca desta instituição, com o objetivo de se encontrar dados de natureza quantitativa sobre a dinâmica da produção madeireira e da produção de derivados do açaizeiro em São Sebastião da Boa Vista, nas últimas décadas. Assim, procedeu-se à consulta sistemática de compêndios relativos à produção extrativa vegetal desde a década de 70 até às publicações feitas em 2001, que são as mais recentes. O resultado disso é apresentado em forma de gráfico no corpo do trabalho.

f) **Secretaria Municipal de Economia de Belém:** A visita a esta Secretaria deveu-se ao fato de que os dados encontrados no IBGE não evidenciam a dinâmica da produção extrativa ao longo do ciclo anual. Por esta razão, buscou-se acessar as informações acerca do movimento comercial de frutos nos portos de Belém. Privilegiando-se o Porto do Açaí, que é o entreposto onde o açaí do Rio Pracuúba é negociado, obtiveram-se os dados relativos à produção de cada mês, o que permitiu a elaboração de um outro gráfico, desta feita, mostrando a produtividade de cada safra em São Sebastião da Boa Vista e, de maneira aproximada, na área de pesquisa.

Deve-se destacar também que, em companhia de outras colegas do curso, buscaram-se informações sobre a situação fundiária na Ilha de Marajó em órgãos como INCRA, ITERPA e GRPU, mas, quando não se esbarrava na burocracia dessas instituições, como nos dois primeiros casos, empacava-se na falta de informações sistematizadas sobre o assunto, o que aconteceu na última tentativa.

1.1.2 As informações obtidas através da experiência pessoal de trabalho com açaí

Foi de grande valia, na realização da pesquisa de campo, nosso longo envolvimento com economia do açaí na área do médio Pracuúba. Desde criança até aos 15 anos de idade tivemos a oportunidade de participar ativamente dessa economia, extraindo e comercializando o produto permanentemente, sendo que, daí em diante, isto continuou, mas apenas de maneira periódica, principalmente nos meses de férias que coincidiam, tanto com a safra do inverno, quanto com a do verão.

Esta proximidade, sem dúvida alguma, contribuiu para que se pudessem identificar, no universo ribeirinho local, aquelas pessoas cuja consulta seria de suma importância para o trabalho, mas que, através da amostragem não foram consultadas, pois residiam em estabelecimentos que terminaram ficando fora da amostra. Isto ficou evidente no caso dos “grandes proprietários”², bem como dos antigos seringueiros, sujeitos que não foram consultados por meio do *survey*, mas das entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas na área.

Além disto, tal proximidade também facilitou o acesso a determinados informantes, cujo intenso envolvimento com a economia do açaí torna o encontro para uma conversa algo tão difícil que é preciso agendá-lo, como no caso dos marreteiros, por exemplo. Acostumados a trabalhar no rio, comprando, vendendo e mandando o açaí para os mercados urbanos, esses agentes comerciais dificilmente são encontrados em casa. Somente quem os conhece pode deixar algum recado ou abordá-los na sua lida diária, buscando reservar alguma hora para uma conversa.

Assim, os laços familiares, bem como as relações de amizade estabelecidas tanto na época em que participava diretamente da extração e comercialização do açaí, quanto mais

² O uso das aspas, neste caso, busca expressar o sentido parcial com o qual o termo proprietário está sendo empregado, pois se refere a agentes (proprietário de açazal) que têm domínio sobre áreas que formalmente são de propriedade exclusiva da União, como as áreas de várzeas, por exemplo.

recentemente, na ocasião das periódicas visitas ao médio Pracuúba, facilitaram não só a identificação, como o acesso a determinados agentes, que forneceram informações de suma importância para o enriquecimento deste trabalho.

Entretanto, nunca é demais destacar que esta familiaridade, no plano eminentemente metodológico, engendra determinadas dificuldades. Isto porque coloca ao pesquisador o desafio de investigar relações sociais nas quais já esteve envolvido e, por conseguinte, já possui visões previamente construídas sobre elas, o que, ao invés de contribuir, tende a gerar interpretações empobrecedoras da realidade investigada, pois permeadas noções preconcebidas.

A consciência desta limitação fez que se adotasse, em primeiro lugar, um posicionamento metodológico pautado na idéia de “estranhamento” do objeto estudado. Com este posicionamento, procurou-se encarar as relações sociais investigadas com certo distanciamento, a fim de manter sobre elas um olhar crítico, essencial para que no decorrer da pesquisa não se tomasse o discurso de determinados agentes sociais como se fossem a verdadeira expressão da realidade, ao invés de submetê-lo a uma análise sistemática e criteriosa.

Em consonância com esse posicionamento, procurou-se disciplinar o “olhar” e o “ouvir” em campo (OLIVEIRA, R., 1996). Com esta estratégia, buscou-se privilegiar aquelas interações, relações e transações especialmente relevantes para a explicação e o entendimento das questões investigadas. Assim, prescindindo dos “ruídos”, bem como dos juízos relativos ao comportamento de determinados agentes sociais locais, como os marreteiros, por exemplo, valorizaram-se apenas os dados e as informações pertinentes obtidos *in loco*.

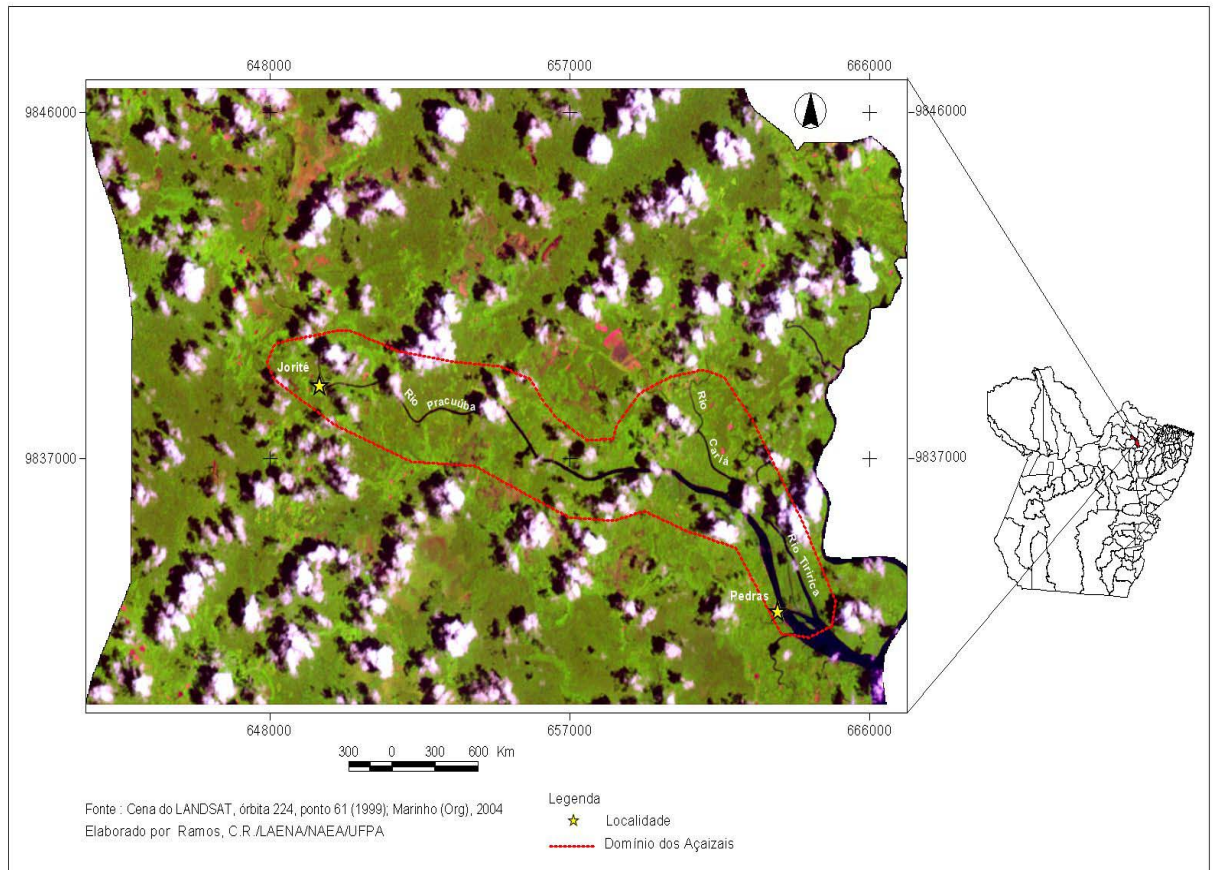
1.1.3 A pesquisa de campo no médio Pracuúba

O Campo de Pesquisa: concebe-se como campo de pesquisa, no âmbito das Ciências Sociais, o recorte que o pesquisador faz em termos espaciais (MINAYO, 1992). Além desse recorte espacial, trata-se do lugar onde convivem os sujeitos de uma determinada história a ser investigada, mediante uma construção teórica que os transforma em objeto a ser estudado (NETO, 1994). A partir dessa construção, “[...] o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (idem, p. 54).

O campo de pesquisa deste trabalho foi à área do médio Rio Pracuúba, que está localizada em São Sebastião da Boa Vista, município situado na Mesorregião de Marajó, mais precisamente na Microrregião dos Furos de Breves, no Estado do Pará. Esse município apresenta um total de 17.664 habitantes, com uma densidade demográfica de 11,2 hab./km², conforme o censo de 2000. Desta população, 7.180 habitantes mora na sede do município – a cidade de Boa Vista, e a maioria, 10.484, reside no interior, onde está localizada a área de pesquisa.

O médio Pracuúba estende-se, grosso modo, do pequeno vilarejo de Pedras até à localidade de Jorité (Mapa 01). Conforme se constatou na ocasião da pesquisa de campo, neste perímetro existem 207 domicílios, sem levar em consideração algumas residências situadas em determinados igarapés, cuja catalogação não foi possível, devido ao acesso limitado. Tendo em vista que os domicílios pracuubenses são habitados geralmente por famílias nucleares, dificilmente constituídas de menos de 5 membros, é possível supor que residem nessa área mais de mil habitantes.

A escolha desta área para a realização da pesquisa deveu-se, basicamente, a dois fatores: o primeiro, relacionado, evidentemente, à inegável importância que o extrativismo do



Mapa 01: Mapa de localização do extrativismo do açaí na bacia do rio Pracuúba.

açaí adquiriu nesta área, nos últimos anos, e as conseqüentes alterações que este fato vem ocasionando no âmbito das relações socioeconômicas e ecológicas locais; e o segundo, porque esta área tornou-se acessível a mim por motivos essencialmente pessoais, tendo em vista que, como já mencionado anteriormente, venho tendo contato com seus habitantes desde muito antes da presente pesquisa, razão pela qual fui sendo instigado a investigar o processo que levou a população ribeirinha a cuidar e a depender dos açazais progressivamente.

A Duração da Pesquisa: a pesquisa de campo, com permanência fixa no médio Pracuúba, durou aproximadamente dois meses. Iniciou-se nos primeiros dias de julho de 2004 e se prolongou até o começo de setembro do mesmo ano. A escolha desses meses foi estratégica, posto que abrangem o auge da maior safra do açaí local, a safra do verão.

Deve-se destacar, entretanto, que no início de 2004, mais precisamente no mês de março, realizou-se um *survey* exploratório nessa área, com o intuito de coletar informações para a elaboração e qualificação do projeto de pesquisa que está na origem deste trabalho. Além disto, em dezembro do mesmo ano, depois de uma sistematização preliminar dos dados coletados, voltou-se novamente à área de estudo, desta feita para entrevistar alguns agentes, cuja experiência no cultivo do arroz, da banana e na extração da seringa seria fundamental para a caracterização dessas atividades que prevaleceram antes do extrativismo do açaí.

O Trabalho de Campo: a estada no médio Pracuúba não apresentou dificuldade quanto à residência. Como temos afins que residem na área, ficamos na casa de um deles, onde, inevitavelmente, aproveitávamos para observar e, às vezes, até “participar” da extração do açaí, que era negociado diariamente com os marreteiros que, de vez em quando, paravam no porto da residência, oferecendo os mais variados tipos de mercadoria e, geralmente, encomendando e comprando açaí.

Como inexistiam dados acerca do número de domicílios (e de famílias), buscou-se contabilizar, no início de julho, as casas existentes no perímetro que se pretendia pesquisar,

obtendo como resultado 207 habitações. De posse deste dado inicial, procedeu-se à aplicação de questionários, tomando uma em cada 10 casas ao longo do rio, visando à obtenção de informações de caráter quantitativo, como a produtividade e a extensão das “propriedades”, a fim de que melhor se pudesse qualificar as categorias de “proprietários” e de sem-terra locais.

A execução deste procedimento, entretanto, apresentou certa dificuldade. Esta decorria, basicamente, da especificidade da extração do açaí. Como se trata de uma atividade que envolve amplamente a mão-de-obra familiar, inútil era tentar aplicar os questionários pela manhã, ocasião em que a extração do açaí ocorre preferencialmente. Assim, restavam apenas as tardes, turno em que existia maior possibilidade de se estabelecer contato com aquelas pessoas que praticam efetivamente a extração. Por isto, esta etapa foi lenta e se estendeu até o início de agosto.

Todavia, este procedimento amostral, além de não permitir a obtenção de informações qualitativas, fundamentais ao desenvolvimento do trabalho, inviabilizou também o contato com os três maiores “proprietários” de açazais locais, que ficaram fora da amostra. Assim, selecionei para as entrevistas semi-estruturadas, além dessas famílias, mais 9, cuja situação permitia situá-las como agrupamentos familiares de “pequenos” e de “médios proprietários”. Isto com o objetivo de obter informações qualitativas das relações ecológicas e socioeconômicas desencadeadas por cada um desses estratos.

Assim, no começo de agosto, deu-se início as entrevistas. Mas estas logo foram interrompidas. Um problema no gravador que havíamos levado dificultou a execução das entrevistas, pois se tornava difícil acompanhar e registrar as informações fornecidas pelos entrevistados, anotando manualmente. Diante deste imprevisto, foi necessário deslocar-se a Belém, visto que nem mesmo na cidade de Boa Vista se encontrou aparelho semelhante.

A viagem para Belém, mesmo não estando prevista, transformou-se numa rica experiência. Nesta viagem, que se estendeu por três dias, foi possível observar concretamente diversas relações e interações estabelecidas entre os marreteiros de açaí e deles com alguns “donos” de açazais, embora a embarcação (B/M Jesus de Nazaré), na baixada, não viesse fazendo muitos encostos na beirada, além das casas dos “freteiros”.

Quando voltamos ao campo, no dia 7 de agosto, finalmente pode-se dar andamento às entrevistas. Nestas, buscou-se privilegiar o contato com os extratores adultos, geralmente chefes de família, que há bastante tempo já trabalham com açaí. Isto, entretanto, não significa que as mulheres e as crianças deixaram de ser ouvidas. Pelo contrário, como desempenham papel fundamental no processo de extração, procurou-se, também, na medida do possível, registrar as informações oferecidas por essa parte da mão-de-obra que atua nos açazais. Este contato se dava comumente quando se ficava esperando o chefe da família chegar do mato.

Na execução deste procedimento, mais do que na aplicação dos questionários, encontraram-se dificuldades para se estabelecer os contatos. Tive que me adequar à disponibilidade de tempo dos informantes, o que sempre exigia um acerto prévio, visto que, alguns deles, sobretudo os “grandes proprietários”, são muito ocupados. Neste caso, inclusive, tive que recorrer à inestimável ajuda de parentes radicados na área, cujas relações mais próximas permitiram-me realizar as entrevistas, sobretudo com aqueles que são considerados os “senhores do açaí”, por assim dizer.

Além dos questionários e da realização das entrevistas semi-estruturadas, lançou-se mão, naturalmente, da observação participante. Tendo experiência na extração do açaí, intentou-se, de vez em quando, exercitar as habilidades de “peconheiro”, sobretudo pela manhã quando geralmente ficava em casa. Todavia, essa “participação” foi limitada, porque o extrativo do açaí é desgastante, sobretudo para quem não está acostumado a praticá-lo frequentemente, ou seja, não está bem preparado fisicamente.

2 A PROBLEMÁTICA EMPÍRICA E TEÓRICA DA ECONOMIA DO AÇAÍ

2.1 EXTRATIVISMO VEGETAL: classificação e breve discussão com a literatura

As abordagens do extrativismo vegetal na Amazônia, quanto à maneira de extração dos recursos, não enceram maiores controvérsias. Quanto à sua viabilidade ambiental e socioeconômica, entretanto, não se pode dizer o mesmo. Neste plano, especialmente nos últimos 20 anos, vêm se destacando interpretações que apontam não apenas a insustentabilidade econômica, mas o próprio fim da atividade extrativa na Amazônia (BENCHIMOL, 1992; HOMMA, 1992; AMIN, 1997). Todavia, estudos desenvolvidos sobre a extração do açaí, por exemplo, indicam que as recentes mudanças no âmbito das relações ecológicas e socioeconômicas apontam muito mais o fortalecimento do que o declínio desta atividade. Assim, embora exista consenso em relação à classificação da atividade extrativa, a discussão a respeito da sua persistência e viabilidade é polêmica, merecendo, portanto, uma apreciação.

Na classificação básica desta atividade, um dos processos de obtenção de recurso que se destaca é a coleta. Neste processo, a extração é fundamentada na coleta de produtos, mantendo a integridade da planta-matriz geradora do recurso. Nesta modalidade de extração, desde que a taxa de regeneração supere a taxa de extração, o extrativismo asseguraria uma extração *ad infinitum* (HOMMA, 1992; ALLEGRETTI, 1994). Como exemplos podem ser destacados o extrativismo da seringueira, da castanha-do-pará e do açaí.

O outro processo de extração florestal que se verifica na Amazônia ocorre através do aniquilamento ou depredação. Neste caso, a obtenção do recurso extrativo implica na extinção da fonte, ou quando a velocidade de regeneração da fonte for inferior à capacidade de extração (HOMMA, 1992; ALLEGRETTI, 1994). A intensificação desse processo pode colocar em risco a sobrevivência da espécie, levando até mesmo à sua extinção. Os exemplos

clássicos desta modalidade extrativa são a extração da madeira, de essências, como a de pau-de-rosa, e de palmito.

Todavia, conforme esses autores, existem algumas espécies em que a extração pode se dar tanto por aniquilamento, quanto por coleta, dependendo do recurso que se pretenda extrair. O exemplo mais conhecido ocorre na exploração do açazeiro, palmeira da qual se pode obter o fruto, através do processo de coleta, e o palmito, por meio do aniquilamento. Nesse sentido, deve-se ter em conta que a intensificação da extração por aniquilamento pode reduzir drasticamente a coleta, pois a planta-matriz é sacrificada. Isto, entretanto, será apreciado com mais clareza subseqüentemente. Antes é necessário avaliar, mesmo que de maneira sucinta, algumas interpretações que apontam à inviabilidade e o fim do extrativismo na Amazônia.

Dentre os trabalhos mais recentes que compartilham este ponto de vista, destacam-se aqueles elaborados pelos economistas Samuel Benchimol (1992) e Mário Amim (1997) e pelo engenheiro agrônomo e especialista em economia rural Alfredo Kingo O. Homma (1992). Em seus estudos, esses autores procuram mostrar que a persistência da atividade extrativa constitui um dos grandes males que não só obstaculiza o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, como também gera e reproduz a pobreza, pois, além de não estimular a modernização dos processos produtivos, suscita relações socioeconômicas injustas.

Assim, em seu artigo “Amazônia Interior: apologia e holocausto”, Benchimol se refere ao desenvolvimento do extrativismo vegetal nesta região, nos seguintes termos:

O extrativismo, tal como vem sendo praticado na Amazônia desde longa data, constitui uma atividade primária que só pode sobreviver quando o produto coletado possui um alto valor por unidade extraída. Isto para poder superar os altos custos da coleta, extração, distância e transporte que somente se viabilizam quando o monopólio naturalístico do produto consegue manter preços que superem essas enormes desvantagens locacionais [...] Isto sem falar no enorme custo social que acarreta para o trabalhador viver isolado no meio da floresta [...] Tais atividades geram um regime de exploração quando não de servidão e completo desamparo e desassistência... (BENCHIMOL, 1992, p.234-235).

Perante a abordagem deste autor, observa-se que o extrativismo é descrito como uma atividade que não apresenta nenhum atributo, cuja importância pudesse ainda justificar sua manutenção na Amazônia. Nesta perspectiva, além de frágil economicamente, o extrativismo é concebido como uma atividade primitiva, de elevado custo social, e baseado em relações socioeconômicas desiguais, que desembocam até na imobilização da força de trabalho. Isto tudo em um ambiente abandonado pelo poder público, onde o extrator encontra-se isolado, à mercê dos perigos da natureza e da ação de agentes econômicos oportunistas e opressores. Devido a esses aspectos, para esse autor, a continuação desta atividade atende apenas os anseios das autoridades dos países ricos e de pseudo cientistas que, por interesse e desconhecimento da realidade do extrativismo na Amazônia, respectivamente, defendem a manutenção e o incremento dessa atividade.

Segundo Benchimol (1992, p. 235), a possibilidade deste tipo de extrativismo tornar-se viável passa obrigatoriamente por uma “[...] transformação tecnológica, agro-silvicultora, sistemas multidimensionais e altamente sofisticados de extração de fármacos, fibras, essências, óleos, frutas, flores, raízes, madeiras, pássaros e animais [...]”. Ou seja, é preciso superar as formas de extração atual, vistas como primitivas e muito dependentes da natureza, para se instalar um modelo florestal mais racional, menos dependente dos processos naturais e mais aptos a corresponder às exigências de mercado. Enquanto esta transformação não ocorrer, para ele, o vale amazônico permanecerá mergulhado na estagnação, pois o extrativismo tradicional ao invés de romper com a pobreza e o atraso os reproduz e conserva.

Discutindo a dinâmica da economia paraense, Amin (1997) compartilha deste mesmo ponto de vista. Em seu artigo “O Extrativismo como Fator de Empobrecimento da Economia do Estado do Pará”, esse autor afirma que a ênfase colocada historicamente nesse processo produtivo impediu que se gerasse capital suficiente para ser aplicado em outros setores,

aspecto este que inviabilizou completamente o desenvolvimento econômico do Estado. A explicação deste fato reside na fragilidade da economia extrativa.

Os produtos extrativistas, que dependem em grande parte das condições do mercado, passam, geralmente, por ciclo de grande crescimento e de quedas significativas em suas exportações. A concorrência dos sintéticos e da produção organizada em outros países exerce uma pressão muito forte nos níveis dos preços provocando, como consequência, não só uma queda na renda da população como, também, uma total decadência da economia regional [...] (AMIN, 1997, p. 179).

Devido a esta dinâmica, o funcionamento da economia extrativa pode ser entendido através das relações existentes no “círculo vicioso da pobreza”, que podem ser descritas da seguinte forma:

Do lado da oferta, há pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível de renda real. A renda real baixa é o reflexo da baixa produtividade, que, por sua vez, é devida em grande parte à falta de capital. A falta de capital é resultante da pequena capacidade de poupar e, assim, o círculo se completa [...] Do lado da procura, pode o estímulo para investir ser baixo em virtude do pequeno poder de compra da população, consequência da reduzida renda real, o que também ocorrem por causa da baixa produtividade. Entretanto, o baixo nível de produtividade é consequência do modesto montante de capital aplicado na produção, que pode ser, por sua vez, usado ao menos parcialmente, pelo pequeno estímulo a investir [...] O ponto comum em ambos os círculos é o baixo nível de renda real, refletindo a baixa produtividade [...] (NURSKE apud AMIN, 1997, p.180).

Nesta perspectiva, o extrativismo é visto como uma atividade instável, que se reproduz alternando ciclos prósperos e ciclos de estagnação econômica, motivo pelo qual é incapaz de superar suas próprias limitações. Em outras palavras, isto significa que a atividade extrativa é incapaz de engendrar saltos de qualidade, capazes de romper com as relações peculiares ao “círculo vicioso da pobreza” que obstruem um verdadeiro processo de desenvolvimento que, para o autor, denota a instauração de uma economia de mercado plena.

O estabelecimento deste ambiente, seria possível apenas quando se deixasse de privilegiar a economia extrativista, entenda-se neste caso, mineral, animal e vegetal, e se passasse a incentivar o setor agrícola. Não aquele de subsistência, chamado pelo autor de “agricultura extrativista”, mas um setor agrícola moderno e competitivo capaz de gerar capital suficiente para ser aplicado em outros setores interdependentes. Segundo Amin (1997, p.

192), “[...] contrário ao que se pensa e se divulga, a agricultura é o único setor de uma economia que pode detonar um verdadeiro desenvolvimento econômico e social de uma região [...]”.

O trabalho de Homma (1992), por sua vez, embora compartilhe do ponto de vista dos economistas a respeito da atividade extrativa, apresenta uma análise mais detalhada da evolução e do declínio dessa atividade. De acordo com este autor, o processo de extração dos recursos florestais na Amazônia apresenta quatro fases:

Na primeira fase, a de expansão, observa-se franco crescimento da extração, favorecida pela existência de melhores reservas ou pela posição monopolística que caracteriza o mercado do recurso [...] A fase de estabilização representa um equilíbrio entre a oferta e a demanda perto da capacidade máxima de extração. Nesta fase, os extratores fazem todo esforço para manter a produção atingida, mesmo a despeito da elevação dos custos unitários para atender aos compromissos do mercado criado [...] Política de estímulo à produção racional ou medidas protecionistas para o setor extrativo podem ser adotadas [...] A fase de declínio, causada pela redução dos recursos e pelos aumentos nos custos de extração, leva à queda paulatina de sua extração [...] A fase de plantio domesticado começa a esboçar durante a fase de estabilização, desde que as disponibilidades tecnológicas para a domesticação, inexistência de substitutos (naturais e sintéticos) e a existência de preços favoráveis criem condições para o plantio (HOMMA, 1992, p. 167-68).

Para Homma, essas fases sucedem com produtos obtidos tanto através do processo de extração por aniquilamento, no qual a elevação da demanda acarreta a redução drástica ou a extinção do recurso, quanto na extração por coleta, em que as reservas naturais também não conseguem responder à ampliação da demanda, a médio e longo prazo, o que conduz, nos dois casos, à domesticação ou à produção de produtos sintéticos similares. Neste sentido, a decadência do extrativismo na Amazônia emana da sua própria incapacidade de compatibilizar variáveis biológicas e econômicas, na medida em que o que é ideal para uma não é para a outra e vice-versa.

Nesta região, este autor elenca ainda outros fatores que tendem a enfraquecer progressivamente a atividade extrativa. Dentre eles, destacam-se o crescimento populacional e

a expansão da fronteira agrícola, ambos impulsionados a partir da década de 1950, com o início da abertura dos eixos viários.

[...] a expansão da fronteira agrícola antagoniza com a atividade extrativista. Uma vez que essa expansão necessita de substituição de cobertura vegetal, ela destrói a base de sustentação do extrativismo. Com exceção daquelas atividades extrativas que acompanham a expansão da fronteira agrícola, como a madeira, essa complementaridade perdura, em curto prazo, para determinada área espacial. O acesso aos recursos extrativos vegetais, proporcionado pela abertura das estradas, tem também curta duração em virtude da rapidez da expansão da fronteira agrícola (HOMMA, 1992, p. 192).

Neste sentido, a economia extrativa na Amazônia estaria fragilizada por fatores de naturezas diferenciadas. Uns derivados da incapacidade dos estoques naturais de recurso em atender o crescimento da demanda, chamados de “fatores endógenos”. E outros decorrentes da pressão e redução dos estoques de recursos encontrados na natureza, denominados de “fatores exógenos”. Assim, tomando-se como referência essa análise, chega-se à conclusão de que, além de insustentável econômico e socialmente, o extrativismo vegetal está prestes a desaparecer do cenário amazônico, tendo em vista a expansão de outras atividades incompatíveis com a sua manutenção.

Uma análise dessas abordagens, entretanto, permite identificar pelo menos três características, cuja apreciação põe em foco as limitações que perpassam essas abordagens. Em primeiro lugar, deve-se destacar a importância que elas conferem direta ou indiretamente à noção de “ciclo econômico”. Tanto em Benchimol, quanto nos estudos de Amin e Homma, o extrativismo é concebido como uma atividade que se desenvolve de maneira cíclica, sempre partindo da exploração de recursos naturais intocáveis até o momento em que esses recursos se exaurem ou deixam de atender à crescente demanda do mercado, ocasião em que a domesticação e/ou a produção de substitutos sintéticos determinam o fim do ciclo. Isto independentemente do recurso e da forma como ele é explorado.

Entretanto, a utilização da noção de “ciclo econômico” para abordar a dinâmica do extrativismo na Amazônia tem sido questionada. Conforme Oliveira Filho (1979, p. 102), o

grande problema dos esquemas interpretativos que empregam essa noção reside no fato de que esta tem funcionado como “[...] *mecanismo de filtragem e incorporação de fatos a uma forma pré-definida* [...]”, deixando de lado sistematicamente aquelas considerações relativas a fenômenos que possam pôr em questão seu poder explicativo. Por conseguinte, esses trabalhos desvalorizam as formas produtivas que antecedem e que sucedem o surto econômico do recurso, como se este estivesse intocado anteriormente à sua extração em larga escala e deixasse de ser explorado depois desta fase.

Para questionar essas abordagens, Oliveira Filho (1979) chama a atenção para o fato de que o extrativismo da borracha, antes do seu apogeu, já se desenvolvia juntamente com outras atividades econômicas, como a agricultura de subsistência, a criação e outras formas de extração vegetal e animal, na mesma unidade produtiva, onde prevalecia a mesma rede de financiamento e comercialização, que ele denomina de “seringal caboclo” em contraste ao “seringal do apogeu”. Por outro lado, Wolff (1999) assegura que mesmo depois da crise, a produção da borracha não parou nos seringais do rio Juruá, onde continuou a existir seringueiros, patrões, fiscais e comércio de borracha e mercadorias, embora aquele produto não pudesse ser mais o único do trabalho do seringueiro devido à queda do preço. Neste sentido, as abordagens dos seringais na ótica dos ciclos mostram-se parciais, pois desprezam esses fatos, sobrepondo-se à realidade da exploração da borracha na Amazônia.

Uma segunda característica peculiar às interpretações do extrativismo anteriormente apresentadas refere-se à utilização das categorias de análise da economia tradicional (neoclássica), como produto e mercado, investimento e poupança, oferta e demanda. Nessas abordagens, esses conceitos são tomados como se fossem de aplicação universal, não havendo nenhuma preocupação no sentido de apreender as especificidades econômicas, sociais e culturais da Amazônia (OLIVEIRA FILHO, 1979). Apenas tomam-se os agentes envolvidos no extrativismo como se fossem atores econômicos racionais, cujas práticas seriam

determinadas apenas pelos interesses de lucro, sem nenhuma interferência das particularidades econômicas e sócio-culturais regionais.

Em decorrência deste aspecto, no caso da Amazônia, o poder heurístico dessas abordagens deve ser tomado com bastante cautela. Isto porque se estruturam com base em um instrumental analítico que, até mesmo em nível “macro”, deve ser reajustado para preservar sua capacidade de explicação (idem), aplicado a uma realidade em que a intervenção das populações tradicionais nos ecossistemas é influenciada não apenas pelos ciclos naturais e por racionalidade particulares, mas por valores, símbolos, crenças e mitos (REGO, 1999). Tendo em vista esse fato, o tratamento eminentemente economicista mostra-se incapaz de apreender a complexidade da atividade extrativa, gerando interpretações estéreis e, conseqüentemente, descoladas da realidade concreta onde essa atividade se processa.

Por fim, é importante destacar que o conceito de extrativismo que serve de base às interpretações que prevêm o seu fim na Amazônia restringe-se apenas à coleta de produtos naturais com produtividade baixa ou declinante. Devido a este aspecto, estas abordagens encontram-se ainda presas ao dilema ‘extrativismo puro’ ou ‘domesticação’, motivo pelo qual qualquer atividade de cultivo, criação ou beneficiamento da produção, mesmo que dentro de um sistema produtivo e um modo de vida extrativos não constituem mais extrativismo, mas domesticação (REGO, 1999). É com base neste ponto de vista, e após um tratamento eminentemente economicista, que se aponta a insustentabilidade e o fim da economia extrativa na Amazônia.

Todavia, nesta região, especialmente na esfera do extrativismo vegetal, a aplicação do conceito de ‘extrativismo puro’ é indevida. Primeiramente porque este conceito restringe-se ao aproveitamento dos estoques de recursos primitivos, sem a intervenção racional para ampliá-los (idem). No caso da floresta amazônica, entretanto, é sabido que grupos primitivos contribuíram para sua própria biodiversidade, introduzindo espécies nativas e exóticas e

praticando formas de manejo tradicionais que favoreciam o desenvolvimento das espécies úteis em detrimento das demais (DIEGUES, 1996; BALEE, 1993). Neste contexto, a opção pelo uso do conceito de ‘extrativismo puro’ no estudo da extração vegetal na Amazônia conduz a interpretações enganosas, posto que a floresta desta região já vem sofrendo intervenção humana há milênios.

Além do mais, a exploração econômica dos ecossistemas da Amazônia ocorre de maneira integrada. Nesses ecossistemas, a especificidade na exploração dos recursos renováveis reside não apenas no uso imediato (coleta de recursos animais e vegetais), mas nos usos mediatos (cultivos, criações e beneficiamento da produção), implementados, cada vez mais, por produtores extrativistas autônomos ou organizados e dentro dos valores e crenças das sociedades que habitam esses ecossistemas (NETO, 1997; REGO, 1999). Deste modo, a apreensão do extrativismo pressupõe não a abstração, como sugere o conceito de “extrativismo puro”, mas a sua inclusão em um universo, onde a interação homem/natureza gera conhecimento empírico e simbólico capaz de orientar os diversos sistemas de manejo das populações tradicionais.

É com base nessas considerações que vem se propondo o conceito de neoextrativismo. Este entendido como um ambiente social específico, em simbiose e equilíbrio com a natureza, determinado mais pelo universo cultural do que pelas demais instâncias sociais. O que significa dizer que o cultivo, a criação, o artesanato e a agroindústria são extrativistas desde que não sejam conflitantes com os valores, crenças e conhecimentos das populações tradicionais e com seu meio ambiente. Com base nessa proposição, mais ampla no sentido econômico, porém sobredeterminada pelo “olhar” da população sobre seu ambiente (idem), é que se deve abordar a dinâmica atual da extração vegetal na Amazônia, caracterizada, cada vez mais, pela “autonomia” dos produtores e pela intensificação do manejo no sentido de ampliar a oferta dos recursos explorados.

Este ponto de vista se impõe mediante a incapacidade de se apreender essas mudanças e especificidades do extrativismo através das abordagens anteriormente apreciadas. O fim desta atividade, anunciado nessas abordagens, só se sustenta mediante a aplicação de um instrumental analítico e conceitual inadequados, o que contribui mais para obscurecer do que para compreender a dinâmica extrativa na Amazônia (ibidem). A apreensão desta dinâmica pressupõe, ao invés da abstração, sua inclusão numa perspectiva totalizante, em que não apenas a dimensão econômica, mas os costumes, as crenças e os valores originam visões e práticas diversas sobre os recursos florestais.

2.2 O AMBIENTE VARZEIRO E O DOMÍNIO DOS AÇAIZAIS

As várzeas, de modo geral, constituem unidades espaciais inundadas pelo transbordamento lateral de rios ou lagos e/ou por precipitação direta (JUNK, 1983; CÂMARA; MCGRATH, 1995). No médio e baixo curso do rio Amazonas, até basicamente a confluência com o Xingu, onde as marés começam a inverter a correnteza, as várzeas constituem um sistema complexo de ilhas, diques marginais, furos e paranás, que variam de aspecto conforme o nível da água (JUNK, 1983). De acordo com este autor, o turista que visitar essas várzeas durante a seca não as reconhecerá durante a cheia e vice-versa, uma vez que as oscilações anuais do nível da água modificam profundamente a paisagem. Esta profunda modificação ocorre porque a inundação dessas áreas não é um processo gradual que se verifica o ano todo, mas apenas em determinado período, no qual a intensificação das chuvas promove o transbordamento de lagos, rios e igarapés.

Nas várzeas localizadas no delta deste rio, bem como em toda área subjacente denominada de estuário amazônico, o regime de inundação é diferente. Aqui, este regime é comandado pelos movimentos das marés. Por isto, a inundação pode ocorrer diariamente, de

acordo com os fluxos (enchentes) e refluxos (vazantes) das águas de rios e igarapés, influenciados indiretamente pelo movimento do mar, que é determinado pelas atrações que a Lua e o Sol exercem sobre a terra (LIMA; TOURINHO; COSTA, 2001). Devido a este aspecto, no decorrer do ano, a paisagem dessas áreas não se altera radicalmente à maneira daquelas onde o regime de inundação é determinado fortemente pelas precipitações.

A variação na dinâmica desses regimes enseja, evidentemente, condições ambientais peculiares, nas quais eles não apenas determinam a sedimentação, mas influenciam diretamente o ciclo vital de plantas e animais que habitam essas áreas inundáveis. Nas “várzeas de maré”, cuja abordagem interessa mais de perto a este trabalho, por exemplo, o regime hidrográfico interfere na estrutura topográfica e na composição florística permanentemente, embora isso passe imperceptível.

Nessas várzeas, a sedimentação é um processo contínuo, ocorrendo especialmente nas marés de sizíguas e de equinócio, principalmente na última etapa das enchentes e na preamar, momento no qual a maré cessa por 7 minutos, antes de vaziar. De inverno, este processo é menos intenso, pois no baixo curso dos rios a água é nitidamente barrenta até 50 ou 60 km, daí, mesmo na enchente, a água barrenta apenas tufa, mas não consegue adentrar os riachos e igarapés. Na estação seca, entretanto, com a redução do volume das chuvas, essa água rica em sedimentos avança rio acima (LIMA; TOURINHO, 1994), intensificando a sedimentação naquelas áreas até então inundadas apenas por águas escuras, pobres em detritos e nutrientes.

A recorrência anual desse processo gera leves desníveis no relevo dessas áreas. Isto ocorre porque ao invadir as várzeas, a água deposita os detritos maiores e, por isso, mais pesados, logo às proximidades das margens do rio, enquanto que as partículas minerais finíssimas e as substâncias mais leves são transportadas para pontos mais distantes das margens. Este fato origina o aparecimento de três faixas com suaves desníveis altimétricos, denominadas de várzea alta, várzea baixa e igapó (LIMA; TOURINHO; COSTA, 2001).

Partindo-se da margem dos rios para o interior, a primeira faixa que se encontra, geralmente, é a várzea alta. Esta faixa é onde as partículas mais pesadas são depositadas. Ela seca no verão e só é inundada durante as marés de equinócio. Logo a seguir vem a várzea baixa. Aqui, o terreno permanece umedecido ou alagado parcialmente durante quase todo ano, sobretudo pelas marés de sizígias e/ou pelas chuvas, adquirindo alguma consistência apenas no verão. A última faixa inundada é o igapó que, devido às cotas tão baixas, permanece constantemente alagado, sobretudo pela água das chuvas, que escoam da terra firme, unidade situada logo a seguir e que não sofre inundações (idem).

Ainda assim, nem sempre a faixa marginal dos cursos d'água constitui a várzea alta. Existem variações locais, tal como ao sul dos Furos de Breves, na ilha de Marajó, onde a diferença entre o nível médio das águas e a superfície das ilhas é mínima, de sorte que as faixas marginais permanecem alagadas no inverno e permanentemente encharcadas no verão (op.cit.). Este é o caso, aliás, das áreas inundáveis do Rio Pracuúba, afluente da margem esquerda do rio Pará. Naquele rio, as faixas mais próximas das margens são extensas várzeas baixas que, só de vez em quando, apresentam faixas mais elevadas até atingir os igapós.

Devido a esses desníveis topográficos e aos fatores edáficos iminentes, a vegetação encontrada nas várzeas estuarinas apresenta variações em sua composição botânica. A mata das várzeas altas, por exemplo, caracteriza-se por apresentar a maior diversidade de espécies. Nesta faixa, destacam-se a seringueira (*Hevea brasiliensis*), a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), a pracuúba (*Mora paraensis* Ducke), a samaúma (*Ceiba pentandra* Gaertn), e o taperebazeiro (*Spondias mombin* Jacq.), entre outras espécies arbóreas. Aqui, não existe predominância das palmeiras, embora os açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.), em condições naturais, ocorram esparsamente.

Nos igapós, por sua vez, devido às condições peculiares do terreno, existe maior freqüência das palmeiras. Destacam-se, entre elas, principalmente as formações de açazeiros,

não obstante a presença de seringueiras, buritizeiros ou miritizeiros (*Mauritia flexuosa* L.), bussuzeiros (*Manicaria saccifera* Gaertn.), mututizeiros (*Pterocarpus amazonica* Huber.), e ananizeiros (*Symphonia globulifera* L.). Muitos desses vegetais são pneumatóforos e apresentam raízes em forma de sapopemas, característica esta importante para fixá-las ao solo.

A cobertura vegetal da várzea baixa caracteriza-se por apresentar uma formação botânica mista. Isto é, encontram-se associados nesta faixa tanto exemplares de mata de igapó, quanto da mata de várzea alta (LIMA; TOURINHO; COSTA, 2001). Todavia, em diversas partes das várzeas do estuário amazônico, devido à ação antrópica, esse domínio vem sendo cada vez mais tomado pelo açazeiro, palmeira cuja importância econômica vem aumentando progressivamente nas últimas décadas (TSUCHIYA; HIRAOKA; SILVA, 1997; BAHRI, 2000). Este processo, aliás, encontra-se em estágio bastante avançado nas margens do Rio Pracuúba, fato que vem culminando também com o empobrecimento da biodiversidade e o pleno domínio dos açazais na paisagem ribeirinha local.

Neste contexto, é importante enfatizar que o domínio das várzeas amazônicas onde se localizam os açazais não é caracterizado por longos períodos de cheias e estiagem. Pelo contrário, as áreas onde esses palmeirais ocorrem com maior frequência são inundadas anualmente pelas marés. Devido a este fato, é possível afirmar que a população ribeirinha que depende em grande parte da extração do açaí para sobreviver não altera suas atividades econômicas de acordo com o calendário de subida e descida das águas, mas, sobretudo, conforme a dinâmica das safras e entressafras desse fruto. Que se veja, portanto, como esta dinâmica reflete-se no âmbito da economia doméstica dessas populações.

2.3 A ECONOMIA DOMÉSTICA NAS VÁRZEAS

A economia doméstica tem a ver com a família e seu meio ambiente (MARQUES, 1993). Refere-se, neste sentido, à produção, à renda e ao consumo das unidades domésticas engendrados a partir de condições ambientais e socioeconômicas existentes em um determinado meio. Nas várzeas amazônicas, como evidencia a literatura pertinente, essa economia apresenta nuances particulares, em sintonia com o regime das inundações e das safras, bem com a dinâmica das relações comerciais predominantes.

No caso das várzeas em que o regime hidrográfico alterna longos períodos de cheias e estiagens, verifica-se que as condições de sobrevivência são bastante afetadas. Nas várzeas de Santarém, por exemplo, Gentil (1988) evidencia que o período de subida das águas caracteriza-se pela escassez de alimentos, motivo pelo qual os habitantes locais desenvolvem diferentes métodos de conservação e armazenamento de alimentos, como guardar, no sótão ou sobre estacas bem acima do solo, milho, peixe assado, peixe-boi e carne seca. Tudo porque a elevação do volume d'água nos lagos, enseja a dispersão dos peixes, prejudicando sensivelmente a pesca.

Na época da estiagem, entretanto, esta situação se altera. A vazante das águas favorece a pesca, bem como a obtenção de outros alimentos como aves, ovos de tartaruga e frutas. Esta é a época da fartura, na qual também se desenvolve o cultivo do milho, da mandioca e da juta, que era, naquele momento, a principal atividade econômica (GENTIL, 1988). Ou seja, o regime das cheias e das vazantes influencia as condições de vida da população que habita a várzea, interferindo não só na oferta de alimentos, mas também no desenvolvimento das atividades econômicas.

O estudo de Lima (2002), na várzea de Mamirauá, também evidencia esses aspectos. Analisando a variação de renda entre os domicílios das comunidades locais, esta autora

mostra que, em longo prazo, esta variação relaciona-se com o estágio de vida da família, que está vinculado ao número e à idade dos componentes aptos ao trabalho, bem como à quantidade de dependentes e à idade do casal. Quanto menos pessoas aptas ao trabalho e maior a longevidade do casal, por exemplo, menor a renda familiar.

Em curto prazo, porém, a renda apresenta grande variação anual devido às mudanças sazonais típicas do ambiente varzeiro local. No verão, por exemplo, quando chove menos e as águas do Solimões baixam, plantam-se as roças e intensifica-se a pesca, que é a atividade de maior peso no orçamento doméstico. No inverno, por sua vez, quando as águas do rio Solimões começam a subir, a pesca retrai-se, privilegiando-se a colheita das roças e, subseqüentemente, a extração de madeira. Como estas duas atividades são menos rendosas, tem-se que, no verão, a renda aumenta e no inverno, ela cai (LIMA, 2002). Assim, percebe-se não só a importância da diversidade de estratégias para a reprodução do grupo doméstico no ambiente varzeiro, como também a dependência que a economia desses grupos tem em relação ao calendário das enchentes e das secas.

Nas várzeas do estuário amazônico, as pesquisas têm evidenciado também esse padrão de subsistência diversificado. Siqueira et al (1993), por exemplo, destacam que a diversidade das atividades produtivas e extrativas constitui a característica principal do modo de vida da população ribeirinha do igarapé Paricatuba, em Ponta de Pedras. Nesta área, foram identificadas as práticas da pesca (peixe e camarão), da caça, do extrativismo da madeira e do palmito, da criação de patos, galinhas e porcos, bem como a agricultura de corte-e-queima e a extração de açaí, que são as duas atividades econômicas mais importantes. Estas atividades desenvolvem-se ao longo do ciclo anual, de sorte que nenhuma inviabiliza completamente a prática da outra.

Todavia, existem épocas em que algumas dessas atividades se sobressaem. A coleta do açaí, por exemplo, intensifica-se geralmente entre os meses de agosto e janeiro, a ocasião da

safrá, na qual parte dos frutos é consumida e parte é comercializada. No verão, desenvolve-se também a agricultura tanto na terra firme, onde se cultiva principalmente a mandioca (*Manihot esculenta*), quanto na várzea alta, onde se privilegia o arroz (*Oryza sativa*), o milho (*Zea mays*) e a formação de açazais no fim do ciclo. As demais atividades, voltadas basicamente ao autoconsumo, desenvolvem-se o ano todo, embora de forma intermitente (SIQUEIRA et al., 1993). Com isto, a renda tende a variar de acordo com o calendário das atividades mais importantes em termos econômicos, sobretudo a extração do açáí, que é vendido em Ponta de Pedras e principalmente em Belém.

A influência da safra desse produto na variação de renda da população varzeira, aliás, foi verificada também por Arzeni e Jardim (2004) no rio Marajoi, município de Gurupa. Estudando as estratégias de sobrevivência nesse rio, esses autores também identificam uma diversidade de práticas voltadas ao autoconsumo e a geração de renda. As atividades que mais ocupam a mão-de-obra são aquelas que fornecem alimentos (roças, pesca e caça) e geram renda, como a extração de madeira, palmito e açáí. A extração deste produto, entretanto, é a principal atividade praticada por todas as famílias, tanto em termos de renda, quanto de autoconsumo.

Como a extração desse produto é determinada pelas safras, existe um acentuado desnível de renda durante o ano. Conforme Arzeni e Jardim (2004), o valor médio da renda anual por família, no rio Marajoi, é de R\$ 3.500,00, ou seja, R\$ 293,31/ mês, com menor rendimento em janeiro (R\$ 144,19), que é período de entressafra do açáí, e maior faturamento em maio (R\$ 439, 28), mês no qual a produção desse fruto está na força. Assim, nota-se também neste caso a estreita relação da variação dos rendimentos domésticos na várzea e as flutuações anuais do seu ciclo natural.

Desta maneira, percebe-se que a diversidade das atividades produtivas e extrativas constitui uma das características fundamentais da economia doméstica nas várzeas. Esta

diversidade é que permite a sobrevivência dos seres humanos em um ambiente dinâmico, no qual o regime das inundações e das safras influencia, de certa forma, as próprias atividades humanas. Em consequência disto, a renda é variável ao longo do ano, visto que as práticas mais rentáveis não se estendem regularmente nesse período, pois são influenciadas pela sazonalidade do ecossistema varzeiro. São esses aspectos que devem ser levados em consideração no estudo da economia do açaí, visto que a extração deste produto ocorre preferencialmente nesse espaço.

2.4 A DINÂMICA DA ECONOMIA DO AÇAÍ

A economia do açaí encontra-se fundamentada no extrativismo de coleta. Esta modalidade de extrativismo, conforme se viu anteriormente, mantém a integridade da planta geradora do recurso, o açazeiro. Daí Nascimento (1999) afirmar que se trata de uma atividade ecológica, pois permite a conservação dos açazais, o que nem sempre é possível conseguir, quando se privilegia a extração do palmito, que pressupõe a eliminação da palmeira (extrativismo por aniquilamento).

Na região amazônica, as maiores concentrações de açazeiros (*Euterpe oleracea*, Mart.) localizam-se na área estuarina, que atinge o Baixo Amazonas, Maranhão, Litoral do Amapá, Guianas e Venezuela. Esta espécie de açazeiro é autóctone desta área, onde predomina nas várzeas ao longo de rios e igarapés, fazendo parte do conjunto florístico desta região, que é marcada por condições tipicamente tropicais de temperatura, precipitação e umidade elevadas (CALZAVARA, 1972; OLIVEIRA, M, 2000). Nesse sentido, as atividades econômicas baseadas no extrativismo do açaí são influenciadas não só pela dinâmica das safras, como também pelas condições ambientais peculiares a esse ecossistema varzeiro.

O aproveitamento dos açazais desta área vem sendo feito historicamente por índios e caboclos que sempre utilizaram os mais diversos derivados do açazeiro. Estudos evidenciam que seus frutos sempre foram extraídos para a produção do “vinho”, seus estipes, quando adultos e secos, são utilizados na construção de casas rústicas e lenha, suas folhas também são de uso comum em coberturas e paredes provisórias, além do palmito, que é também passível de aproveitamento, e suas raízes, que os caboclos utilizam como medicamento anti-hemorrágico (CALZAVARA, 1972; CAVALCANTE, 1991; NOGUEIRA, 1997). Desse modo, percebe-se que o açazeiro sempre foi apropriado em sua totalidade, fornecendo diversos produtos fundamentais às populações que o exploram secularmente.

Até o início dos anos 70, antes do palmito ser amplamente demandado pelo mercado, o produto extrativo mais importante do açazeiro era seu fruto. Tal importância decorria do fato de que o “vinho” constituía elemento fundamental na dieta alimentar das famílias ribeirinhas e, além do mais, poderia ser também eventualmente comercializado, adquirindo, neste caso, o sentido de possibilidade de geração de renda (MOURÃO, 2001). Assim, o açai era muito mais importante pelo seu valor de uso, como alimento, do que como valor de troca, vinculado à comercialização e a geração de renda.

Até esta época, os circuitos comerciais demandantes de açai ainda não eram tão abrangentes quanto hoje. Segundo CALZAVARA (1972), os frutos que abasteciam o mercado urbano de Belém provinham de açazais situados nas várzeas dos municípios de fácil acesso à capital paraense e bastavam para atender satisfatoriamente a demanda local, mesmo não tendo ainda um centro organizado de abastecimento. A economia do açai era, assim, limitada, embora este produto já circulasse pelos mercados urbanos locais.

A partir dos anos 70, entretanto, este quadro vai sofrer sensíveis alterações, devido à valorização econômica dos açazais, como fornecedores de palmito. Até então, este produto era extraído apenas de forma esporádica, em pequena escala, como parte do manejo das

toiceiras dos quintais, a fim de assegurar a produtividade dos frutos. A chegada das indústrias palmitadeiras altera sensivelmente esta dinâmica. Em lugar do manejo tradicional, o extrativismo do palmito passa a ser orientado, exclusivamente, por determinações econômicas, o que ensejou um intenso processo de devastação dos açazais, visto que a finalidade da prática extratora era abater o máximo de palmeiras possível, para abastecer as fábricas de conserva de palmito (NASCIMENTO, 1993; MOURÃO, 2004). Com isto, em pouco mais de 10 anos, uma grave crise socioeconômica e ecológica passou a se manifestar em diversos municípios situados na área estuarina, onde tais indústrias atuavam livremente.

Os efeitos da devastação dos açazais, conforme Mourão, refletiam-se na redução da oferta dos frutos, na elevação do preço do “vinho” e na alteração dos ecossistemas varzeiros. Esses efeitos deletérios ameaçavam não só a oferta de frutos para o autoconsumo das famílias ribeirinhas (valor do uso), como também elevavam os preços dos frutos como valor de troca, uma vez que sua oferta, enquanto mercadoria, tornava-se rarefeita. Em face desta problemática, a opinião pública, estimulada pelos ambientalistas, pressiona as instâncias políticas, obtendo, em 1985, uma legislação restritiva e disciplinadora da ação das indústrias palmitadeiras, ficando a cargo do IBAMA a fiscalização do seu cumprimento.

Para Mourão, o estabelecimento deste arcabouço legal foi determinante para frear a devastação e restaurar gradativamente o potencial produtivo dos açazais. Analisando dados estatísticos do IBGE, esta autora destaca a drástica redução na produção de palmito no Pará, principalmente depois de 1989, ao mesmo tempo em que verifica uma estabilização na produção de frutos em patamares relativamente elevados, não obstante a crescente parcela destinada à exportação para outras regiões do Brasil e também, cada vez mais, para outros países. Esta tendência de incremento na produção de açaí e retração na de palmito, a partir dos anos 90, é sintomática também em diversos estudos sobre as estratégias econômicas das populações que habitam o estuário Amazônico.

Arzeni e Jardim (2004), por exemplo, destacam que, entre as diversas estratégias de sobrevivência da população ribeirinha do rio Marajói, Gurupá, o extrativismo do açaí ocupa lugar destacado, como atividade geradora de renda, sendo seguida pela extração do palmito e da madeira, que constituem atividades complementares. Todavia, até o final dos anos 80, a situação era inversa, o palmito era o produto mais importante. A mudança neste quadro foi estimulada pelo trabalho de conscientização feito pela igreja e pelo sindicato de trabalhadores rurais. Este trabalho levou os habitantes locais a retomar o sistema tradicional do extrativismo, passando a manejar seus açaizais e privilegiar a coleta do açaí em detrimento da extração irracional do palmito.

Grossmann et al. (2004) também evidenciam o declínio da atividade palmiteira e o crescimento da produção de açaí no município de Abaeté. Segundo esses autores, enquanto a produção de frutos cresce no período de 1976 a 1992, elevando sua capacidade produtiva anual de 1.900 para 3.100 t, o palmito apresenta um acréscimo de 20% até 1980 e uma ligeira estabilidade, declinando a partir de 1988. Ou seja, o extrativismo do açaí reveste-se de crescente importância socioeconômica neste município, que também um dia já sofrera com a devastação dos seus açaizais, particularmente depois da crise da indústria de aguardente, como destaca Anderson (1991).

Em Ponta de Pedras, verifica-se também a crescente importância do extrativismo do açaí no âmbito das estratégias de subsistência da população ribeirinha. Tal importância é constada no estudo de Murrieta et al. (1989), no rio Marajó-Açu. Segundo esses autores, dentre as diversas estratégias identificadas, o extrativismo do açaí ocupa lugar central, isto porque possibilita acesso à renda rapidamente. Daí a pesca, a raça e o extrativismo de outros produtos florestais, como a borracha, passam a constituir atividades complementares.

Neste cenário, é possível afirmar que o extrativismo do açaí vem ocupando, progressivamente, lugar central entre as estratégias de sobrevivência das populações

tradicionais do estuário amazônico. Mas não se trata de um “extrativismo puro”, pelo contrário, ao lado dele praticam-se outras atividades, que são complementares, como a pesca, a agricultura, o artesanato e o extrativismo de outros produtos florestais, sobretudo o palmito, através do manejo tradicional das toiceiras. Fato este, aliás, peculiar às comunidades varzeiras, como já se destacou anteriormente.

A novidade, entretanto, é que o açaí torna-se importante não somente pelo caráter alimentar (valor de uso), mas, progressivamente, pela possibilidade de gerar renda monetária a partir da ampliação da comercialização (valor de troca). Atualmente, os circuitos comerciais desse produto são muito mais abrangentes do que aqueles de outrora. Estudando esses circuitos em 1995, Nascimento (1999) evidencia numerosas estruturas comerciais de açaí que interligavam a cidade de Belém a diversos municípios do Marajó, Baixo Tocantins, Guamá e outras localidades mais próximas. Nesta conjuntura, a influência do mercado estende-se até mesmo àqueles locais mais isolados, o que não ocorria há pouco mais de três décadas.

Assim, a economia do açaí cresce exponencialmente, transformando este fruto numa mercadoria e, conseqüentemente, seus extratores em produtores de mercadoria. Isto aproxima, cada vez mais, extratores e interesses da economia de mercado, o que inevitavelmente repercute nas relações socioeconômicas e ecológicas historicamente estabelecidas em torno da coleta deste fruto. Neste contexto, questiona-se: em que medida a liberdade de compra e venda e a concorrência manifestam-se na comercialização do açaí? Quais as relações de trabalho que estão por trás da extração deste fruto? Como a valorização econômica deste produto vem moldando as interações das populações que o extrai com os açazais? Ou seja, até que ponto essas mudanças romperam com as relações tradicionais verificadas no desenvolvimento inicial dessa economia e como vêm se projetando no âmbito das interações homem/natureza, através da atividade do manejo?

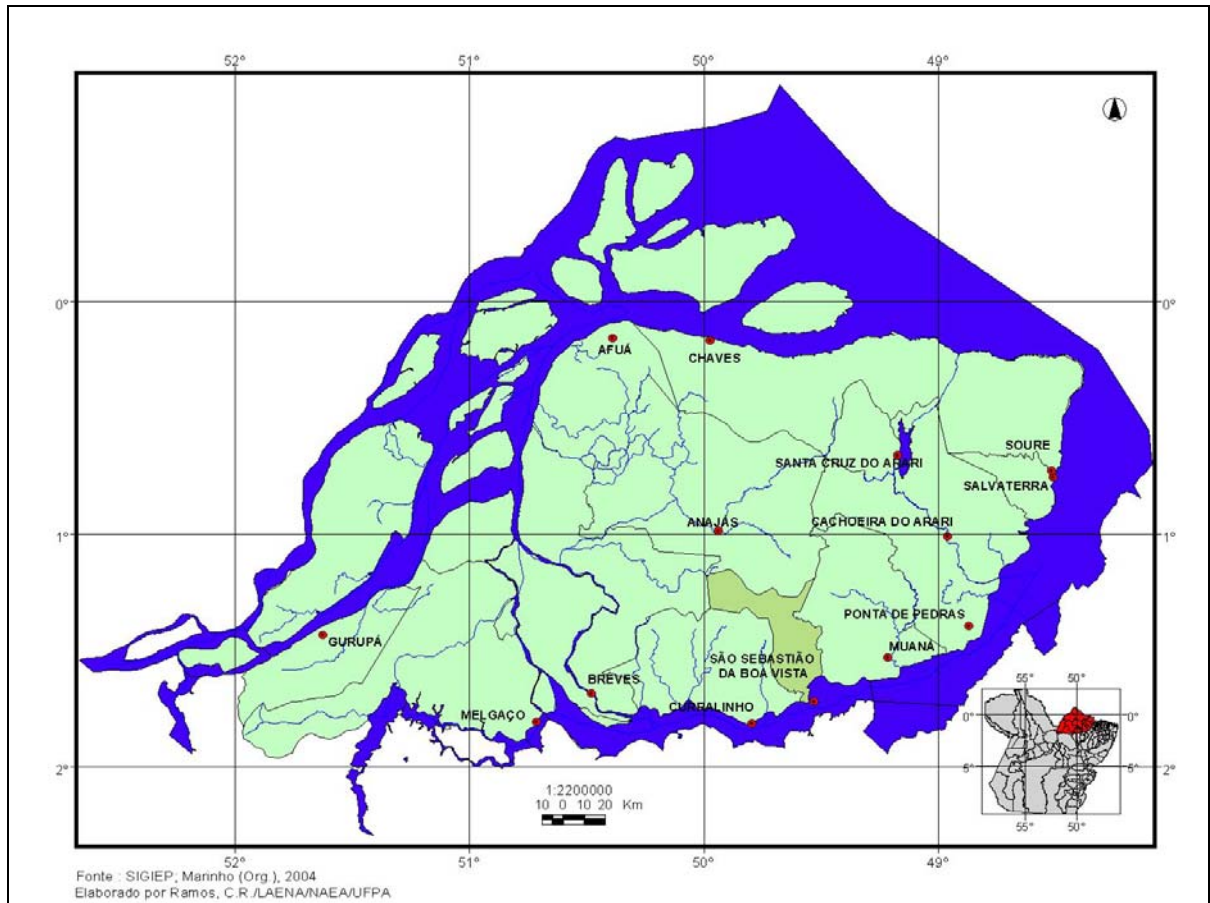
3 A ECONOMIA LOCAL DO PRODUTO: contextualização histórico-geográfica

3.1 SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA NA ILHA DE MARAJÓ: aspectos ambientais, históricos e econômicos

O município de São Sebastião da Boa Vista está localizado no sul da Ilha de Marajó (Mapa 02), mais precisamente na zona da mata, onde abrange uma área de 1.329 Km², que corresponde apenas a 2,6% da área total da ilha, que é de 49.606 Km². Limita-se ao norte com os municípios de Anajás e Breves, ao sul com o rio Pará, a Leste com Muaná e a oeste com o município de Currealinho (CRUZ, 1987).

As feições morfológicas encontradas nesse município são suaves, com destaque para terrenos de cotas levemente elevadas, denominados de terra firme, e por áreas sujeitas a inundações permanentes ou periódicas, que constituem os igapós e as várzeas, respectivamente. Estas características derivam do fato deste município está localizado na foz do rio Amazonas, onde predomina uma extensa planície de inundação, drenada por rios subordinados às marés, que confere ao relevo da Ilha de Marajó um aspecto extremamente plano, não atingindo cotas superiores a 20 metros (IDESP, 1974; LEITE; COELHO, 2002).

De modo geral, esta ilha apresenta clima equatorial úmido, marcado por um ciclo pluviométrico em que as precipitações apresentam comportamento distinto ao longo do ano (ARAÚJO; ARAÚJO; BORGES, 2003). Nesta Ilha, Nery (1990) evidencia que, em média, no semestre mais chuvoso (janeiro a junho) precipita aproximadamente 79% das chuvas anuais, sendo que somente entre fevereiro e abril precipita quase 48% dessas chuvas. Já no segundo semestre, que é o menos chuvoso, entre os meses de setembro e novembro precipita, em média, apenas 5.7% das precipitações anuais. Isto mostra que ao longo do ano essas precipitações distribuem-se de maneira irregular, concentrando-se no primeiro semestre, especialmente no trimestre fevereiro/abril, enquanto que no segundo semestre, prevalece certa escassez de chuvas, constituindo a época de estiagem em Marajó.



Mapa 02: São Sebastião da Boa Vista na Ilha de Marajó.

A hidrografia de São Sebastião da Boa Vista apresenta as características da parte ocidental desta Ilha, onde predominam as águas vindas do rio Amazonas e uma grande variedade de rios, lagos e igarapés. Entretanto, os rios desse município, assim como os demais encontrados nessa ilha, não são alimentados por nascentes perenes ao longo do ano (TEIXEIRA, J., 1953). Devido à escassez de chuvas no verão, essas nascentes secam, comprometendo inteiramente a navegabilidade no alto curso desses rios.

Este é o caso do Rio Pracuúba. Nascendo nos extensos igapós da localidade Pau-de-rosa, em São Sebastião da Boa Vista, este afluente da margem esquerda do rio Pará, só apresenta condições de navegabilidade permanente até seu médio curso, perímetro no qual a maré subordina seu regime fluvial. Daí em diante, este regime e, conseqüentemente, aquelas condições, são extremamente dependentes da incidência das chuvas. Por isto, a partir de julho, com a diminuição dessas precipitações, reduz-se drasticamente o aporte hídrico da sua nascente, fato que inviabiliza o tráfego fluvial, mas possibilita condições favoráveis à pesca e à captura de diversos quelônios, como perema (*Nicoria punctularia*), matamatá (*Chelys fimbriata*), jacaretinga (*Caiman sclrops*), entre outros, atividades estas fundamentais à sobrevivência dos habitantes dessa área, nesta época de relativo isolamento.

A ictiofauna encontrada nesses rios é bastante rica, sobretudo em espécies de pequeno porte. Os peixes mais importantes em termos alimentares encontrados nesses rios são a pescada branca (*Sciaena amazonica*), o tucunaré (*Cichla ocellaris*), a traira (*Hoplias malabaricus*), o jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), o jandiá (*Pimelodus crustatus*) e o tamuatá (*Callichthys sp.*), entre outros. Durante o verão, alguns desses peixes, como o jeju e o tamuatá, ficam confinados em lagos e igarapés, onde são facilmente capturados, tanto por pessoas, quanto por predadores naturais como as lontras (*Lutra paranaensis*).

Por está localizado na zona de mata da Ilha de Marajó, a composição florística encontrada em São Sebastião da Boa Vista, não se caracteriza pela dominância de campos

naturais, como ocorre na parte leste desta Ilha (IDESP, 1974). O que predomina nesse município são matas formadas por árvores imensas, geralmente entrelaçadas por cipós e parasitas que cobrem e tornam mais densa a floresta (BRASIL, 1999). Dentre as espécies que mais se destacam pelo porte e pela importância econômica, estão o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle* L.), a samaúma, a pracuúba, a seringueira, a andiroba, a ucuúba e o açazeiro.

Nas áreas de maior concentração desta palmeira, como nas várzeas do médio Pracuíba, essa cobertura vegetal, entretanto, já se apresenta bastante modificada. Isto porque a população ribeirinha, no intuito de favorecer o crescimento e a produtividade dessas palmeiras, vem removendo progressivamente as demais espécies de menor ou nenhum valor econômico. Devido a esta prática, aliás, bastante disseminada no estuário amazônico (AUBERTIN, 2000; MURRIETA et al., 1992; TSUCHIYA; HIRAOKA; SILVA, 1997), a diversidade das matas ciliares vem sendo sensivelmente atingida, posto que cada vez mais os açazeiros dominam a paisagem ribeirinha.

A fauna que habita essas matas é bastante diversificada, caracterizando-se por numerosas espécies de aves e mamíferos, cuja captura, quando possível, desde muito tempo é importante na dieta da população ribeirinha (TEIXEIRA, J., 1953). Dentre as espécies mais procuradas, devido a ampla aceitação alimentar, estão o veado vermelho (*Coassus rufus*), o caititu (*Dicotyles torquatus*), a paca (*Coelogenys paca*), o tatu bola (*Tatusia hybrida*) e o tatu rabo mole (*Lysiurus uncinatus*), conhecido localmente como “tatu rabo de couro”. A intensa caça dessas espécies, entretanto, além de reduzir drasticamente a população desses animais, afugenta os indivíduos remanescentes para áreas longínquas, onde a intervenção humana é menos perceptível.

3.1.1 Emancipação e conjuntura atual do município

O processo de emancipação político-administrativo de São Sebastião da Boa Vista é antigo e bastante descontínuo. Segundo Cruz (1987), esse processo inicia-se no período colonial, mais precisamente em 1755, quando os padres mercedários, após terem chegado e propiciado certo avanço à aldeia de índios da tribo dos Anajá, localizada onde hoje se encontra a sede do município, atribuíram-lhe o título de freguesia, sob a denominação de São Sebastião. Em 1758, o então presidente da província, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cumprido a lei, oficializou esta titulação.

Nesta condição, São Sebastião permaneceu até 1833, quando foi incorporado à freguesia de São Francisco de Paula, atual município de Muaná. Permaneceu assim até 1868, quando recuperou novamente seu título de freguesia. E em 1872 recebeu o título de Vila, ascendendo pela primeira vez à categoria de município.

Todavia, depois de 7 anos, seu título de Vila foi suprimido e o território do recém criado município foi mais uma vez anexado ao de Muaná. São Sebastião viria a recuperar essa titulação em 1900, mas, igualmente como já havia acontecido, a perderia novamente por sucessivas vezes, até que em 1943 recuperaria integralmente sua condição de município, desta feita sob a denominação de São Sebastião da Boa Vista (CRUZ, 1987), condição que perdura até hoje. Provavelmente a incorporação da expressão “Boa Vista” provenha do fenômeno de miragem que oferece a vista do povoado aos que dele se aproximam.

A ocupação deste município, bem como de toda a zona da mata da Ilha de Marajó, sempre esteve muito dependente das atividades extrativas. Por conta deste fato, o padrão de povoamento desta zona caracterizou-se pela distribuição da maioria da população por pequenos povoados ou “colocações”, localizados geralmente na confluência de rios e igarapés, de onde, na época das safras, sobretudo da borracha, dispersavam-se pela floresta

(BRASIL, 1999). Este padrão, apesar de a atividade extrativa ter se voltando para a exploração de outros produtos, como o açaí, parece não apresentar mudanças substanciais.

No município em apreço, por exemplo, a maioria da população, estimada recentemente em torno de 17.664 habitantes (IBGE, 2000), aloca-se no meio rural. De acordo com esses dados, aproximadamente 60% desse contingente, algo em torno de 10.484 habitantes, reside ainda em pequenos povoados, como Santo Antônio e Cocal, ou habita nas margens de rios e igarapés, fartamente encontrados, como já destacado anteriormente. O restante da população, 7.180 habitantes, mora no meio urbano que, neste caso, resumiu-se ao distrito sede – a cidade de Boa Vista. Isto posto, permite afirmar que esse município é rural, não obstante o já significativo contingente de população urbana.

Deve-se destacar, todavia, que muitas famílias residentes na cidade de Boa Vista deslocam-se sazonalmente para o interior, especialmente para atuar na extração de açaí e/ou de palmito. Isto ocorre anualmente, sobretudo com famílias egressas da localidade Pau-de-rosa, as quais, no inverno, voltam ao seu lugar de origem para trabalhar na extração desses recursos, aproveitando a época de cheia para extrair e escoar a produção. Assim, observa-se que população urbana boavistense encontra-se ainda muito ligada ao meio rural, dependendo em muitos casos, das atividades realizadas nesse meio para sobreviver na cidade.

Em relação à população interiorana, observa-se que, embora habite pequenos povoados, como os já mencionados, encontra-se predominantemente dispersa ao longo dos cursos d'água. A rica hidrografia do município, como assinala Gomes (1995), facilita a fixação da população ribeirinha ao longo de rios e igarapés, onde, dependendo da estrutura fundiária e do acesso a recursos naturais valorizados, pode encontrar-se relativamente concentrada ou não. No médio Rio Pracuúba, por exemplo, a dominância de pequenas propriedades e a ocorrência dos açazais contribuem para densificar o povoamento nas

margens do rio, o que não se percebe tanto a jusante como a montante, onde essas condições não se apresentam conjugadas.

No que se refere à procedência desta população, tudo indica que é constituída majoritariamente por pessoas naturais do próprio município e de seus vizinhos, sobretudo aqueles da zona da Mata. A este respeito, Brasil (1999) afirma que a maioria das pessoas que habita os municípios desta zona, inclusive São Sebastião da Boa Vista, nasceram e sempre moraram nas localidades onde se encontram, sendo que o restante da população é formado de migrantes da própria zona da mata e de apenas uma pequena parcela oriunda de outros municípios, como Abaetetuba. Isto mostra que a mobilidade populacional, na área em que esse município está localizado, apresenta basicamente um caráter local, muito ligada à sazonalidade das atividades extrativas.

As principais vias de circulação encontradas nesse município são os rios, dentre os quais se destacam o Pacujutá, o Pracuúba Miri, o Marituba e o Pracuúba. Através deles é que a população rural acessa os mercados local e extra-local, tendo a possibilidade de comercializar seus produtos naturais, como o camarão e o açaí, diretamente na cidade. Em contra partida, esses cursos d'água também permitem a mobilidade de marreteiros, oriundos geralmente do meio urbano, que comercializam toda sorte de produtos com a população interiorana. Assim, é através dos rios que ocorre o intercâmbio material entre a zona rural e os mercados, no qual não só a população do interior, mas os agentes comerciais urbanos têm papel fundamental.

Neste quadro, os principais meios de transporte encontrados em São Sebastião da Boa Vista são as “biquitas” e os barcos. Trata-se de embarcações construídas de madeira, mas de funções relativamente definidas. As “biquitas” são pequenas embarcações motorizadas, usadas em deslocamentos, cujo percurso não apresente trechos de grande agitação das águas. Já os barcos são embarcações possantes, dotadas de motores potentes, usados em viagens

intermunicipais e até interestaduais, quando se leva açaí para comercializar em Macapá (GOMES, 1995). Atualmente, existe uma infinidade dessas embarcações nesse município, mas os bascos que se destacam são o “Bergantim IV”, que faz duas viagens por semana na linha Boa Vista/Belém, e o “Comandante Nunes” que, dependendo da safra do açaí no rio Paracuúba, obedece também este mesmo cronograma.

No âmbito concreto da atividade agroextrativista, por sua vez, a circulação dá-se através dos igarapés e dos caminhos. Nos igarapés, o deslocamento das pessoas envolve o uso de “cascos”, que são pequenas embarcações, esculpidas em troncos de pracuúba ou pau-rosa, que permitem trafegar pelos meandros desses cursos d’água, com certa facilidade, até os locais de desembarque, conhecidos como portos. Estes constituem o início de um caminho, que é uma espécie de “estrada” aberta na mata até a roça ou o açaizal, unidades espaciais em que as atividades agroextrativas são executadas (Idem). É comum parte desse percurso ser feito a “casco”, pelo igarapé, e parte a pé, pelos caminhos, embora, com a maré baixa, reste apenas a última alternativa.

A título de registro, entretanto, é válido mencionar que existem duas estradas de chão-batido em São Sebastião da Boa Vista. Uma delas, construída na época de dinamismo econômico da vila Cocal, conecta esta vila à cidade de Boa Vista, mas apresenta um reduzido fluxo de pessoas, até porque, no inverno, fica bastante lamacenta. A outra, estende-se da cabeceira do Rio Guajará, afluente da margem esquerda do Rio Pracuúba, à localidade Pau-de-rosa, no alto curso deste rio, mas é menos movimentada ainda, até porque na época chuvosa fica completamente intragável. Assim, constata-se que as atividades econômicas desse município sempre estiveram ligadas ao complexo rio-caminho, tanto no âmbito da produção imediata, quanto da circulação local e extra-local, até porque não existe interesse político em dinamizar as poucas estradas existentes.

3.1.2 A economia boavistense e as transformações recentes

A economia de Marajó esteve sempre vinculada à pecuária, à indústria extrativa e ao comércio. A atividade pastorio desenvolveu-se historicamente na zona de campos naturais, onde até hoje persiste sem grandes modificações. Na zona da mata, por sua vez, a exploração dos recursos extrativos, bem como a atividade comercial, apresentaram maior vigor, reproduzindo-se com base em relações de aviamento, as quais ainda persistem até os dias atuais, embora ajustadas à nova realidade local, cada vez mais influenciada pelas relações mercado (ARAMBURU, 1994; BRASIL, 1999; LEITE; COELHO, 2002). No bojo destas mudanças, é que se deve compreender a economia de São Sebastião da Boa Vista.

Por está localizado na zona da mata, este município sempre apresentou uma movimentação econômica muito voltada à exploração das fontes naturais (GOMES, 1995). Segundo Aramburu (1994), dos anos 50 até a metade da década de 70, o extrativismo da madeira foi o principal setor que dinamizou a economia local. O comércio e a exportação deste produto concentravam-se em duas firmas situadas nas vilas de Santo Antônio e Cocal, importantes entrepostos comerciais na época. A firma alocada na vila de Cocal pertencia a um grupo português, cujo maior representante era Valter Fonseca. A firma de Santo Antônio, embora originalmente pertencesse a Joaquim Siqueira, que também era lusitano, logo foi vendida a Raimundo B. Pompeu, cametaense radicado naquela vila.

Os benefícios advindos do comércio da madeira permitiam a essas firmas obter crédito bancário para financiar a extração por meio de pequenos comerciantes espalhados pelo interior. Como o financiamento da madeira estava centralizado nessas firmas, o monopólio do financiamento se ampliava para outros produtos rurais, como a borracha, o arroz e a resina de breu, entre outros. A comercialização desses produtos, em geral, não envolvia dinheiro, tudo era avaliado em termos de mercadorias.

A rede de aviamento local estruturada por essas firmas, portanto, encontrava-se assentada na extração da madeira para exportação, embora o beneficiamento do arroz, o refinamento e ensacamento de sal vindo do Nordeste e o engarrafamento de aguardente, trazida dos engenhos de Abaeté e Igarapé Miri, tivessem sua importância. A concessão de mercadoria aos regatões, por sua vez, ampliava geograficamente essa rede, estendendo-a aos locais mais isolados, de onde traziam madeira, caça, pesca, borracha e outros produtos florestais (ARAMBURU, 1994). Isto tudo proporcionado pela entrada de capital externo e pela ajuda financeira dos bancos que viabilizavam o financiamento da produção local e regional.

Conforme este autor, esta época representou a “idade de ouro” da patronagem em São Sebastião da Boa Vista. Daí ter ficado incrustado na memória coletiva a imagem dos donos das firmas como “bons patrões”, pois concediam créditos fáceis e prolongados, ajudavam seus fregueses nas ocasiões de dificuldade, bastando que esses tratassem o “negócio sério”, ou seja, mantivessem fidelidade nas relações comerciais. Isto evidencia o quanto à dimensão moral era importante para manter o freguês subserviente ao patrão, condição fundamental para que o exclusivismo econômico e, conseqüentemente, o sistema de aviamento se reproduzisse plenamente.

O declínio dessas firmas, a partir de meados da década de 70, entretanto, determinou o enfraquecimento dessas relações. Sustentadas por créditos de longo prazo, essas firmas foram impactadas, num plano mais amplo, pelas mudanças no capitalismo mundial, que elevaram as taxas de juros e comprimiram drasticamente o tempo de pagamento dos empréstimos. Este fato, aliado à inflação, que erodia o poder de compra dos produtos rurais, contribuiu decisivamente para o fracasso das firmas e de suas relações comerciais, que foram ainda mais fragmentadas pela ação dos marreteiros, que passaram a ganhar espaço progressivamente. Assim, desapareceu a última geração dos grandes patrões na Amazônia (ARAMBURU,

1994), bem como as tradicionais relações que engendravam, não obstante algumas delas ainda se estabelecerem, desta feita, porém, ajustadas à nova realidade socioeconômica.

Já no início dos anos 80, informações da SEPLAN dão conta de que a atividade pecuária é a que mais contribui para a economia boavistense. Não se trata, entretanto, da criação de bufalinos, como se poderia supor pelo fato de São Sebastião da Boa Vista ser um município marajoara, mas sim de suínos, cujo rebanho apresenta maior representatividade, seguido pela população de galináceos.

A produção agrícola, por sua vez, também se apresenta significativa, tendo como principais produtos a banana, a mandioca, o cacau e a cana-de-açúcar. Em termos de participação na produção, a cultura permanente é a mais expressiva, com a banana e o cacau. Por outro lado, os produtos que mais se destacam na cultura temporária são a mandioca e a cana-de-açúcar. Entretanto, neste momento, não existem cooperativas, nem armazéns nesse município, o que dificulta a armazenagem desses produtos.

Na esfera do extrativismo, as informações que se têm reafirmam a importância deste setor na economia local. No âmbito específico do extrativismo vegetal, os dois produtos que se destacam são ainda a madeira e a borracha, sendo que o primeiro ainda apresenta um ramo expressivo em relação aos demais e também emprega o maior número de pessoas. Nota-se que, nesta época, as atividades da extração e comercialização de frutos de açaí não ocupam lugar de destaque entre as atividades extrativistas e muito menos na economia local.

O setor manufatureiro encontra-se assentado nas indústrias madeireiras (serrarias) e oleiras. As primeiras são as que apresentam maior expressividade, o que atribui maior importância socioeconômica ao setor madeireiro. O setor associado ao extrativismo de minerais não metálicos não apresenta a mesma pujança, mas figura entre as atividades manufatureiras que têm alguma representatividade para a economia municipal (SEPLAN, 1981). Neste caso, observa-se também que a indústria palmeira não figura entre as atividades

manufatureiras mais importantes, embora o palmito seja citado como um dos produtos extrativos exportados do município na ocasião.

Passadas pouco mais de duas décadas, entretanto, este quadro apresenta consideráveis alterações. Com relação à atividade criatória, por exemplo, embora ainda predomine a criação de suínos, o rebanho é pequeno (aproximadamente 9.950 animais), ocupando apenas o 8ª lugar dentre os treze municípios da Mesorregião do Marajó pesquisados pelo IBGE (2002). A produção agrícola, por sua vez, também se apresenta bastante discreta, com exceção da banana, que ainda sustenta uma pequena produção, as demais culturas nem são mencionadas nas estatísticas oficiais, o que caracteriza o enfraquecimento dessas atividades nesse período.

Na esfera do extrativismo vegetal, a atividade madeireira, que desde meados do século passado, sempre contribuiu para dinamizar a economia local também apresenta uma sensível queda, como se observa no gráfico abaixo.

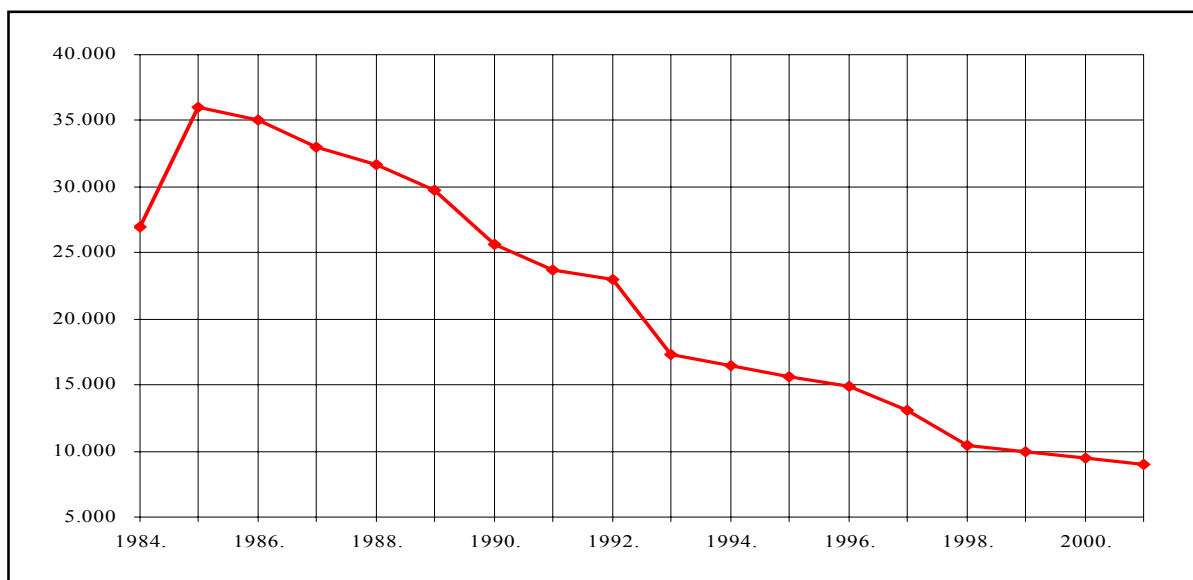


Gráfico 01: Produção madeireira em São Sebastião da Boa Vista (1984-2001) em (M³). IBGE.

Como se percebe neste gráfico, desde a primeira metade dos anos 80, a exploração madeireira já se mostra discreta. Ainda que apresente uma razoável elevação no meio desta década, daí em diante começa a declinar progressivamente, de sorte que em 2000 já não

atinge mais a casa dos 10.000 m³ anuais, o que não é nada perante a 1.941.544 m³ de madeira extraídos na mesorregião do Marajó em 2001 (IBGE, 2001). Desse modo, constata-se que, embora não desapareça completamente, o setor madeireiro torna-se extremamente frágil, perdendo a capacidade de dinamizar a economia local como ocorria anteriormente.

Em contra partida, por outro lado, verifica-se um incremento na exploração de um outro produto de origem vegetal, o açaí. A crescente demanda deste produto pelos mercados locais e extra-locais contribui para alavancar a extração e a comercialização desse fruto, transformando São Sebastião da Boa Vista num dos principais pólos produtores deste produto no Pará.

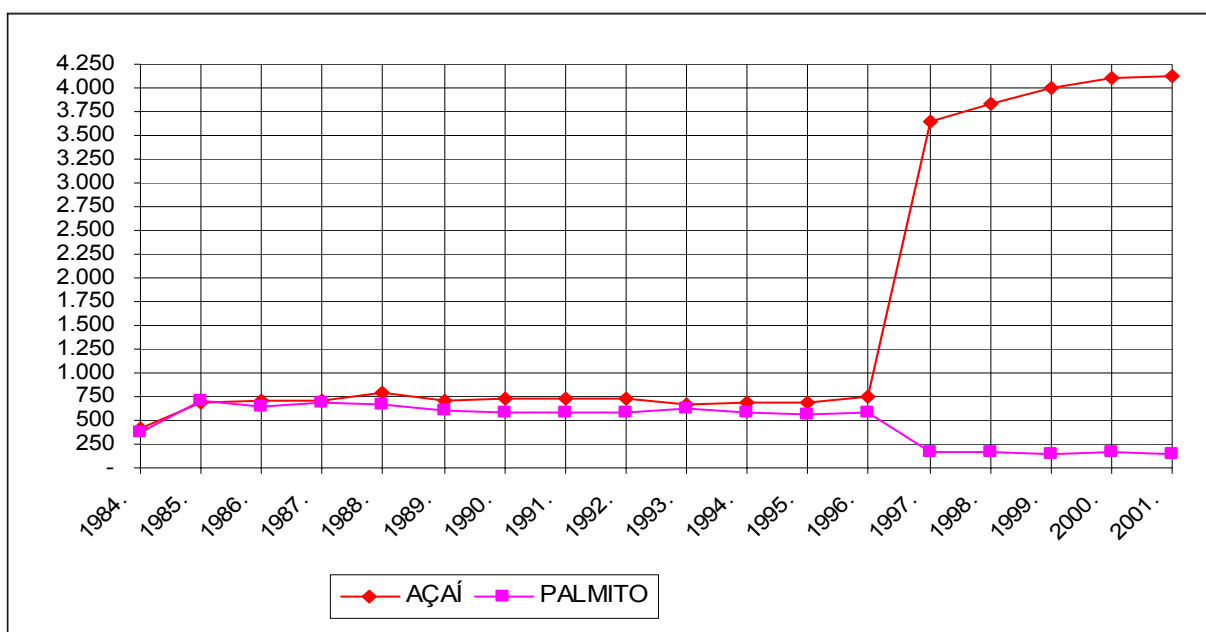


Gráfico 02: Produção de açaí e palmito em São Sebastião da Boa Vista (1984-2001) em (T). IBGE.

Este gráfico mostra a dinâmica da produção do açaí e do palmito em grande parte das duas últimas décadas. Nele, observa-se que os dois principais produtos extraídos do açazeiro apresentam trajetórias diferentes, sobretudo nos anos mais recentes. Não obstante apresentarem relativa paridade desde a primeira metade da década de 80 até meados dos anos 90, esses produtos, a partir daí, passam a trilhar caminhos díspares: enquanto a extração de palmito reduz-se consideravelmente, a de açaí cresce de maneira exponencial, atingindo mais

de quatro mil toneladas em 2001. Isto mostra que aumento da comercialização de frutos é acompanhada pela redução da produção de palmito, mesmo que esta, desde o início dos anos 80, nunca tenha se mostrado tão pujante, como no estuário amazônico em geral.

Observando a dinâmica atual da economia boavistense, reconhece-se a aderência dessas estimativas à realidade do município. Mesmo considerado a fragilidade dos dados oficiais, sobretudo porque se referem a um produto que é tipicamente comercializado informalmente, como o açaí, pode-se notar, através deles, com maior ou menor precisão, a grande movimentação em torno da extração e comercialização desse fruto, que se expressa através do fluxo de atravessadores desse município para cidades como Santana (Amapá), Breves, Abaeté e Belém, principalmente.

Neste contexto, verifica-se que a economia boavistense passa por importantes mudanças no decorrer das últimas décadas. A atividade madeireira, que sempre ocupara lugar de destaque, dinamizando inclusive outras atividades econômicas, enfraquece-se e, juntamente com ela, as relações socioeconômicas que lhe davam sustentação. Por outro lado, o extrativismo do açaí, que até pouco tempo não ostentava importância no âmbito comercial, emerge como uma atividade hegemônica, baseada em relações socioeconômicas diversas, as quais se mostram mais liberais em certos aspectos, e cerceadoras em outros, como se mostrará, nos capítulos seguintes, ao se abordar a dinâmica desta atividade no médio Pracuúba, a maior área de açazal deste município. Antes, entretanto, torna-se necessário fazer uma caracterização desta área.

3.1.3 Médio Pracuúba: o espaço do açaí

O Rio Pracuúba nasce nos extensos igapós da localidade Pau-de-rosa, em São Sebastião da Boa Vista, estendendo-se por este município até a foz, onde deságua na margem

esquerda do rio Pará. Apresenta um regime fluvial misto, caracterizado pelo domínio das marés no baixo e médio curso e pela forte influência das chuvas no alto curso. Por este motivo, é navegável, o ano todo, apenas no perímetro em que as marés comandam o regime fluvial, naquele em que prevalecem às precipitações, tais condições só se verificam nos meses mais chuvosos, mesmo assim, somente para o trânsito de pequenas embarcações.

Este rio é amplamente conhecido, inclusive nas feiras urbanas, como um importante espaço produtor de açaí. Todavia, os açazais que lhe conferem esta fama não se distribuem de forma homogênea ao longo de seu curso. Na verdade, encontram-se concentrados, particularmente no seu perímetro médio que se estende, grosso modo, do vilarejo “Pedras” até a localidade Jorité. À jusante deste perímetro, tais palmeirais aparecem somente em pequenas concentrações, quase sempre restritas aos quintais das casas, e, a montante, distribuem-se esparsamente nos extensos igapós em que se encontram as localidades “Patauazal” e “Pau-de-rosa”, onde são explorados sobretudo no inverno, única época em que o escoamento da produção pode ser feito por via fluvial.

A ocorrência da população está diretamente relacionada à distribuição desses açazais. Neste sentido, verifica-se que tanto no baixo quanto alto curso deste rio, as casas são esparsas umas das outras, exceção feita a pequenos povoados situados nos igapós de sua cabeceira que, como anteriormente mencionado, apresentam algumas áreas de açazais, sendo a exploração dessas áreas, sobretudo no inverno, a principal fonte de renda, tanto para as famílias que residem permanentemente no local, quanto para aquelas que retornam para lá em tal ocasião, com o intuito de aproveitar a safra do açaí ou mesmo extrair palmito.

Na extensão do médio Pracuúba, por sua vez, existe uma ocupação humana mais densa. Como já referido anteriormente, constatou-se que existem neste perímetro 207 casas, sem levar em consideração àquelas situados em determinados igarapés, cuja catalogação não foi possível, devido ao dificultoso acesso. Tendo em vista que esses estabelecimentos são

habitados por famílias relativamente numerosas, geralmente com mais de 5 membros, pode-se afirmar, com grande margem de certeza, que residem nesta área mais de mil habitantes.

Essas habitações, localizadas na franja ribeirinha, no meio dos açazais, apresentam formas heterogêneas (figura 01). Como se vê, entre elas, é possível observar casas devassadas, construídas de material rústico, e cobertas de palha de bussuzeiro, e também estabelecimentos mais estruturados, erguidos com madeira elaborada, cobertos de telha de argila e pintados. Esta heterogeneidade indica, no plano paisagístico, a própria condição material de cada família que, neste caso, está diretamente vinculada ao domínio de uma maior ou menor parcela de açazal.



Figura 01: Habitações do médio Pracuúba. Foto: Marinho, 2004.

O tempo social que esta população vive é cada vez mais influenciado pela dinâmica da sociedade envolvente. O acesso a determinados meios de comunicação, como a televisão e o telefone, hoje se tornou mais fácil. Só para se ter uma idéia, constatou-se que dos 207 estabelecimentos contabilizados, 88 (41,51%) têm antenas parabólicas e 19 (9,17%) têm antenas de telefones. A considerável incidência desses objetos, sobretudo de antenas de televisão, mostra que a população ribeirinha do médio Pracuúba não vive isolada, mas, de

certa forma, integrada ao tempo das novelas, das partidas de futebol e ao tempo das cidades, mais especificamente das feiras urbanas, onde o açaí é comercializado.

No entanto, é importante lembrar que há pouco mais de duas décadas esta situação era bem diferente. Só para efeito de comparação, em 1982 havia apenas uma casa com televisão em todo o perímetro do médio Pracuúba, na qual, inclusive, juntavam-se pequenas multidões para assistir aos jogos da seleção brasileira de futebol na copa do mundo daquele ano.

Nesta época, nem se cogitava a possibilidade de que, em algum dia, seria possível usufruir dos serviços de telefonia sem ser preciso sair de casa. Quando alguém necessitava fazer uma ligação para algum parente na cidade, sobretudo Belém, tinha que se deslocar por aproximadamente três horas de viagem até chegar à sede do município, local mais próximo onde existia telefone.

Para realizar esses deslocamentos, entretanto, não era fácil. Isto porque era bastante difícil encontrar alguém que possuísse uma biquita e se disponibilizasse a alugá-la. Neste tempo, na grande maioria das viagens de curta e média distância, sobretudo no perímetro do Rio Pracuúba, utilizavam-se basicamente pequenos cascos de madeira movidos apenas a remos. Com isto, os telefonemas eram raros, a não ser quando as informações envolviam situações de urgência, relacionadas a casos de doença ou de morte, por exemplo.

Atualmente, entretanto, os aparelhos de telefones vêm se tornando cada vez mais comuns, assim como as televisões e principalmente as biquitas. Hoje em dia é raro encontrar uma casa na qual não exista um desses pequenos barcos motorizados atracado ao porto. O uso dessas embarcações tornou-se tão generalizado que se chegou a uma situação na qual é até embaraçoso, sinal de pobreza, inferioridade, deslocar-se pelo rio através de cascos a remo. Estes agora servem principalmente para facilitar o escoamento da produção extrativa de açaí pelos igarapés, não mais para realizar viagens mais distantes.

Com isto, observa-se que nas duas últimas décadas, a população ribeirinha pracuubense passou a ter maior acesso a determinados bens, cujo uso era restrito as cidades ou apenas àquelas famílias locais que tinham um pouco mais de posses. Isto contribuiu para melhorar inegavelmente alguns aspectos da vida cotidiana, pois facilitou a circulação, a comunicação e o acesso a um mundo de informações, cujos efeitos ainda não se podem prever e tão pouco é ambição desse trabalho apontar.

Estas mudanças, no plano econômico, são estimuladas pelo fortalecimento de uma atividade econômica que gera renda e precisa da modernização dos transportes e dos meios de comunicação par se desenvolver, o extrativismo do açaí. O incremento dessa atividade, envolvendo relações geralmente monetarizadas, muitas das quais estabelecidas com base na liberdade de compra e venda, propiciou os recursos e, conseqüentemente, a possibilidade de comprar motores, televisores, telefones, até mesmo para aqueles que não disponibilizam de grandes açazais.

O incremento da economia desse produto, entretanto, é recente. A memória social registra que até a década de 1970 os açazais existiam, mas não eram tão extensos quanto hoje. Na verdade, somente “pontas” (pequenas concentrações de palmeiras) eram conservadas, como reserva de abastecimento doméstico. Devido à perfilhação rápida, não raro, os palmeirais que cresciam espontaneamente nas várzeas eram derrubados, a fim de viabilizar a rizicultura, que representava uma importante atividade econômica.

Na verdade, o desenvolvimento da economia do açaí deu-se no vazio deixado pelo declínio das redes de aviamento que subsidiavam o cultivo do arroz e a exploração da borracha, atividades que, juntamente com a cultura da banana, tinham grande importância. Estas redes, estruturadas especialmente a partir dos entrepostos locais, simplesmente ruíram junto com eles, como já se mostrou anteriormente, inviabilizando completamente as

atividades agro-extrativistas nelas baseadas, levando a população ribeirinha a buscar outras práticas, sendo uma das quais a extração e venda do açaí.

Aspecto importante para a dinamização da economia do açaí foi também a modernização dos transportes. Até o final da década de 60, basicamente, as viagens do Rio Pracuúba para lugares mais distantes eram feitas predominantemente em embarcações à vela. Como esses deslocamentos eram fortemente determinados por forças naturais, vinculadas ao vento e ao regime das marés, numa viagem a Belém gastavam-se vários dias. Nestas condições, a comercialização de açaí, que é um produto perecível a partir de 24 horas, era simplesmente inviável.

A generalização das embarcações motorizadas, grosso modo, a partir dos anos 80, reduziu drasticamente o tempo das viagens, que passaram a ser feitas em horas. Com isto, cada vez mais a população ribeirinha passa a se interessar pela comercialização do açaí, estimulada pela ampliação do mercado deste fruto não só em Belém, mas também em outras cidades como Abaeté, Igarapé Miri, Breves e mais recentemente Santana, no Estado do Amapá.

Neste cenário, caracterizado, de um lado, pelo enfraquecimento da cadeia de aviamento e das atividades agro-extrativistas nela baseada e de outro, pela modernização do sistema de transporte, é que a exploração do açaí vai progredir até torna-se a atividade econômica essencial para a sobrevivência da população ribeirinha.

Acostumada a extrair esse fruto preferencialmente para o autoconsumo, esta população começa a vivenciar uma nova realidade, na qual o desenvolvimento dessa atividade passa a ser motivado, cada vez mais, pelo interesse de obtenção de renda. Deste modo, adicionalmente à preocupação com o atendimento de suas necessidades imediatas, vinculadas historicamente ao consumo de “vinho”, a população ribeirinha passa a se preocupar também com a quantidade e qualidade dos frutos a serem coletados.

A intensificação da comercialização do açaí fez que as interações da população ribeirinha com os açazais adquirissem uma outra dimensão. Como a obtenção de renda passou a depender progressivamente do açazeiro, essa interação começa a ser orientada no sentido de aumento da produtividade. Resulta daí, não só a conservação, mas a intensificação do manejo empírico dos açazais, prática que é essencialmente norteadada pelos conhecimentos da população adquiridos na sua interação com o ecossistema local.

Por outro lado, no âmbito das relações socioeconômicas, corporificam-se novas relações de trabalho e transações comerciais estranhas à época de ouro do aviamento. Embora exemplos de exclusivismo e subserviência peculiares a esta época ainda persistam, nota-se que, em grande parte, a economia do açaí estrutura-se com base na liberdade de compra e venda que decorre da autonomia, cada vez maior, dos “proprietários” de açazais em relação aos agentes comerciais e também, como já se frisou, do declínio do tradicional sistema de aviamento.

Todavia, um entendimento mais amplo e profundo do desenvolvimento da economia do açaí no médio Rio Pracuúba pressupõe resgatar, mesmo que de maneira fragmentária, alguns aspectos que caracterizavam as principais atividades econômicas locais desde, pelo menos, a década de 1940, época na qual a comercialização desse fruto inicia de maneira embrionária e em condições inteiramente diferentes da que se observa hoje, porque compartilhando secundariamente das transações envolvendo a borracha e o arroz e inteiramente mergulhada nas relações creditícias em que tais transações se fundavam.

4 A ECONOMIA AGROEXTRATIVA ANTERIOR A AMPLIAÇÃO DO EXTRATIVISMO DO AÇAÍ NO RIO PRACUÚBA

As atividades econômicas desenvolvidas no Rio Pracuúba até as duas últimas décadas do século passado estiveram sempre vinculadas ao cultivo do arroz e da banana, bem como ao extrativismo da borracha. Estas atividades, de modo geral, reproduziam-se com base em relações socioeconômicas desmonetarizadas, assentadas em relações de patronagem típicas do tradicional sistema de aviamento. Neste contexto, é que a comercialização do açaí começa a germinar, reproduzindo-se também com base nas relações socioeconômicas estabelecidas. Com o passar dos anos, entretanto, esta atividade se fortalece, à medida que aquelas, juntamente com as relações lhes engendravam, vão enfraquecendo progressivamente. Neste sentido, a apreciação desse processo torna-se fundamental, caso se queira explicar a dinâmica atual da economia do açaí a partir de sua gênese e de seu movimento na área de estudo.

4.1 O CULTIVO DO ARROZ

Não se pode precisar a época em que a rizicultura começou a se desenvolver no Rio Pracuúba. Todavia, as informações que se dispõe sugerem que desde a década de 40 do século passado essa atividade já vinha sendo praticada, especialmente no médio curso do rio, onde a dinâmica da várzea fluvial, propiciava ambiente adequado ao desenvolvimento dessa atividade agrícola.

Neste cultivo não havia a utilização de nenhum insumo industrial, como fertilizantes, corretivos e/ou defensivos. Os meios de produção usados resumiam-se basicamente a água e a terra. Em relação ao primeiro elemento natural, não havia nenhuma preocupação do agricultor, visto que o movimento das marés constituía eficiente sistema de irrigação natural. Quanto às terras agricultáveis, ou seja, as várzeas, o acesso não era tão fácil assim. Isto

porque apenas alguns agricultores detinham o controle dessas áreas. A maioria deles, embora, às vezes, até possuísse “propriedades”, como os irmãos Joaquim e Estolano Melo, elas não eram propícias ao cultivo do arroz, pois se localizavam em áreas centrais, onde predominavam terrenos de igapó e terra firme. Nessas circunstâncias, em grande parte, a exploração arroteira era viabilizada somente com base nas relações de arrendamento da terra, localmente expressas na forma de aluguel de “cortes de arrozais”.

Nesta relação, os agricultores negociavam com os “proprietários” fundiários a concessão de determinadas áreas de várzeas (cortes), onde o arroz pudesse ser cultivado. Como nesta ocasião nenhuma outra atividade econômica importante era praticada nessas áreas, a negociação geralmente era concretizada, não obstante isso implicasse no abate de algumas seringueiras, árvore cuja importância econômica ainda era reconhecida. Em relação ao abate dos açazais nativos, concentrados em grande parte nas áreas arrendadas, não havia nenhum obstáculo ou ressentimento, posto que as reservas naturais que ainda ficavam não colocavam em risco o abastecimento doméstico de frutos.

O sistema mais comum de arrendamento se expressava no pagamento do aluguel através de uma quantia fixa em dinheiro por área cultivada. A definição dessa quantia guardava certa proporcionalidade com a extensão da área arrendada e, de certa forma, com a afinidade entre as partes envolvidas na negociação. Na década de 60, por exemplo, cobrava-se em média por um corte que comportasse o plantio de uns 50 quilos de arroz, uma faixa de 150 cruzeiros, quantia esta que flutuava de acordo com o grau de proximidade entre agricultor e “proprietário” fundiário, como já se destacou.

Estudando a dinâmica da rizicultura gaúcha no período de 1946 a 1975, Beskow (1986) destaca que esta forma de arrendamento em dinheiro não possibilita ao proprietário participar dos ganhos econômicos decorrentes do aumento da produtividade física por área cultivada, sendo por isso uma forma clássica de arrendamento. Para este autor, o

arrendamento pago em percentual da produção é uma forma mais avançada, pois oferece ao proprietário aquela possibilidade. Porém, no contexto da pequena rizicultura pracuubense, caracterizada pelo atraso técnico e por riscos de comprometimento da produção, sobretudo pela ação de roedores como as capivaras (*Hydrochaeris hydrochaeris*), a adoção de uma taxa fixa em dinheiro como forma de pagamento da terra arrendada constituía a forma mais adequada para os “proprietários”, pois, como se diz localmente, podia chover ou ventar, o arrendatário tinha que pagar a quantia do aluguel previamente acertada.

Em termos de calendário, esta exploração arrozeira caracterizava-se como uma atividade de ciclo rápido, iniciada quando dos primeiros sinais de redução das chuvas e encerrada cinco meses depois, com o fim da colheita. Em geral, iniciava-se no mês de maio, ocasião em que se efetuavam a roçagem e a derruba da mata. Na primeira fase de trabalho, que era a roçagem, operava-se o corte da vegetação rasteira, usando-se apenas o terçado como ferramenta básica. Terminada esta fase, iniciava-se imediatamente a derruba, etapa na qual a vegetação de porte mais elevado, constituída de pracuubeiras (*Mora paraensis* Ducke.), bussuzeiros (*Manicaria saccifera* Gaertn.), miritizeiros (*Mauritia flexuosa* L.) e, principalmente, açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) era derrubada, usando-se o machado. Após essas duas fases, a área era abandonada, a fim de que a vegetação abatida secasse para ser queimada, mais tardar no final de junho ou início de julho.

Uma vez queimada, a área já ficava apta para receber o arroz. Isto porque na preparação da terra para semear este cereal não se fazia coivara, ou seja, não se removia nenhuma árvore ou palmeira queimada, todas ficavam ali, amontoadas da mesma maneira como haviam sido abatidas. Este aspecto, aliás, era um dos diferenciais que tornava a preparação da área para o cultivo do arroz mais rápida do que para o cultivo da mandioca e da banana, cultivos em que a realização da coivara era indispensável.

O plantio dos arrozais era simples e rápido. Esta etapa era cumprida em menos de um dia de trabalho, pois bastava apenas semear o arroz, de preferência, contra o vento, a fim de que os grãos se espalhassem e dessem origem a arrozais densos e homogêneos. Após esta fase, ficava-se esperando apenas a época da colheita, que se iniciava geralmente quatro meses e quinze dias depois.

Até este momento, a mão-de-obra envolvida no arrozal era predominantemente masculina. Com exceção da etapa de plantio, em que as mulheres poderiam participar, as demais fases eram inteiramente desenvolvidas pelos homens. Estes, em sua maioria, eram trabalhadores contratados, pagos por dia. Como alguns agricultores eram comerciantes (Antônio Tavares, Joaquim Melo) a forma de pagamento variava, sendo feita ora em dinheiro, ora em mercadoria. Neste caso, o valor da diária geralmente servia apenas para pagar ou amortizar dívidas já construídas anteriormente. Essas dívidas, portanto, funcionavam como laços que mantinham continuamente dependente do agricultor-comerciante um contingente de trabalhadores sempre disposto a trabalhar nos arrozais, independentemente da dureza que isto significava.

Só para ilustrar este aspecto, deve-se destacar que agricultores como seu Joaquim Melo, por exemplo, recrutavam seus trabalhadores em plena madrugada para que bem cedo, ainda meio pardo, começassem a trabalhar. Por volta do meio dia, davam apenas uma pausa para o almoço, mas no máximo uma hora da tarde reiniciavam as atividades, que se estendiam até a visibilidade enturvar, quando só então os trabalhadores eram liberados. Neste quadro, portanto, a lida desses trabalhadores era exaustiva, posto que a noção de diária para seus patrões não era definida pelas horas do relógio, mas simplesmente pelo nascer e pôr do sol.

Na ocasião da colheita, por sua vez, o conteúdo da mão-de-obra, bem como a forma de remuneração apresentavam importantes mudanças. Seu Lauriano Souza, um antigo rizicultor, lembra que na colheita sempre trabalhava com um contingente de dez a quinze mulheres.

Estas se dedicavam especialmente ao corte do arroz, atividade na qual se esmeravam ao máximo, pois o rendimento de cada uma dependia da quantidade de arroz que colhessem. Seu Lauriano pagava 10 centavos por cada quilo de arroz colhido. Assim, dependendo da habilidade no arrozal, uma mulher cortava geralmente de 50 a 80 quilos por dia, o que proporcionava um rendimento diário da ordem de cinco a oito cruzeiros.

Este rendimento, entretanto, era no “seco”, ou seja, não incluía a alimentação. Esta não era de responsabilidade do rizicultor, mas das cortadeiras de arroz, como eram conhecidas as mulheres que trabalhavam na colheita do arroz. Cada uma tinha que levar sua própria alimentação. Isto, evidentemente, corroía o preço das diárias, tornando-o ainda mais exíguo, ao mesmo tempo em que era salutar para os rizicultores, uma vez que reduzia as despesas com a mão-de-obra.

O trabalho da colheita, entretanto, não era feito inteiramente pelas mulheres. Concomitante ao trabalho feminino, existiam também alguns homens trabalhando como carregadores. O papel desses trabalhadores era transportar o arroz colhido pelas cortadeiras para um tapiri localizado na beira do arrozal. Embora a distância fosse relativamente pequena, essa tarefa era meticulosa porque os carregadores tinham que transitar por pequenos caminhos entulhados de troncos de árvores, devido à inexistência da coivara na preparação da terra. Assim, o trabalho dos carregadores, que era pago por dia, não era fácil, mas era fundamental para que o arroz chegasse à casa do rizicultor, onde passaria por um primeiro estágio de tratamento.

Este estágio consistia basicamente na retirada do arroz de seus cachos. Neste processo, usavam-se geralmente um tupé, espécie de esteira tecida com talas de miriti, e um cassete de madeira. O trabalho consistia em colocar o arroz bruto, ou seja, ainda seguro nos pendões sob vários topés, onde era batido por algum tempo com o cassete até largar do cacho. Feito isto,

descartavam-se os pendões e o arroz retido nos topés era ensacado, ficando pronto para ser comercializado.

4.2 O CULTIVO DA BANANA

O cultivo da banana (*Musa* sp. div.) desenvolveu-se paralelamente ao do Arroz, com significativa expressividade no médio Rio Pracuúba. Diferentemente desse cereal, entretanto, o cultivo da banana não ocorria nas áreas de várzea, adjacentes às margens do rio. Pelo contrário, esta cultura desenvolvia-se nas áreas livres de inundações, ou seja, na terra firme. Assim, os bananais ou “roçados”, como eram denominados localmente as plantações de banana, localizavam-se em áreas relativamente distantes, tendo em vista que as terras agricultáveis situavam-se para além dos igapós.

Neste caso, assim como naquele das comunidades de roceiros do alto rio Atuí (BRABO, M. 1979), em Muaná, o cultivo da banana desenvolvia-se especialmente em “terras virgens” ou em capoeirões em pousio há vários anos. Estas condições eram necessárias porque os agricultores sabiam por experiência que, se a terra não estivesse “descansada”, a produção dos roçados seria comprometida, principalmente pela produção de cachos pequenos, conhecidos localmente como “rabo de guariba”, cujo valor comercial era reduzido. Desta maneira, a escolha da área do roçado era fundamental, sob pena de se obter colheitas de baixa qualidade, o que era sinônimo de ganhos reduzidos e até prejuízos.

O domínio de importante parcela das terras agricultáveis encontrava-se nas mãos dos agricultores. Este era o caso, por exemplo, dos irmãos Joaquim, Estolano e Pedro Melo, bem como dos senhores Manoel Ferreira e Raimundo C. Costa que possuíam extensas áreas de terra firme. Apesar disso, o arrendamento da terra era comum, até mesmo envolvendo os agricultores “proprietários”. Isto porque depois de seguidos anos de cultivo boa parte de suas

terras se exauria. Com isto, tinham que arrendar outros cortes de roçados até que as antigas áreas cultivadas se transformassem em capoeirões, ficando novamente apropriadas ao cultivo.

Embora não se disponibilize de muitos detalhes a respeito do preço pago pelo arrendamento de cada corte, sabe-se que ele se baseava em um parâmetro básico: o número de covas que o corte recebia. As covas em que o arrendatário se baseava, na linguagem do agricultor, constituíam pequenos buracos onde eram depositadas as mudas de bananeira, chamadas localmente de “filho de banana”. Assim, quanto mais elevado o número de covas, maior era o número de mudas plantadas e, conseqüentemente, maior o preço do arrendamento, tendo em vista que a produção esperada também era alta.

O início do trabalho nos bananais ocorria geralmente no mês de julho. Nesse mês, operava-se a roçagem e dava-se início a derruba, atividade que se estendia até o mês seguinte. Como os roçados eram feitos em “terras virgens” ou em capoeirões, a roçagem era uma etapa relativamente menos trabalhosa que a derruba, tendo em vista que nessas áreas a vegetação do sub-bosque já não se apresentava tão densa, como nas capoeiras recentemente abandonadas. Nessas circunstâncias, em poucos dias de trabalho, era possível roçar extensas áreas de mata, o que tornava esta fase bem mais rápida que a derruba.

Esta atividade, por sua vez, revestia-se de grande dificuldade porque a cobertura vegetal a ser abatida não era constituída predominantemente de árvores de pequeno porte e/ou palmeirais, como nas várzeas, onde o arroz era cultivado. Na terra firme, sobretudo nas matas ainda “intocadas”, essa cobertura era formada de árvores de grande porte, cujo abate exigia geralmente a construção de mutá, espécie de jirau de varas, que permitia o corte das árvores acima da sapopema, engenho fundamental para agilizar o trabalho. O uso desse engenho, entretanto, exigia máxima atenção do trabalhador. Quando a árvore dava sinais de que iria cair, eles tinham que jogar o machado e correr para lado oposto, sob risco de ser atingido pelo

tronco ou por algum galho quebrado das árvores subjacentes. Isto mostra que, além de árdua, a derruba dos roçados era um trabalho muito perigoso.

Ao término dessas duas etapas, a área do roçado ficava abandonada para que a vegetação abatida pudesse secar. Este abandono durava mais de mês, visto que as árvores de grande porte custavam ficar aptas para a queima. Somente lá para meados de setembro era que se começava a pôr fogo nos roçados, com o cuidado de queimá-los bem, a fim de que boa parte da matéria orgânica transformada em cinza pudesse ajudar o crescimento e a produtividade das plantações.

Mesmo assim, grande parte de troncos e galhos de maior espessura ficavam apenas “sabrecados”, ou seja, queimados parcialmente. Como este material permanecia espalhado caoticamente, era necessário removê-lo para as beiradas ou juntá-los em pequenos montes no meio do roçado, para que a atividade do plantio não fosse prejudicada. Esta remoção do material vegetal parcialmente queimado era denominada de coivara, atividade, aliás, detestada pelos trabalhadores, tendo em vista que se desenvolvia sob sol intenso e demandava o arraste e, muitas vezes, o corte de galhos extremamente enrijecidos pela ação do fogo.

Logo após esta limpeza, o terreno ficava apto ao plantio. Diferentemente do caso do arroz, no qual os grãos eram apenas semeados, o plantio da banana era mais demorado. Realizado geralmente no mês de outubro, esse plantio consistia na abertura de pequenas covas, com enxadas, onde eram depositados os “filhos de banana”, ou seja, as mudas trazidas de roçados já em vias de abandono. Sobre essas mudas, colocava-se um pouco de terra solta, a fim de que o sol não a prejudicasse no processo de “brotação”. Uma vez plantado, o roçado demorava aproximadamente um ano para produzir seus primeiros cachos.

Neste intervalo, era necessário tratar das bananeiras. O principal cuidado que se tinha era impedir que a vegetação rasteira tomasse conta da plantação. Embora nas áreas de “mata virgem” e “capoeirões” esta vegetação custasse brotar, era necessário, a partir do quarto ou

quinto mês, efetuar sua remoção, atividade denominada localmente de capina. Nesta ocasião, o mato cortado era depositado no tronco das bananeiras a fim de lhe servir de adubo. A repetição desta atividade ocorria ainda mais uma vez antes da primeira colheita. Iniciada a partir de um ano, essa fase se desenvolvia em diversos intervalos que variavam de 8 a 15 dias, dependendo de cada caso, e se estendia por dois anos ou mais, até o roçado se esgotar.

Cabe destacar também que, além da banana, outras espécies eram cultivadas nesses roçados. Dentre elas, destacavam-se o maxixi (*Cucumis anguria*), o milho (*Zea mays*), e o jerimum (*Cucúrbita* spp.). Todavia, a produção dessas espécies de ciclo curto direcionava-se basicamente ao autoconsumo, com exceção do milho, cuja comercialização em forma de “mão”, ou seja, conjunto de 24 espigas, era feita em pequenos estabelecimentos comerciais que, subsequentemente, revendiam esse produto para os fregueses que possuíam pequenas criações de pato e/ou galinha ou que pretendiam plantá-lo futuramente.

Nesse sentido, observa-se que o cultivo da banana no Rio Pracuúba não constituía uma monocultura. Pelo contrário, os roçados abrigavam, além dessa cultura, outras espécies de ciclo mais rápido, cuja importância decorria basicamente do valor de uso. Essa característica, aliás, não era peculiaridade dos roçados pracuubenses. Siqueira et al.(1993) destacam que nas áreas de “várzeas alta” do igarapé Paricatuba, em Ponta de Pedras, a banana também era cultivada de maneira consorciada com outras espécies, inclusive com o açaizeiro, fato que gerava, com o esgotamento do bananal, uma transformação do *status* do roçado para açazal. Isto, entretanto, não acontecia no Rio Pracuúba, até porque na época em que a produção da banana era mais intensa nesse rio, os açazais não tinham importância econômica significativa, diferentemente do caso descrito por Siqueira et al. (1993), no qual o contexto já é marcadamente caracterizado pela ampla demanda econômica do açai.

A mão-de-obra que trabalhava nos roçados era predominantemente masculina, exceção feita apenas a capina e ao plantio, fases em que as mulheres também poderiam atuar.

O amplo envolvimento dos homens nesse cultivo devia-se, sobretudo, às desgastantes condições em que se desenvolvia. A roçagem e, principalmente, a derruba e a coivara constituíam atividades extremamente meticulosas, cuja prática exigia além de força física, muito cuidado e destreza. Na colheita, diferentemente dos arrozais, o conteúdo da mão-de-obra não se alterava. Isto porque, neste caso, cada trabalhador tinha que cortar e carregar os cachos de banana por extensos caminhos, até chegar às nascentes dos igarapés, de onde eram transportados em batelões. Devido a essas condições de trabalho, o cultivo da banana era um trabalho eminentemente masculino.

As relações de trabalho encetadas nesse cultivo caracterizavam-se, basicamente, pela utilização da mão-de-obra contratada. Esta era constituída por trabalhadores diaristas, cuja remuneração poderia ser em dinheiro ou em mercadorias. A primeira maneira de pagamento era mais comum aos poucos agricultores que não possuíam estabelecimentos comerciais. Já aqueles que possuíam esses estabelecimentos geralmente pagavam seus trabalhadores com mercadorias. O dinheiro era apenas um parâmetro para avaliar o valor da diária em mercadorias. Este era o caso de agricultores-comerciantes como seu Joaquim Melo e seu Raimundo C. Costa, cujas relações de trabalho geralmente passavam pelo balcão dos seus estabelecimentos comerciais.

4.3 O SERINGAL

O extrativismo da borracha constituiu uma importante atividade econômica no Rio Pracuúba. Esta atividade desenvolvia-se naquelas áreas florestais onde existia uma densidade considerável de seringueiras (*Hevea brasilienses*), denominadas de seringais. Estas áreas não apresentavam delimitação rígida, pois à medida que se descobriam outras árvores da mesma espécie, ampliavam-se, sendo possível discriminá-las do restante da floresta apenas pela

dominância das seringueiras. A distribuição espacial desses seringais ao longo do rio, entretanto, não era homogênea. Ocorriam de maneira mais concentrada no médio e alto curso, onde, não por acaso, o extrativismo da borracha foi mais proeminente.

Nestas áreas, não se tem notícia de nenhuma forma de uso comunitário dos seringais. O que dominava era o controle privado desses espaços produtivos, situação na qual a borracha produzida tinha dono, o seringalista, cuja condição era respeitada. A maior preocupação desses “donos” de seringais era com os eventuais desvios da produção, mas esta prática não era comum, pois os locais de comercialização da borracha eram poucos, o que contribuía para inibir a ação de algum “seringueiro safado”, como eram taxados os infratores.

No alto curso do Pracuúba, onde existiam ricas formações de seringais em matas de igapó, destacava-se como maior seringalista seu Salomão Donato. Descendente de família nordestina, este seringalista herdou do pai, Francisco Donato, extensas áreas de terra na localidade Pau-de-rosa, onde comandara a produção da borracha dos anos 40 até basicamente a década de 60 do século passado, quando migrou desta área. Seu prestígio e influência eram tão grandes que frequentemente era chamado de “rei do Pau-de-rosa”, tratamento, aliás, que se estendeu ao seu herdeiro, conhecido como Gertrude, que embora não tenha usufruído os melhores tempos da economia gomífera, dirigiu, subseqüentemente, o processo de extração e comercialização do açaí nesta localidade, atividade tão ou mais rentável do que a própria borracha.

Os seringais mais importantes do médio Pracuúba, por sua vez, até a década de 50, encontravam-se sob domínio de um grande proprietário de nome Davi Carneiro. Português de nascimento, este proprietário possuía vários centros, cujo valor residia nos extensos seringais que abrangiam. Destacavam-se entre eles, os centros “Jucurarú”, “Coco”, “Carananduba”, “Curupira”, entre outros. O controle efetivo da exploração da seringa nessas áreas, entretanto, era feito pelo seu genro, seu Francisco Antônio Moreira, que ainda tinha a atribuição de

gerenciar uma casa comercial de nome “Lisboeta”, localizada na vila São Miguel do Pracuúba, no baixo curso do rio.

Em 1950, entretanto, esses centros, então valorizados pela ocorrência dos seringais, despertaram o interesse dos irmãos Joaquim e Estolano Melo, que eram sócios-proprietários de um comércio situado à margem direita do Rio Pracuúba, na propriedade Cacau. A negociação avançou e no mesmo ano esses comerciantes compraram as propriedades almeçadas em nome da firma “Melo Etc. Irmãos”, pela quantia de 55 mil cruzeiros. Com esta aquisição, os Melos tornaram-se importantes seringalistas até 1955, quando decidiram apartar a sociedade, dividir os bens registrados em nome da firma, inclusive as terras, e passaram a se dedicar progressivamente a outras atividades, como o cultivo do arroz e da banana, principalmente.

Os seringais do médio e do alto Pracuúba, entretanto, não se localizavam imediatamente próximos às margens do rio. Este fato, evidentemente, acarretava determinados obstáculos à empresa gomífera local, particularmente no que tange ao escoamento da produção. Com exceção da borracha extraída em alguns seringais ribeirinhos, que ocorriam em sítios, como “Tijuquaquara”, “Pirai” e “Coqueiro”, que poderia ser escoada semanal ou quinzenalmente, todo restante da produção circulava apenas no inverno, período em que as fortes chuvas devolviam o aposite hídrico aos canais que davam acesso aos centros, permitindo o escoamento da borracha em pequenos cascos e/ou batelões. Assim, nesses seringais, de verão ocorria basicamente a extração da borracha e de inverno, o seu transporte.

Nos centros, a produção extrativa caracterizava-se pela distribuição dos seringueiros em “colocações” (barracamentos). Estas correspondiam aos espaços florestais onde existia certa concentração de seringueiras, ou seja, aos próprios seringais. Desta maneira, o número de “colocações” em cada centro dependia das áreas de seringais, quanto maior a ocorrência de seringueiras, maior era a quantidade de colocações.

A mão-de-obra que atuava nessas “colocações” era diversificada tanto em termos de procedência, quanto de faixa etária e gênero. Na localidade Pau-de-rosa, por exemplo, a mão-de-obra extrativa era constituída predominantemente de arigós. Estes, conforme Benchimol (1999), eram nordestinos que vinham para a Amazônia em busca de trabalho, quase sempre indo parar nas periferias das cidades, onde eram discriminados, ou nos seringais, onde se transformavam em seringueiros. No caso do Pau-de-rosa, o recrutamento desses trabalhadores era feito diretamente por seu Salomão Donato, cuja origem nordestina facilitava o contato e, conseqüentemente, a resolução de problemas vinculados à escassez de mão-de-obra.

Provavelmente, devido a esta afinidade, muitos nordestinos transferiam-se até mesmo com a própria família para esses seringais, o que contribuiu para formar uma espécie de “colônia” nordestina naquela área, fato ainda hoje perceptível através do sotaque sertanejo daquelas pessoas mais antigas do lugar. A existência desses extratores com suas famílias no seringal, entretanto, não constituía nenhum fato extraordinário (Oliveira Filho, 1979), pois, no caso do Pau-de-rosa e, com menor freqüência, no médio Pracuúba, a mulher e até mesmo as filhas auxiliavam o chefe da família não só no processo produtivo da borracha, mas também na caça e na pesca, atividades complementares fundamentais à sobrevivência dos extratores na floresta, o que mostra a importância que a mão-de-obra feminina teve nos seringais amazônicos (SIMONIAN, 1995; WOLFF, 1999).

Nos seringais do médio Pracuúba, a exploração, em alguns casos, também envolvia toda família. No centro denominado de “Coco”, por exemplo, a exploração da seringa foi feita em muitos verões pela família de seu Zidório, seringueiro que desde os 8 anos de idade, começou a ajudar os pais na lida da estrada. Antes de sua família, ele lembra que um outro seringueiro apelidado de “Coco” trabalhara naquele centro até a súbita morte de sua esposa. Como não tinha condições de trazê-la para sepultá-la no cemitério de São Miguel do Pracuúba, o mais próximo, o seringueiro enterrou sua mulher ali mesmo, sozinho. Por este

motivo, o centro ficou conhecido como “Coco”, tratamento que persiste até hoje, embora sua importância não seja mais a mesma. Atualmente este centro é apenas lembrado como uma boa área de caçada, sobretudo no verão, quando fica propício à prática da “lanternação”.

Entretanto, no geral, os seringueiros que atuavam nesse perímetro trabalhavam isolados nas “colocações”. Isto acontecia porque esses extratores eram, predominantemente, de origem local, quando não de municípios vizinhos, como Muaná e Currálinho. Assim, deixavam suas famílias nos locais onde residiam e se deslocavam para os seringais não para morar, como geralmente ocorria no caso dos arigós no Pau-de-rosa, mas especificamente para a extração da borracha, permanecendo ali até o final da safra, quando regressavam novamente para casa.

As relações de trabalho que esses seringueiros estabeleciam com os donos de seringais não eram monetarizadas. Assim como em toda a Amazônia (SANTOS, R., 1980; WEINSTEIN, 1993; TEIXEIRA, C., 1980), esses extratores sempre recebiam adiantado dos seringalistas, que eram comerciantes, os meios de produção (faca de cortar seringa, tigelas, balde e amoníaco) e determinadas mercadorias como café, açúcar, querosene, munição, sal e tabaco, tudo para pagar com a borracha. Todavia, como era comum neste tipo de relação, tais produtos sempre eram super-valorizados em relação à produção extrativa, o que não só mantinha o seringueiro endividado, como também elevava o faturamento dos seringalistas.

4.3.1 A safra da borracha e as atividades no seringal

O período do ano em que se desenvolvia o corte da seringa, isto é, a coleta da borracha, estendia-se de meados de maio até o mês de dezembro. Neste período, as chuvas eram menos intensas, o que melhorava as condições de trabalho, sobretudo naqueles seringais de igapó, e reduzia a perda na produção por causa das precipitações repentinas. Nos meses

mais chuvosos, essa atividade era drasticamente reduzida, particularmente nos seringais do médio Pracuúba, onde havia o refluxo da mão-de-obra para as áreas ribeirinhas. Todavia, é importante destacar que em alguns centros no alto curso do rio, mesmo de inverno, o corte da seringa permanecia, embora passasse a predominar a coleta de sementes de andiroba e ucuúba, que também eram comercializadas pelos próprios seringalistas.

O extrativismo da borracha embora parecesse, à primeira vista, reduzir-se apenas à coleta do látex, constituía, na verdade, uma atividade bem mais complexa, cujo início pressupunha o desenvolvimento de algumas atividades basilares. Antes da fase da coleta, os seringueiros primeiramente tinham que “conhecer” os seringais, construir moradas provisórias ou permanentes, limpar as estradas e só depois “entigelar” e começar a coleta propriamente dita. Ou seja, o extrativismo da borracha não constituía uma simples apropriação do recurso oferecido pela natureza, mas pressupunha um suporte logístico prévio, obtido somente pela materialização do trabalho humano nos seringais.

O período de desenvolvimento de cada uma dessas etapas é apresentado abaixo em forma de calendário.

ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CONTRUÇÃO DE TAPIRI					X	X						
LIMPEZA DAS ESTRADAS					X	X						
ENTIGELAMENTO DA ESTRADA					X	X						
COLETA DA BORRACHA						X	X	X	X	X	X	X
ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO		X	X									

Quadro 01: Calendário do extrativismo da borracha no Rio Pracuúba. Pesquisa de campo, 2004.

Neste calendário, observa-se que as atividades vinculadas à produção e ao escoamento da borracha distribuíam-se, basicamente, pelo ano todo. Entretanto, a maioria delas iniciava-se a partir dos primeiros sinais de redução das chuvas, verificados já no mês de maio.

Somente o escoamento da borracha era compatível com a época chuvosa, daí ocorrer preferencialmente nos meses de inverno.

No início da safra deste produto, um dos primeiros trabalhos do extrator era construir um tapiri no seringal. Tratava-se de uma pequena choupana, erguida a partir de esteios roliços, coberta com folhas de ubim (*Geonoma sp*), a única palha existente nos centros, e assoalhada parcialmente, sobretudo com paxiúba (*Socratea exorrhiza* (Mart.) Wendl.), espécie de palmeira que ao ser partida adquire o aspecto de uma rígida esteira. Como era difícil encontrar materiais que pudessem servir de parede, como palhas de bussuzeiros (*Manicaria saccifera* Gaertn.), os tapiris eram geralmente devassados, servindo malmente para proteger os seringueiros de eventuais intempéries naturais, principalmente as chuvas.

Todavia, a precariedade desses abrigos não decorria apenas da escassez de materiais para melhorá-los. Muitas vezes contribuía para isso a pressão exercida pelos seringalistas sob os extratores. A recomendação daqueles era que estes deveriam erguer seus tapiris o mais breve possível, a fim de que logo estivessem trabalhando nas estradas, desenvolvendo as atividades efetivamente voltadas à produção da borracha. Esta medida evidencia que até mesmo nos seringais os extratores não ficavam livres do controle dos patrões (TEIXEIRA, C., 1980), agentes cuja maior preocupação era que, no final da safra, cada seringueiro apresentasse uma produção que pelo menos desse para amortizar suas dívidas.

A limpeza das estradas, por sua vez, constituía também umas das condições fundamentais ao desenvolvimento da coleta. As estradas, espécies de caminho ou piques, eram limpas com o intuito de facilitar o deslocamento no meio da mata. Como as seringueiras se distribuíam espontaneamente na floresta, essas estradas apresentavam uma configuração espacial irregular e, ao mesmo tempo, inacabada, pois a incorporação de novas árvores era permanente, não obstante existir uma espécie de padrão no qual cada estrada deveria ter uma

faixa de 130 seringueiras. Mas este padrão só era evocado quando os seringais eram alugados, algo que não era muito comum.

Em seringais de igapó, como aqueles existentes no Pau-de-rosa, a preparação das estradas era bem mais trabalhosa. Nelas, além da limpeza do caminho, o extrator tinha que estivar trechos do percurso que iria percorrer. Tal prática consistia no corte e arraste de pequenos troncos de árvores e/ou palmeiras para aqueles trechos mais movediços, com o intuito de facilitar a transposição e evitar acidentes que pudessem acarretar perda na produção, sobretudo quando o tipo de borracha produzida demandava a colheita diária do leite em estado líquido, como no caso da “borracha fina” e do “cangulado”. Além do mais, sem as estivas, dificilmente os seringueiros poderiam iniciar suas atividades à noite como era de costume no extrativismo da seringa.

O passo seguinte à limpeza da estrada era o “entgelamento”. Nesta ocasião, o extrator transportava para o seringal, em paneiros de arumã ou timbó açu, os recipientes onde o leite iria ser colhido. Estes recipientes, geralmente pequenas tigelas de folha de zinco ou latas de conserva bovina, eram fixados à seringueira, onde aparavam o leite que descia pelos riscos feitos com a “cabrita” (faca de cortar ou riscar a seringueira). Assim, o “entgelamento” constituía, também, o primeiro dia de coleta, embora, como lembram os seringueiros, a produção fosse mínima, aumentando só a partir do décimo dia, momento em que as seringueiras começavam a se “amansar”, ou seja, a produzir mais leite.

A coleta, entretanto, não se desenvolvia de maneira semelhante em todos os seringais. Esta atividade moldava-se de acordo com os tipos de borracha que se pretendia produzir. Alguns tipos como a “borracha fina” ou “defumada”, o “Látex” e o “cangulado”, por exemplo, demandavam muito mais tempo e trabalho do que quando se privilegiava a produção do “sernambi”. Isto significa que, dependendo do tipo de borracha, o seringueiro poderia ter uma lida diária prolongada, ou, por outro lado, disponibilizar ainda de algum

tempo para dedicar-se a outras atividades fundamentais à sua sobrevivência na floresta, como a caça, a pesca, e eventualmente a agricultura.

Nos seringais onde se privilegiava a produção dos tipos de borracha mais trabalhosos, como no Pau-de-rosa, a atividade dos extratores iniciava-se de madrugada, quando das primeiras cantigas do galo, uma vez que não disponibilizavam de relógios. Neste momento, eles se deslocavam para as estradas levando consigo uma poronga³, um balde, a faca de seringa e uma espingarda, quando tinham. Ao chegarem ao início da estrada, deixavam o balde, e com a poronga na cabeça ou na boca até o dia clarear, passavam a riscar as seringueiras. Riscavam até às 10 ou 11 horas do dia, dependendo da extensão da estrada. Daí regressavam para seu início, onde apanhavam o balde e começavam a colher o leite das árvores que haviam sido riscadas primeiro até chegar novamente ao fim da estrada, quando então voltavam para o tapiri, com o leite no balde.

A chegada ao tapiri, entretanto, não significava o término da jornada de trabalho diária do extrator. Se estivesse produzindo “látex”, por exemplo, que era a goma em estado líquida, o extrator tinha que colocar o leite em um recipiente maior e adicionar uma porção de amoníaco para que o leite não coagulasse. Se, por outro lado, a preferência fosse pela borracha coagulada, ou “cangulado”, na linguagem local, o extrator depositava o leite também em um recipiente, mas adicionava, ao invés de amoníaco, leite de caxinguba (*Ficus guianensis* Desv.), substância que coagulava rapidamente o leite da seringa, formando peças que só eram cortadas na hora da comercialização, para averiguar se não havia nenhuma impureza. E, por fim, se o tipo de borracha almejado fosse a “borracha fina ou defumada”, a chegada ao tapiri constitui, apenas, a metade do serviço.

³ Artefato em forma de um pequeno remo de madeira, onde se coloca uma lamparina na extremidade arredondada protegendo-a do vento ou da chuva geralmente com uma lata parcialmente aberta por onde escapa a luz. Sem este artefato, dificilmente os seringueiros conseguiriam trabalhar à noite, uma vez que não disponibilizavam de lanternas elétricas naquela época.

O processo produtivo desse tipo de borracha era mais lento, exigindo dedicação praticamente integral do extrator. Além de trazer o leite líquido para o tapiri, tal como fazia na produção do “látex” ou do “cangulado”, a produção da “borracha fina” demandava que o extrator tirasse cavacos de árvores secas para fazer fumaça, juntasse caroços de anajá (*Maximilliana maripa*) para queimar e dar aspecto amarelado à goma defumada, e ficasse longas horas rolando uma vara apoiada em duas forquilhas, sob a qual o leite ia sendo derramado e defumado lentamente até formar bolas de 15 a 20 quilos, quando, então, eram armazenadas em poços. Provavelmente por exigir todas essas etapas de trabalho, as informações que se têm indicam que apenas no Pau-de-rosa este tipo de borracha era produzido, o que pode está ligado ao fato de que ali o extrator contava com a família para lhe ajudar, o que no médio Pracuúba quase sempre não acontecia.

Nesta área, o que predominava era a produção de “sernambi”. Este tipo de borracha, embora menos valorizado do que a “borracha fina”, o “cangulado” e o “látex”, era bem mais simples de produzir, pois coagulava na própria tigela. Ou seja, enquanto para produzir aqueles tipos de borracha mais valorizados o seringueiro tinha que colher o leite líquido, o que significava dar duas voltas na estrada, e ainda continuar trabalhando no tapiri, na produção do “sernambi” isto não acontecia, bastava apenas riscar a seringueira e esperar que não chovesse antes do leite coagular nas tigelas. Assim, a borracha “sernambi” era produzida inteiramente nas estradas, motivo pelo qual apresentava certas impurezas, acidental ou intencionalmente colocadas nas tigelas, o que elevava o peso do produto, mas, em contra partida, baixava seu preço.

Nos seringais onde se produzia principalmente “sernambi”, os extratores disponibilizavam de mais um tempo para desenvolver outras atividades, como a caça, a pesca, a procura de peixes e “bichos de casco” (jacarés, peremas, muçunãs, cabeçudas, matamatá) nas queimadas (lagos) e a extração de outros produtos florestais, como açáí, patauá e bacaba.

Era basicamente através dessas atividades que os extratores obtinham a alimentação necessária à sobrevivência na floresta. Isto evidencia que os extratores não se ocupavam apenas com as atividades estritamente vinculadas à produção da borracha, mas tinham que se preocupar, para além disso, com a obtenção de meios de vida que possibilitassem a manutenção da sua própria força de trabalho. Nesse sentido, nota-se que ao lado do extrativismo da borracha desenvolviam-se outras atividades, sem as quais provavelmente ele seria inviável.

Onde se produzia “borracha fina”, “látex” ou “cangulado”, o tempo disponível para a realização dessas atividades era mais escasso. Entretanto, isto não impedia que elas fossem realizadas. Nessas áreas, a atividade diária da coleta era também a da caça, na qual o papel dos cães era fundamental. Embora o extrator pudesse, em um dia de sorte, abater determinados animais na beira da estrada, ele não tinha tempo nem condições de entrar na mata para caçar. Quem fazia isto era o cachorro. Usando o instinto de caçador, esses animais se encarregavam de encontrar e acuar as embairas, geralmente pacas e veados, deixando-as em situação privilegiada para o extrator abatê-las. Com isto, a tarefa da coleta e da caçada terminavam por se misturar, pois o extrator trazia da estrada, além do leite da seringa, a caça para o seu alimento.

Cabe destacar, entretanto, que a atividade agrícola era pouco desenvolvida nos seringais. Isto decorria basicamente de dois motivos. O primeiro era a dificuldade de se obter caule de maniveira para plantar nas roças. Ainda assim, dona Brasilina, uma antiga extratora, lembra que no tempo que trabalhou no centro do “Coco” seu pai fez um pedacinho de roça, mesmo tendo que carregar maniva da localidade Jupatituba, por mais de quatro haras. Além do mais, um outro aspecto que inibia a limpeza das roças era o fato de os seringais situarem-se geralmente em terras alagáveis, impróprias para o cultivo da mandioca. Por esses motivos, não raro, os seringueiros enfrentavam problemas de abastecimento de farinha.

Não obstante essa dificuldade, o uso dos recursos oferecidos pela fauna e pela flora facilitou em grande medida o estabelecimento da exploração dos seringais e, conseqüentemente, dos objetivos de lucro que a engendraram (TEIXEIRA, C., 1980). Todavia, a apropriação desses recursos era diversa, dependendo das condições naturais em que os seringais se encontravam e do tipo de borracha que se buscava produzir. No fundo, isto significa que o extrativismo da seringa não era “puro”, similar em todos os seringais e, tão pouco desprovido de uma logística prévia. Sua implementação concreta, sobretudo nos centros, era complexa, exigindo, de um lado, a inestimável contribuição da natureza e de outro, o árduo trabalho de extratores que, acompanhados de suas famílias ou não, esmeravam-se o verão inteiro, com o intuito de arcar com os compromissos assumidos no início da safra, o que, como já visto, nem sempre acontecia.

4.4 O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ NA FASE EMBRIONÁRIA

Os açazais, na área do médio Pracuúba, sempre se localizaram predominantemente nas várzeas. Até o final da década de 1970, basicamente, esses açazais desenvolviam-se espontaneamente, sofrendo a intervenção humana somente quando eram removidos, juntamente com as demais espécies típicas das áreas alagáveis, para dar lugar aos arrozais. Por esta razão, encontravam-se dispersos, apresentando toiceiras numerosas, com palmeiras as mais variadas em termos de idade, espessura e altura.

Embora os estipes sempre fossem aproveitados na construção de casas rústicas, o palmito, de vez em quando, comercializado (dos anos 70 em diante), o produto do açazeiro mais importante para a população ribeirinha era o açaí. Até essa época, entretanto, essa relevância derivava muito mais da importância alimentar do fruto (valor de uso) do que do seu

valor econômica (valor de troca). Assim, como a população ribeirinha não era numerosa, o açaí até se estragava no açazal.

O açaí era só pra beber naquele tempo. Dava quantidade de açaí naquele tempo. Tinha lugar que a gente passava debaixo daquelas reboladas [toiceiras] que estava com mais de metro de altura de açaí podre naquele caroçal. O açaí vinha, crescia, pretava, a gente não apanhava, e ele caía tudinho ali. Ficava grande caroçal debaixo daquelas reboladas. Agora depois que a população foi aumentando, pronto, hoje pode ser beira de lago, pode ser em qualquer lugar, o pessoal vai buscar o açaí. Hoje em dia, o açaí não cai mais assim. (Entrevista, dez. de 2004).

Isto, entretanto, não significa que a extração de frutos para fins comerciais não existisse. Ao contrário, a memória social informa que, desde a década de 1940, um importante comerciante e proprietário local, de nome Antônio Tavares, começou a enviar pequenas levas de açaí para o entreposto comercial de Jararaca, no município de Muaná, e para as vilas de Santo Antônio e Cocal, que eram entrepostos localizados em São Sebastião da Boa Vista. No entanto, como possuía açazais e os carregamentos eram pequenos (algo em torno de 40 a 50 latas), o referido comerciante se auto-abastecia, não havendo a necessidade de estender a compra para outras pessoas.

Este quadro, grosso modo, permaneceu assim até o final da década de 1960, ocasião em que começa apresentar importantes modificações. Limitado vários anos aos circuitos locais, este comércio transcende a baía do Marajó, chegando a Belém mais precisamente por volta de 1968, desta feita sob o comando de Raimundo C. Costa (o “papagaio”) que, coincidentemente, era genro de seu Antônio Tavares.

Com este novo circuito, a extração do açaí para fins comerciais dá um enorme passo rumo a sua expansão. Diferentemente dos anos anteriores em que o agente comercial basicamente se auto-abastecia, surgia agora a necessidade de estender a compra do produto para outros proprietários. Ainda que seu Raimundo C. Costa tomasse conta das terras do sogro, que tinham extensos açazais (não obstante a rizicultura), e sua primeira embarcação comportasse apenas umas 5 toneladas, tornava-se necessário encomendar açaí para outros

proprietários, para que se completasse o carregamento. Com isto, a idéia de obter rendimentos com a extração do açaí começava a expandir.

Esta importante mudança, entretanto, não abalou as relações de trabalho então vigentes nos açaiçais. Desde a época de seu Antônio Tavares, estas relações vinham se reproduzindo de maneira desmonetarizada, envolvendo apenas a recompensa em forma de mercadorias. Embora não se tenha conhecimento exatamente da percentagem que cada extrator recebia por lata de açaí coletada, sabe-se que esta era paga com produtos manufaturados e semi-manufaturados que o referido comerciante revendia em sua taberna.

Na época de Raimundo C. Costa, essas relações permaneceram intocadas. Como também era comerciante, este agente permaneceu reproduzindo as mesmas relações que seu sogro estabelecia, da maneira como mostra no depoimento a seguir.

Olha, eu distribuía os paneiros e quando era umas 10 horas eles começavam a chegar do mato. Iam cedo, umas 7 horas eles passavam em casa, fumavam um cigarro, tomavam um pouco de cachaça e iam para o igarapé. Quando eles começavam a chegar eu ia pra canoa e só ia mandando a notinha para a mulher que estava lá no balcão [estrutura de madeira existente nas tabernas sobre a qual se coloca as mercadorias que o freguês está comprando]. (Entrevista, dez. de 2004).

Ou seja, ao invés de receber dinheiro, o extrator recebia uma notinha discriminando a quantia que poderia comprar em mercadoria. Com isto, este trabalhador era imensamente explorado pelo “proprietário”, que lhe impunha uma relação sem alternativas, a não ser comprar sua mercadoria. Por outro lado, o “proprietário” e comerciante obtinha um duplo lucro, pois ganhava, não só com a mercadoria vendida aos extratores, mas com a venda do açaí em Belém, como será descrito posteriormente.

Aliás, o duplo lucro verificava-se também com relação ao açaí adquirido junto aos demais “proprietários”. Isto porque, até mesmo neste caso, a remuneração era feita também através de mercadorias.

Era o seguinte: eu levava mercadoria para quase todo aquele pessoal dela, com isso, eles ficavam era me devendo ainda. Ai, quando eu baixava vinha pegando o açaí e quando subia, eu ia só acertando as contas com eles, era assim que era o negócio. (Entrevista, dez. 2004).

Neste sentido, verifica-se que as transações envolvendo, tanto coletor e “proprietários”, quanto estes e o marreteiro de açaí, não eram monetarizadas. Ao contrário, desenvolviam-se com base no escambo, relação em que o agente comprador, que também era um dos principais “donos” de açaizais, lucrava duas vezes, pois ganhava tanto na negociação da mercadoria, quanto na venda do açaí, sobretudo quando este começou a ser comercializado no mercado de Belém e passou a apresentar um relativo dinamismo no âmbito local.

4.5 A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROEXTRATIVISTAS

4.5.1 A comercialização dos produtos agrícolas

A comercialização do arroz e da banana ocorria em lugares diferentes. A negociação do arroz dava-se nos entrepostos comerciais de Jararaca, em Muaná, e Santo Antônio, situado no próprio município. A produção da banana, por sua vez, direcionava-se inteiramente ao mercado urbano de Belém, onde era negociada com feirantes atacadistas em diversos portos, situados na orla do bairro do Jurunas. A venda desses produtos ensejava, portanto, dois circuitos comerciais distintos não apenas em termos espaciais, mas econômicos.

A proximidade dos entrepostos em relação às áreas produtoras de arroz tornava o circuito comercial desse produto menos extenso que o da banana. Por isso, o meio de transporte usado nesse percurso era o mais simples possível. Tratava-se de batelões, com capacidade para transportar algumas toneladas de grãos por viagem, movidos apenas a remo e/ou faias. Embora não fossem velozes, essas embarcações gastavam menos de um dia para chegar ao destino da venda, tempo este que não interferia na negociação, geralmente já acertada, e tão pouco na qualidade do cereal, perecível somente em longo prazo.

No Rio Jararaca, os agricultores que cultivavam arroz negociavam a produção com seu Francisco Nogueira, na vila Jararaca, ou com seu Ermínio Soares, no porto Cajuúba. Nesta negociação, o pagamento do produto poderia envolver dinheiro e/ou mercadoria, dependendo do caso. Quando o agricultor dirigia-se a esses lugares apenas para vender sua produção, ou seja, sem nenhum débito a saldar, poderia receber seu pagamento em dinheiro, muitas vezes usando parte dele ali mesmo na compra de artigos manufaturados. Por sua vez, aqueles agricultores que aviavam seus comércios nesse entreposto negociavam o arroz com mercadorias, cuja venda ainda lhes assegurava outros ganhos. O financiamento direto da produção por parte daqueles grandes comerciantes parece não ter ocorrido de maneira dominante, pelo menos em relação aos rizicultores pracuubenses.

No entreposto de Santo Antônio, as relações comerciais não apresentavam grandes alterações. Aqui o arroz era negociado com seu Raimundo B. Pompeu, cuja maneira de pagamento não divergia daquelas estabelecidas com os compradores do rio Jararaca. Assim como esses comerciantes, seu Pompeu poderia pagar o arroz em dinheiro, mas como também possuía uma grande casa comercial, geralmente estabelecia outras relações econômicas, vinculadas, sobretudo, ao financiamento direto da produção, através do adiantamento de mercadorias aos agricultores. Ao que tudo indica, a maioria desses agricultores negociava a produção nesse entreposto, não apenas porque era um pouco mais próximo do que aquele do rio Jararaca, mas porque o seu proprietário era muito popular no município, imagem construída graças a sua fama de prestativo com seus fregueses, típica dos antigos patrões da Amazônia.

A comercialização da banana, por sua vez, dava-se em outros moldes. A considerável distância entre Belém e o Rio Pracuúba tornava as viagens demoradas e perigosas. Por isso, ao invés de batelões, esse comércio desenvolvia-se com base na utilização de embarcações à vela, cuja mobilidade dependia diretamente do movimento das marés e dos ventos. Ainda que

fortemente dependente dessas forças naturais, essas embarcações permitiam aos produtores de banana chegar ao mercado urbano em condições de comercializar sua produção. Não obstante, em certos casos, o excesso ou a falta de vento, sobretudo na baía do Marajó, elevasse o tempo das viagens, ocasionando a degradação da banana, fato que baixava o preço deste produto, isto quando ainda era possível comercializá-la.

Em cada viagem, gastava-se uma faixa de 3 dias de baixada, 2 para comprar e vender e mais uns 3 na subida, o que totalizava uma faixa de 8 dias por viagem. Assim, era possível fazer apenas uma viagem por semana, independentemente da habilidade dos navegadores ou da elevação da produção. De certa maneira, essas limitações funcionavam como uma espécie de gargalo, visto que não só tornavam o escoamento da banana bastante lento, como desestimulavam a expansão do seu cultivo, sobretudo para quem não disponibilizava de meio de transporte.

Até o final dos anos 60, as canoas que se destacavam nesse circuito comercial eram apenas a “MORENA”, que pertencia aos irmãos Joaquim e Estolano Melo, e a “TUPIÁRA”, de propriedade da família Costa que, além dessa embarcação, possuía um grande comércio no baixo Rio Pracuúba e se envolvia também no financiamento e na compra da banana. A primeira canoa, com capacidade para transportar uma faixa de 1.500 cachos por viagem, escoava basicamente a produção dos seus proprietários. Já a “TUPIÁRA”, canoa de porte mais avantajado, comportava um carregamento bem maior, normalmente completado com madeira. De subida, essas embarcações traziam mercadorias, e, às vezes, até garrafas secas para o Cocal, entreposto onde era engarrafado um tipo de cachaça, cujo nome era o mesmo daquele entreposto comercial.

As transações comerciais entre os agentes econômicos urbanos e os produtores de banana se estabeleciam com base em acordos prévios, cuja palavra de cada um determinava com antecedência os termos da negociação. Por esta razão, em cada viagem, o número de

cachos que seria entregue (vendido) a cada marreteiro já vinha reservado, ou seja, o carregamento já vinha todo apalavrado. Assim, essas transações não se estabeleciam com base na competição, mas na confiança mútua entre os agentes econômicos envolvidos.

O local em que essas transações se estabeleciam circunscrevia-se basicamente à orla do bairro do Jurunas. Ali, devido não existir nenhum entreposto público (o Porto do Açaí só foi inaugurado em 1987) as embarcações tinham que atracar em portos particulares, onde marreteiros como seu Ceci e seu Milton estavam aguardando. Daí, a carga de banana era descarregada diretamente para alguns depósitos localizados na Rua Oswaldo de Caldas Brito, a partir dos quais era distribuída.

O pagamento da produção era plenamente monetarizado e, geralmente, efetuado na mesma viagem. Dentre os antigos produtores consultados, nenhum afirmou receber mercadorias como forma de pagamento, como de costume no caso da borracha, por exemplo. Por este motivo, o cultivo da banana era uma atividade atraente, sendo interrompido, sobretudo, pela disseminação das pragas, caso, aliás, que não se verificou apenas no Rio Pracuúba, mas em outras localidades do Marajó (BRABO, M., 1979).

Neste contexto, a comercialização da banana, ainda que baseada em acordos prévios, nos quais a “palavra” (compromisso) era de fundamental importância, não envolvia vínculos de dependência entre produtor e agentes comerciais urbanos. Isto porque estes agentes eram marreteiros e não tinham interesse em financiar a produção, até porque esta cultura era de ciclo longo. No caso do arroz, por sua vez, devido os agentes compradores se tratarem de grandes comerciantes, a ocorrência de relações desmonetarizadas, bem como o estabelecimento de relações de aviação era mais comum. Desta maneira, observa-se que a comercialização desses produtos agrícolas era diversificada e não se reduzia pura e simplesmente às relações de aviação.

4.5.2 A comercialização dos produtos extrativos

A comercialização dos produtos extrativos se estabelecia, basicamente, nos mesmos locais onde os produtos agrícolas eram negociados. Assim, uma parte da borracha direcionava-se ao entreposto comercial de Santo Antônio, enquanto que outra era comercializada em Belém, sendo que o mesmo ocorria com o açaí, ainda que em proporções e importância econômica mais modestas. Por isto, na prática, a venda deste fruto terminava se misturando com as transações e relações econômicas estabelecidas no comércio da borracha, inclusive dele se valendo para alçar seu primeiro salto, no final da década de 1960.

A comercialização da borracha, diferentemente dos produtos agrícolas, dava-se de maneira parecida tanto nos entrepostos comerciais locais, quanto em Belém. Na transação com esses entrepostos, particularmente com o Santo Antônio, envolviam-se, sobretudo, os seringalistas e comerciantes do médio Pracuúba. Dentre eles, destacavam-se Francisco A. Moreira e Raimundo C. Costa, sendo que este último, embora não tivesse seringais, comprava parte da borracha extraída nas áreas a montante do rio.

Conforme informações fornecidas por esse comerciante, a venda da borracha no Santo Antônio dificilmente envolvia dinheiro. Nestas transações, os seringalistas interioranos abasteciam suas casas comerciais com mercadorias e utensílios usados na extração da seringa aviados (adiantados) pelo dono do entreposto. Estes produtos eram adiantados aos seringueiros que se embrenhavam na mata. No final de cada safra, a borracha extraída era entregue aos seringalistas e/ou comerciantes que, por sua vez, a remetia ao dono do entreposto que lhes havia fornecido mercadoria, fechando, assim, um ciclo de negociação.

Nestas relações, a obtenção de crédito dependia especialmente da seriedade e da fidelidade de cada seringalista e/ou comerciante. Desde que as contas (dívidas) fossem acertadas dentro dos prazos estabelecidos, não havia restrição à concessão de crédito, fosse do tamanho que fosse. “Seu Pompeu era um homem bom”, lembra Raimundo C. Costa, “gostava

de ajudar quem tratava o ‘negócio sério’, agora quem era ‘ruim de negócio’ não era bem visto por ele”. Deste modo, nota-se que para além da dimensão puramente econômica, a comercialização da borracha envolvia aspectos morais, particularmente importantes para manter as relações de exclusivismo entre freguês e patrão.

Provavelmente como forma de reforçar esses laços e, ainda por cima, estimular a extração, seu Pompeu chegava até a promover “concurso” entre seus fregueses. Em certa ocasião, esse grande comerciante propôs que aquele que conseguisse entregar a maior quantidade de borracha no período de um ano ganharia como prêmio um rádio grande. Aquele que ficasse em segundo lugar ganharia um rádio um pouco menor. E o terceiro colocado receberia um radinho. Raimundo C. Costa recorda que, no final do ano, depois de uma acirrada disputa, ficou em segundo lugar, ganhando um dos rádios oferecidos. Com isto, o dono do entreposto comercial não só estimulava os seringalistas a lhe repassar o máximo de borracha possível, o que era extremamente salutar em termos econômicos, como reforçava sua imagem de “bom patrão”, distribuindo, na época, valiosos prêmios a sua freguesia.

Todavia, nem todos os seringalistas pracuubenses mantinham relações comerciais com seu Pompeu. Existiam aqueles que comercializavam sua produção em Belém, através de relações comerciais mais complexas, ainda que desmonetizadas como aquelas estabelecidas no Santo Antônio. Os principais seringalistas que estruturavam este circuito comercial eram Salomão Donato e os irmãos Joaquim e Estolano Melo, sócios da firma “Melo Etc. Irmãos”, ente jurídico através do qual obtinham crédito em casas comerciais da capital.

Os irmãos Melo escoavam sua produção através da mesma canoa que usavam para transportar banana, a “MORENA”. Em Belém, toda a borracha era entregue a firma “JS de Araújo CIA”, que tinha escritório na Rua 15 de Novembro, no bairro do Comércio, e adiantava “estivas” (enlatados, cereais, sal, charque, querosene, munição, tabaco, etc.) aos seringalistas em apreço. De acordo com seu Valderi (filho único de seu Joaquim Melo),

quando a borracha chegava a Belém, um dos sócios da “JS de Araújo CIA” acompanhava a pesagem e se encarregava de negociá-la com as filiais das grandes firmas que compravam esse produto, como a *GOODYEAR*. Por esta mediação, era cobrado 1% sobre o faturamento total. Mas, no final das contas, grande parte do dinheiro acabava ficando na própria empresa aviadora, como pagamento das mercadorias adiantadas.

Com isto, verifica-se que não existiam diferenças profundas entre os dois circuitos estabelecidos em torno da comercialização da borracha. Tanto no entreposto de Santo Antônio, quanto em Belém, as estruturas comerciais engendradas baseavam-se no aviamento, sistema no qual as relações entre os grandes agentes compradores, os seringalistas e/ou comerciantes e os seringueiros sempre envolvia o adiantamento de mercadorias em longo prazo, tornando a utilização do dinheiro necessário apenas como referência de valor.

No bojo destas transações, a comercialização do açaí envolvia apenas a troca direta por mercadorias. O comerciante Antônio Tavares, considerado o primeiro marreteiro de açaí do Pracuúba, enviava seus “empregados”, a remo, duas vezes por semana, com carregamentos deste fruto para seu Francisco Nogueira, que era um grande comerciante na vila Jararaca. Este distribuía o produto para seus trabalhadores, descontando do ganho de cada um a importância correspondente ao açaí que consumia. Quinzenalmente, seu Antônio Tavares baixava para acertar suas contas, recebendo o pagamento em produtos como sal, cachaça, tabaco, e até pirarucu salgado, que eram comercializados em sua taberna no Pracuúba.

Nos anos seguintes, o mesmo comerciante pracuubense tentou também a distribuição do açaí para a sede do recém criado município de São Sebastião da Boa Vista e para os entrepostos de Santo Antônio e Cocal. Mas a demanda continuava pequena e as negociações permaneciam ainda circunscritas, em grande parte, ao aviamento e ao escambo, relações estas comuns às transações da borracha e do arroz.

No final da década de 1960, entretanto, o comércio de açaí do Rio Pracuúba começa a apresentar mudanças na sua rota. Limitado vários anos aos circuitos locais, este comércio transcende a baía do Marajó, atingindo o mercado de Belém, de maneira mais estruturada, por volta de 1968. Isto, entretanto, não mais pelas mãos de seu Antônio Tavares, mas de seu genro, Raimundo C. Costa, que, como já se viu, também era comerciante e trabalhava, entre outros gêneros, com a borracha, produto que comercializava no Santo Antônio.

Aliás, foram essas constantes transações que lhe possibilitaram arregimentar prestígio e confiança junto ao dono daquele entreposto, fator decisivo na ocasião de comprar a “GAROA”, sua primeira embarcação com capacidade de viajar com açaí para Belém. Tendo apenas 2,3 dos 4 milhões de cruzeiros pedido pelo dono desta canoa, Raimundo C. Costa recorreu a seu Pompeu, que endossou o restante da quantia necessária. Mas, logo o comércio do açaí para Belém se mostraria extremamente lucrativo, possibilitando a compra de outras embarcações em seguida.

[...] a “Garoa” me deu muito resultado. Ela era pequena, tinha um CEFE de 20 [o primeiro tipo de motor mais potente que apareceu naquele rio]. Eu carregava só 300 latas de açaí, agora levava outras coisas, como a banana. Fazia duas viagens por semana. Depois eu comprei outra canoa, a “Iara”, por cinco milhões. Comprei um motor pra ela, que era à vela, por nove milhões, tudo à vista. Essa canoa já pegava mil e poucas latas. Ai, logo em seguida, comprei outra canoa, a “Flor da Lira”. Ela pegava umas 2.000 latas. Como a gente ganhava dinheiro nesse comércio do açaí [...] (Entrevista, ago. de 2004).

Este negócio tornou-se muito lucrativo porque, em primeiro lugar, este comerciante era o único a ter acesso aos meios de transporte que permitiam comercializar o açaí em Belém, até o final dos anos 70. Embora existissem linhas para esta cidade desde a década de 1950, pelo menos, elas eram feitas por embarcações à vela, cujo tempo de viagem era de no mínimo três dias, só de baixada. Neste contexto, este tipo de transporte, embora persistisse não fazia frente às embarcações motorizadas, que faziam o mesmo percurso em menos de um dia de viagem.

Por usufruir deste monopólio nos transportes, tal comerciante, que sem dúvida alguma foi o primeiro grande “barqueiro” local, não transportava açaí a frete. Isto, evidentemente, permitia grande supremacia desse agente comercial em relação aos “donos” de açazais. Estes, se não quisessem ver seu açaí estragar no mato, tinham que vender de acordo com as condições oferecidas. O fato de não existir concorrência, pois não havia “freteiro” ou qualquer outro tipo de marreteiro que comprasse esse produto como hoje, assegurava vultosos ganhos a Raimundo C. Costa, visto que pagava o açaí extraído no seu mato a troco (como já se viu anteriormente) e fazia o mesmo com os “proprietários” com quem negociava, isto sem fazer muito esforço.

No dia das baixadas, umas 11 ou 11,30 eu largava os cabos de casa. Ai botava a canoa no meio do rio e o pessoal vinha trazendo o açaí nos casquinhos. Vinham trazer o açaí no meio do rio e a canoa vinha só baixando na maré [...] como eu levava mercadoria pra quase todo aquele pessoal ali, eles era que me ficavam devendo. Ai, quando subia, ia acertando as contas, assim que era (Entrevista, ago. de 2004).

Em Belém, a maior parte do açaí era negociada diretamente com os “maquineiros”. Neste tempo, não havia feirante para intermediar esta transação, até porque não existia um porto fixo ou uma feira na qual o açaí pudesse ser desembarcado e comercializado. Por isto, este produto era negociado diretamente com os donos de máquinas. O restante que sobrava era vendo a GELAR, que foi provavelmente a primeira indústria a comprar e processar o açaí no Pará.

Assim, observa-se que o início da comercialização do açaí, assim como já vinha se verificando historicamente com a borracha, desenvolve-se com base nas relações de aviamento e escambo. Todavia, diferentemente desta goma, no final dos anos 60, o comércio do açaí apresenta um importante salto, proporcionado, de certa forma, pelos valores imanentes à patronagem, subvertendo o escambo no final da cadeia, ainda que as relações de aviamento continuassem predominado no plano local, devido, em grande parte, ao monopólio dos transportes.

Tomado de um ponto de vista mais amplo, evidencia-se que o aviamento, enquanto relação econômica característica da chamada “Amazônia tradicional” não apresentava uma forma única. Apesar de Santo, R. (1980), apoiando-se em Tupiassu, ver a sociedade amazônica de meados da década de 1960 ainda como um *continuum* em que o aviamento continuava sendo o “elo” articulador entre o “macro-núcleo urbano” e o “micro-núcleo extrativista”, esta percepção deve ser relativizada, posto que a comercialização de determinados produtos agro-extrativistas não se estabelecia estritamente com base na forma tradicional deste sistema, até porque a alguns agentes que estavam no topo da cadeia não interessava financiar a produção, caso dos marreteiros que compravam banana e dos “maquineiros” que compravam açaí.

Neste contexto, o aviamento “[...] aparece como uma relação mais fluida e dinâmica[...]” (ARAMBURU, 1999, p. 82), desvinculado de certa maneira das imagens de terror dos barracões, embora preservando os mecanismos de exploração essenciais, sobretudo, aos negócios dos grandes agentes comerciais, como os compradores de borracha, por exemplo.

5 A DINÂMICA DA EXTRAÇÃO DO AÇAÍ, DO MANEJO E DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO MÉDIO PRACUÚBA

No contexto atual, pode-se afirmar que as interações homem/natureza, no médio Pracuúba, estabelecem-se de maneira privilegiada na extração de açaí. Tanto nos períodos de safra, quando é intensificada a extração desse fruto, quanto nas épocas de entressafra, em que o manejo dos açazais é praticado, essas interações estão direta ou indiretamente atreladas àquele fim. Todavia, particularmente nos períodos de entressafra, outras atividades complementares também são praticadas, a fim de compensar a redução na produção de frutos. Assim, mesmo considerando o extrativismo do açaí como atividade principal, dificilmente a população ribeirinha do médio Pracuúba conseguiria sobreviver somente às suas custas, daí a justificativa para a permanência de outras práticas, como já se destacou anteriormente.

5.1 A DINÂMICA DAS SAFRAS

As safras são épocas do ano em que se registram os maiores índices de produtividade nos açazais, devido a grande incidência de frutos amadurecidos. Ao intervalo de tempo entre uma safra e outra se convencionou chamar de entressafra, período em que se observam as menores quantidades produzidas no ciclo anual do fruto (NASCIMENTO, 2000). Concretamente, as safras não apresentam uma duração bem definida e tão pouco a mesma produtividade, o que está diretamente relacionado aos fatores ecológicos e agrônômicos que caracterizam as áreas de açazais.

Observando a quantidade de açaí comercializada pelo município de São Sebastião da Boa Vista no mercado urbano de Belém, em 2003 (gráfico 03), depreende-se que esse município e, conseqüentemente, sua maior área produtora, o médio Rio Pracuúba, apresenta duas safras desse fruto. Uma, no início do ano, mais precisamente nos meses de fevereiro e

março, e outra, que se estende desde maio até o mês de novembro, sendo que esta diferença de duração reflete-se também na produtividade observada em cada uma delas.

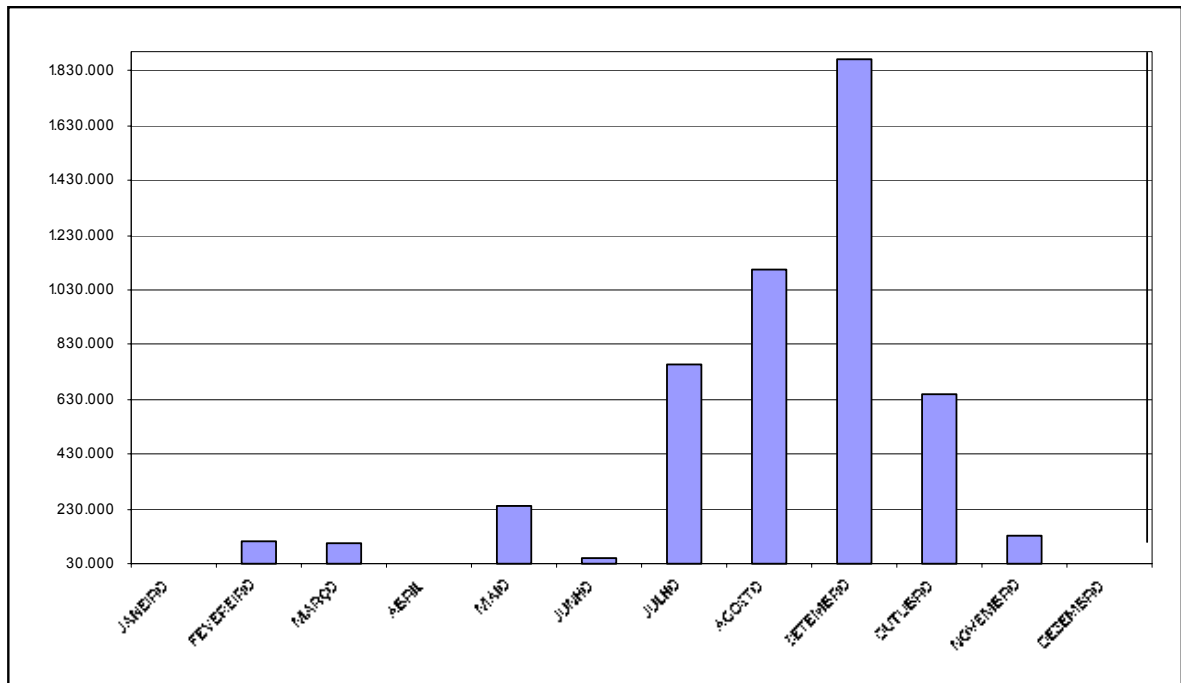


Gráfico 03: Quantidade de açaí boavistense comercializada em Belém, em 2003 (latas de 25 kg). SECOM, 2003.

No médio Pracuúba, essas safras são conhecidas como a safra do inverno e a safra do verão. A primeira é vista pela população ribeirinha como uma safra pequena, não apenas porque é relativamente curta, mas porque a quantidade de frutos encontrada nos açazais é pequena. Isto decorre do fato de que grande parte das palmeiras não frutifica nesta época, de sorte que o açaí é encontrado apenas em determinadas “pontas” de açazais, geralmente aquelas que produzem menos frutos no verão. Nestas safras, nem mesmo nas grandes propriedades, a produtividade consegue atingir níveis mais elevados.

Por outro lado, as intensas e freqüentes chuvas que se abatem nesta época dificultam sobremaneira a extração dos frutos. Primeiro porque molham os estipes (caule) das palmeiras, tornando-os escorregadios e, conseqüentemente, difíceis e arriscados de serem escalados, e segundo porque não raro essas chuvas molham o açaí já extraído, contribuindo para degradá-

lo rapidamente e/ou torná-lo desvalorizado nos locais onde é comercializado. Nessas circunstâncias, as chuvas interferem na produtividade e, muitas vezes, na própria qualidade dos frutos extraídos, na medida em que apressam a degradação.

Na safra do verão, entretanto, esses empecilhos praticamente desaparecem. Isto ocorre porque, embora seja longa, a safra do verão ocorre nos meses em que as chuvas são escassas, o que melhora consideravelmente as condições de extração. Este fato, aliado ao crescente amadurecimento dos frutos, permite não só aos grandes, como também os pequenos “proprietários” de açazais, elevarem exponencialmente a capacidade de produção, sobretudo em agosto e setembro, meses em que a extração atinge seus patamares mais notáveis.

Todavia, quando o verão é muito forte, o estipe dos açazeiros aquece-se rapidamente, o que também influencia na extração, embora com menor intensidade do que as chuvas de inverno. Com efeito, o aquecimento do açazeiro, ainda que não chegue a impossibilitar sumariamente a extração, contribui para maltratar rapidamente os pés e as mãos do extrator, sobretudo quando este desce da palmeira com os cachos nas mãos. É com o intuito de minimizar esse desgaste que os extratores procuram desenvolver suas atividades preferencialmente no horário da manhã, ocasião em que a insolação está menos intensa.

Não se pode esquecer, por outro lado, que as exigências dos compradores também contribuem substancialmente para que o açaí seja extraído mais cedo. Esses agentes comerciais, quando vão fazer suas “encomendas”, logo avisam que estarão passando, no mais tardar, ao meio dia para negociar os frutos. Isto, evidentemente, pesa de maneira decisiva para que cedo o extrator embrenhe-se nos açazais em busca dos frutos.

À tarde, por sua vez, a atividade extrativa é menos intensa. Em primeiro lugar porque o estipe do açazeiro encontra-se ainda bastante aquecido, o que desestimula a coleta dos frutos pelos motivos anteriormente mencionados. E segundo porque o açaí extraído neste turno, na maioria das vezes, só é negociado no dia seguinte, ocasião em que tende a ser

desvalorizado, pois já não apresenta o mesmo aspecto do dia anterior. Desta maneira, no verão, a extração desenvolve-se basicamente pela manhã, não obstante, algumas vezes, possa iniciar na tarde anterior, ocasião em que o extrator apenas apanha os cachos, deixando-os na mata para que os compradores não vejam o açaí já apanhado na hora em passam fazendo a “encomenda”.

Deve-se destacar, entretanto, que nas safras de inverno muitas das exigências dos compradores com relação à qualidade dos frutos são deixadas de lado, por conta da instabilidade da oferta, decorrente das freqüentes chuvas. Por esta razão, quando estas precipitações abatem-se fortemente pela manhã e, à tarde, faz algum verão, os extratores aproveitam este horário para coletar o máximo de frutos que puderem, pois não sabem se isto vai ser possível no dia seguinte, mas têm a consciência de que os compradores não estão em condições de impor suas exigências. Assim, de inverno, a extração pode ser praticada tanto pela manhã, quanto à tarde, tudo está muito dependente da incidência das precipitações.

A necessidade de conservar o açaí de um dia para o outro, sobretudo nessa época, tem levado os extratores a tomar algumas providências. Uma delas é mergulhar rapidamente os cachos na água da maré e deixá-los para serem debulhados só no dia seguinte. Outra prática, aliás, bem mais antiga, é deixar o açaí no relento, apanhando sereno, como se ainda estivesse na palmeira. Conforme os extratores, estas medidas não deixam o fruto murchar e/ou mudar sensivelmente de coloração, o que reduz consideravelmente seu valor na comercialização.

Assim, as interações homem/natureza no período das safras são ainda sensivelmente influenciadas por aspectos naturais vinculados principalmente às condições climáticas e à disponibilidade de frutos. Todavia, deve-se enfatizar, por outro lado, as iniciativas tomadas pelos extratores, a fim de se contrapor ou desviar da influência desses efeitos limitantes até mesmo como forma de se adequar às exigências de mercado cada vez mais presentes, associadas não só à quantidade, mas à qualidade dos frutos. Desta maneira, não se configura

uma relação determinista, mas uma interação dinâmica, na qual a natureza torna-se cada vez mais humanizada e o homem, cada vez mais naturalizado (SANTOS, M., 2002), porém, agora, progressivamente influenciada pelo mercado.

5.2 A ORGANIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO DO AÇAÍ

A extração do açaí é uma atividade que envolve homens, mulheres e crianças. Nesta atividade não existe uma rígida divisão do trabalho, pois todos os extratores envolvidos, independentemente de idade e gênero, podem se dedicar a qualquer etapa do processo extrativo, ainda que, na área estudada, tenha se observado que as mulheres se dediquem mais a debulha, enquanto os homens e as crianças ocupam-se preferencialmente com a extração propriamente dita. No processo como um todo, são utilizados apenas objetos técnicos simples, como peconhas, terçados e rasas, além da própria experiência do extrator. Sem esta, a extração do açaí torna-se uma atividade extremamente arriscada, pois envolve diversas situações de risco constantemente.

5.2.1 A divisão do trabalho

A extração do açaí, na área do médio Pracuúba, é uma atividade que envolve, predominantemente, a família como um todo. Esta, entendida como um grupo social que habita o mesmo espaço e tem por objetivos comuns a cooperação econômica e a reprodução (SIMONIAN, 2003), apresenta como autoridade doméstica geralmente um casal, que distribui as atividades econômicas entre si e os filhos menores. Tal distribuição é definida, em linhas gerais, de acordo com o sexo e a idade de cada membro do grupo, o que não significa um rígido seccionamento de funções entre o chefe da família, as crianças (geralmente meninos) e

a esposa, ainda que esta, em geral, desempenhe as atividades consideradas menos pesadas no açaiçal, mas, por outro lado, execute os serviços domésticos praticamente sozinha.

Quando a família se desloca para os açaiçais, seja ela de um “sem terra”, de um “pequeno” ou até mesmo de um “médio proprietário”, as tarefas se distribuem geralmente da seguinte forma: ao homem (chefe da família) e às crianças cabe a extração do açaí e à mulher cabe a debulha e a catação. Na prática, entretanto, esta divisão de tarefas é muito fluida. Quando já existem muitos cachos de açaí arriados, é comum que todos participem da debulha, buscando logo terminar o serviço. Por outro lado, as mulheres podem também ajudar na extração propriamente dita, embora, pelo observado, isto seja menos comum. Neste quadro, nota-se que o sistema econômico praticado pelas famílias extratoras do médio Pracuúba, assim como outros grupos ribeirinhos da Amazônia, requer uma polivalência de conhecimentos e habilidades (ACEVEDO; CASTRO, 1998), o que é fundamental, em última análise, à produtividade e à reprodução do grupo familiar.

Nas grandes propriedades, onde os açaiçais são constantemente manejados, tem extrator que consegue coletar, com a ajuda dos filhos e da esposa, até 50 latas de açaí por dia. Já nos açaiçais menores, esta quantia pode baixar para 25, 30 latas, por dia (até o meio dia). Mesmo assim, esse aproveitamento não é desprezível quando se leva em consideração que pouquíssimos extratores conseguem atingir a casa das 20 latas/dia, quando estão trabalhando sozinhos. Isto porque gastam muito tempo na tarefa da debulha e da catação que, como será mostrado subseqüentemente, são demoradas e maçantes, mas inevitáveis na extração do açaí para a venda.

Neste quadro, verifica-se que o trabalho feminino e, principalmente, o infantil é de fundamental importância para elevar a renda familiar. Todavia, nota-se também que isto não ocorre sem nenhum custo social tanto para as mulheres quanto para as crianças. No primeiro caso, configura-se uma espécie de dupla jornada de trabalho, na qual, além de contribuir nas

atividades extrativas, as mulheres têm que dar conta das tarefas domésticas em que se destacam a limpeza da casa, a lavagem das roupas e a preparação da bóia, incluindo o “vinho do açaí”.

Neste particular, é interessante assinalar que, até o início da década de 1990, o esforço era bem maior. Sem as máquinas elétricas de despulpamento, as mulheres se esmeravam duas vezes ao dia para amassar o açaí, ou seja, despulpá-lo manualmente em alguidas de argila, para depois coá-lo através de peneiras de arumã. Esta prática, ainda que produzisse uma bebida deliciosa, sem gosto adstringente (SIMONIAN; NASCIMENTO, 2004), era custosa e desenvolvida notadamente pela dona de casa, pois as filhas em idade de executá-la sempre buscavam se esquivar, sob a justificativa de que, além de deixar manchas, quebrava as pontas das unhas, tornando as mãos esteticamente deselegantes.

Desta época em diante, porém, esta situação começa a mudar. A aquisição massiva de máquinas elétricas vem transformando cada vez mais os alguidas e as peneiras em objetos de decoração, visto que até mesmo quem ainda não possui sua máquina recorre ao vizinho, pagando geralmente 50 centavos por cada batida. Com isto, de certa forma, alivia-se um pouco a jornada de trabalho doméstica, ainda que as demais atividades permaneçam inalteradas.

Contudo, é importante registrar que as mulheres nem sempre se fazem presentes nos açaizais. Em primeiro lugar, porque isto pode ferir a reputação daqueles chefes de família que desejam repassar a imagem de que são unicamente eles os responsáveis pelos proventos da casa. E segundo porque, sobretudo atualmente, já existem alguns estabelecimentos escolares que demandam a mão-de-obra feminina, quer seja para atuar como serventes quer como professoras. Desta maneira, sobretudo naquelas famílias que têm algumas posses, o envolvimento das mulheres no processo de extração do açaí é menos intenso.

O mesmo não se pode dizer em relação às crianças. Estas, sobretudo do sexo masculino, são iniciadas precocemente na extração do açaí. O processo de aprendizagem em geral começa aos 6, 7 anos de idade. Nesta ocasião, os meninos começam a dar seus primeiros saltos naqueles açazeiros baixinhos, normalmente com o incentivo do pai, que lhe dá algumas instruções elementares, como ter cuidado para a peconha não sair dos pés e os braços não escaparem do fino caule da palmeira. Com isto, a partir de 8, 9 anos de idade, um pouco mais fortes fisicamente, essas crianças já são ágeis coletoras, com habilidade e coragem invejáveis.

Além dessas qualidades, um outro aspecto que atribui importância central à mão-de-obra infantil é o reduzido peso das crianças. Esta característica permite a elas escalarem praticamente qualquer palmeira, inclusive aquelas que os adultos não conseguem porque são mais pesados. Deste modo, percebe-se que, embora não tenham a mesma resistência de um extrator experiente, as crianças, em certas ocasiões, mostram-se mais eficientes, ainda que expostas a maiores riscos, porque dificilmente voltam de uma palmeira antes de extrair seu fruto.

Por esta importância, não se verifica localmente nenhuma preocupação relativa às implicações que o massivo uso da mão-de-obra infantil pode acarretar para o crescimento das crianças. A única resistência que se encontrou foi expressa por um “grande proprietário”, cuja preocupação decorria do fato de que “as crianças são muito desastradas no açazal, cortam com muita força os cachos de açaí, sem se falar do número excessivo de folhas que derrubam”. Ou seja, uma preocupação que nada tem a ver com a manutenção da integridade e do desenvolvimento físico das crianças, mas simplesmente com implicações que podem afetar a produtividade do açazal, segundo explicara o referido “proprietário”.

Assim, constata-se que a utilização da mão-de-obra infantil nos açazais é tão comum que ninguém condena esta prática. Ao invés disto, é até motivo de orgulho para um pai afirmar que seu filho, de 8 anos de idade, já é capaz de apanhar 3 ou 4 latas de açaí por dia.

Isto, que para os olhos de alguém de fora configura, no mínimo, um típico caso de exploração do trabalho infantil, para a população ribeirinha não passa de um fato corriqueiro, tão natural que difícil é encontrar alguma criança, a partir dos 8 anos que não saiba “subir na açazeira”, como se diz localmente.

Nessas circunstâncias, pode-se dizer que a extração do açaí, na área do médio Pracuúba, não é um trabalho tipicamente masculino e tão pouco somente de trabalhadores adultos. A mão-de-obra feminina e infantil é amplamente utilizada nos açazais, sem praticamente nenhuma restrição. Mas esta complementaridade e polivalência típica dos grupos ribeirinhos amazônicos têm um preço: a sobrecarga de trabalho das mulheres e o envolvimento precoce das crianças numa atividade meticulosa e arriscada até mesmo para aqueles extratores mais experientes. Todavia, no âmbito local, isto parece normal porque já está enraizado nos costumes e contribui, em última análise, para a reprodução familiar.

5.2.2 Os meios de produção

A extração do açaí envolve objetos técnicos bastante simples. Esta prática exige necessariamente uma peconha, para escalar o estipe do açazeiro, uma faca ou terçado, para cortar o cacho de açaí, e uma rasa, para debulhar os frutos extraídos. Eventualmente, observa-se que alguns extratores também já vêm utilizando objetos como sapatos e luvas, com o intuito de se proteger dos diversos riscos que essa atividade apresenta. Todavia, em termos gerais, a introdução desses objetos não tem promovido nenhuma alteração substancial na tradicional maneira de extração, ainda fundamentada essencialmente no uso da peconha, do terçado e da rasa.

Entre esses objetos, a peconha seguramente é o mais importante. Apresentando aspecto de um laço, este artefato é usado para prender os pés do extrator no açazeiro,

possibilitando escalá-lo até o topo, onde se encontram os cachos de açaí. Sem ela, a extração deste fruto, sobretudo para fins comerciais, seria completamente inviabilizada, tendo em vista que somente o corpo humano não tem habilidade e, tão pouco, resistência para escalar as palmeiras por sucessivas vezes. Por esta razão, os extratores de açaí no médio Pracuúba também são chamados de “peconheiros”⁴, expressão que remete ao artefato sem o qual não poderiam desenvolver suas atividades.

A resistência e a durabilidade da peconha, bem como a segurança e a produtividade de cada extrator, dependem essencialmente das características do material usado na fabricação desse artefato. Como são utilizados diversos materiais na confecção deste objeto, uma apreciação mais detalhada dos principais tipos de peconha usados pelos extratores torna-se necessária.

Na área do médio Pracuúba, os principais tipos de peconha usados nos açazais são mostrados na figura abaixo.

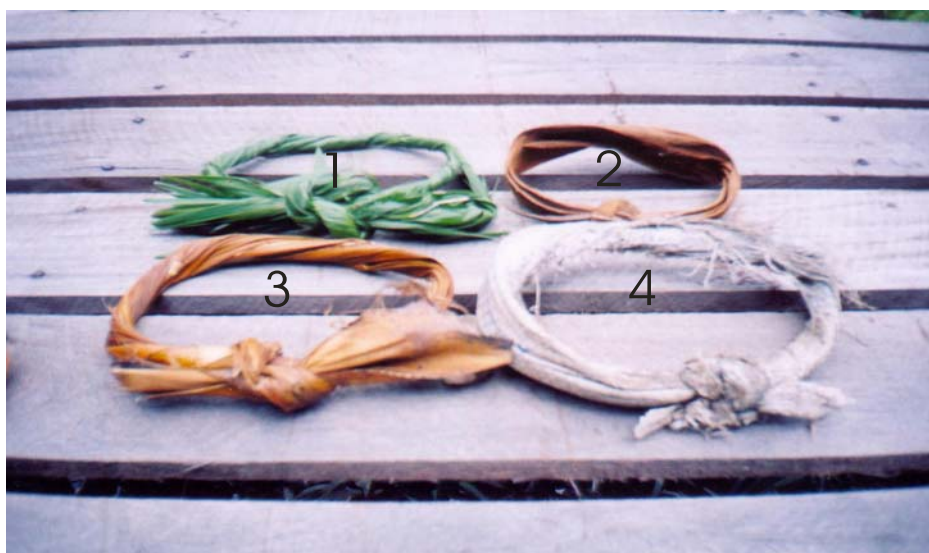


Figura 02: Os tipos de peconha mais usados no médio Pracuúba. Foto: Marinho, 2004.

⁴ Deve-se destacar, entretanto, que esta expressão é usada apenas para designar os extratores que atuam nos açazais de outrem. Aqueles que extraem açaí em açazais próprios jamais são denominados ou se autodefinem como “peconheiros”, pois isto é sinônimo de desprestígio, de inferioridade social.

A peconha 1, de aspecto esverdeado, é fabricada das folhas do próprio açazeiro. Seu método de fabricação, assim como os das demais, é muito simples: basta escolher as folhas mais novas dos estipes jovens, torcê-las muito bem, e depois trançar suas extremidades em forma de nó. A durabilidade deste tipo de peconha, entretanto, é curta. Normalmente resistem a umas três ou quatro escaladas, ocasião na qual passam a apresentar ricos ao extrator, que busca substituí-las rapidamente.

A peconha 2, por sua vez, é feita de uma outra fibra, o atururi. Este material, que é o envoltório dos cachos de bussuzeiro ainda em estágio embrionário, apresenta uma textura áspera, sobretudo quando fica molhado. Isto torna este tipo de peconha muito aderente ao açazeiro, fato pelo qual seu uso é mais comum nas épocas chuvosas, quando as palmeiras encontram-se frequentemente escorregadias. Como às peconhas de folha de açai, às de atururi apresentam também pouca durabilidade, dificilmente sendo aproveitadas em mais de cinco escaladas.

A peconha 3 é tecida de um material um pouco mais resistente, as copas (bainha foliares) secas do próprio açazeiro. Trata-se de um material amplamente encontrado nos açazais, tendo em vista que o açazeiro renova suas folhas em pouco tempo. Por isso, e pelo fato de ser um material relativamente macio, as peconhas de copa são amplamente usadas nos açazais, podendo ser aproveitadas em mais de um dia de trabalho, o que não ocorre com os dois tipos anteriormente mostrados. Depois das peconhas de fibras sintéticas, as de copa de açai são as mais resistentes.

A peconha de fibras sintéticas, assinalada com a numeração 4, é a mais durável de todas. Seu aproveitamento estende-se por vários dias, independentemente da estação do ano. Por este motivo, o uso desse tipo de peconha é generalizado entre os extratores, que a consideram a mais segura entre todas, ainda que por ela muitas vezes tenham que desembolsar algum dinheiro. Isto porque a obtenção das sacas, usadas originalmente para acondicionar

trigo ou farinha, é feita em padarias ou casas comerciais, onde são vendidas a uma faixa de 0,25 centavos cada uma.

A utilização deste tipo de peconha é recente. Os extratores mais antigos lembram que antes de surgirem as sacas de fio sintético, usavam apenas as peconhas de folha de açaí, de atururi e de copas secas. Como esses materiais eram rapidamente deteriorados, um bom tempo do processo extrativo perdia-se na fabricação da peconha. Com o aparecimento das fibras sintéticas, a situação mudou. A resistência dessas fibras propicia ao o extrator mais tempo para procurar o açaí no açazal, contribuindo, desta maneira, para elevar a produtividade.

Não se deve esquecer, por outro lado, que a introdução deste tipo de peconha também trouxe maior segurança ao extrator. Com ela, os riscos de quedas do açazeiro tornaram-se mais remotos. Atualmente, quando isto ocorre, geralmente é muito mais por causa da quebra da palmeira do que pelo rompimento da peconha. Provavelmente por esta razão, a ocorrência deste tipo de acidente não é tão freqüente, embora ainda cause mortes ou acarrete seqüelas irreversíveis às vítimas.

Além da peconha, o outro objeto fundamental na extração do açaí é o terçado. Este artefato é utilizado pelos “peconheiros” para limpar as toiceiras, quando estas se apresentam cerradas, e para cortar os cachos de açaí no topo das palmeiras. Assim, embora ocasione certo desconforto e exija cuidado no seu manuseio, o terçado agiliza a extração, pois facilita a quebra dos cachos da palmeira, sem muito esforço, o que é essencial para que não se perda muitos caroços antes da debulha.

A rasa, por sua vez, constitui um outro importante artefato usado na coleta, sobretudo quando os açazais estão localizados em áreas mais afastadas. Funciona como recipiente em que o açaí é debulhado após a extração dos cachos. O tipo padrão de rasa usado no médio Pracuúba é mostrado a seguir.



Figura 03: Tipo de rasa que os pracuubenses acondicionam açai. Foto: Marinho, 2004.

Este tipo de rasa é feito de tala (casca) de arumã (*Thalia geniculata* L.), com capacidade para comporta 15 kg de açai, ou seja, uma lata de querosene cheia, que é a unidade de medida a partir da qual o produto é comercializado. Quando são usadas apenas para debulhar o açai no açazal, essas rasas podem durar quase uma safra inteira, ou seja, uns 4 meses. Mas quando são compradas especialmente para acondicionar os frutos na circulação dificilmente duram esse período, pois, além dos constantes extravios nas feiras, essas rasas são deterioradas facilmente nas viagens, sobretudo na ocasião do embarque e desembarque do produto. Por este motivo, seus estoques têm que ser renovados frequentemente, o que estimula, paralelamente à economia do açai, a atividade artesanal, cuja importância será abordada subsequentemente.

5.2.3 A coleta dos frutos

A extração do açai, em termos amplos, não se restringe apenas à coleta direta dos frutos. Embora seja, sem sombra de dúvida, a etapa mais importa do processo extrativo, este se inicia bem antes já com o deslocamento do extrator ao açazal e só termina com o

transporte do produto para casa, ocorrendo, neste intervalo, outras etapas além da extração propriamente dita, como a localização do “açai preto”, a debulha dos cachos extraídos e a catação. Assim, concretamente, a extração do açai apresenta-se bem mais complexa do que parece à primeira vista, exigindo, por esse motivo, uma apreciação mais cuidadosa.

Com este intuito, cada uma das etapas desse processo será apresentada em forma de pequenos tópicos, cuja organização busca reproduzir a seqüência em que se apresentam na realidade da extração.

O deslocamento para o açazal: os “peconheiros” do médio Pracuúba deslocam-se para os açazais pelos caminhos e/ou pelos igarapés, dependendo do movimento das marés. Quando ela está baixa, geralmente usam apenas o caminho, pois os igarapés, entulhados de galhos e troncos, não permitem o deslocamento por canoa. Já quando a maré está alta, esse meio de transporte é frequentemente usado, até o local onde os extratores desembarcam, denominado por eles de porto. Assim, tanto na beira do rio, como na dos igarapés, existem vários portos, que marcam o início dos caminhos que levam ao interior da mata.

Como os açazais não se localizam tão distante, os “peconheiros” saem para o mato só pela manhã. Embora não sigam horários rígidos, geralmente antes das 7 da manhã já estão no caminho, até porque das 11 ao meio dia o açai já tem que está em casa. No inverno, entretanto, esse horário torna-se extremamente flexíveis, devida a constatare incidência das precipitações. Neste caso, nos dias chuvosos, a extração começa mais tarde e, conseqüentemente, a baixada das embarcações também atrasa.

A localização dos cachos maduros: uma vez no açazal, antes de começar a escalar os estipes, o “peconheiro” tem que localizar os cachos, cujos frutos amadurecidos estejam em condições de ser comercializados, ou seja, estejam “pretos”. Nesta ocasião, utiliza especialmente sua visão, com o intuito de reduzir ao máximo a probabilidade de subidas inúteis, prejudiciais às suas condições físicas.

No começo das safras, esta tarefa torna-se dificultosa. A infinidade de nuances apresentadas pelos cachos aumenta, sobremaneira, a incerteza do extrator na ocasião de escolher o estipe que deve escalar. Com isto, eleva-se também o número de subidas em vão, o que reduz não apenas a produtividade, mas a própria qualidade do açaí extraído, pois o “peconheiro”, extenuado, acaba sendo compelido a apanhar os cachos ainda “paraos”, ou seja, parcialmente pretos, aproveitando apenas os frutos já plenamente amadurecidos. Assim, no início das safras, ocorre um acentuado desperdício de açaí nos açazais e a produção comercializada é de baixa qualidade.

Do meio da safra em diante, com os açazais “pretejando” de açaí, o critério de escolha dos cachos altera-se. A reduzida probabilidade de subir em açaí “parao” leva o extrator a selecionar os cachos pelo tamanho, de sorte que aqueles de maior porte são privilegiados em detrimento das “pelencas”, ou seja, dos cachos pequenos. Desta maneira, a produtividade aumenta exponencialmente no auge da safra, quando existe a maior oferta de cachos grandes, decrescendo a partir daí, à medida que os cachos vão reduzindo de tamanho e de quantidade.

A extração propriamente dita: esta é etapa em que o extrator escala a palmeira até o topo, local onde se encontra o cacho de açaí previamente escolhidos. Trata-se do momento mais crítico de todo o processo extrativo, exigindo a combinação de atributos como cuidado, força e experiência, simultaneamente. Na ausência de algum desses predicados, os riscos à integridade física do extrator elevam-se consideravelmente, pois a extração direta do açaí é uma atividade muito perigosa.

Antes mesmo de colocar os pés no tronco do açazeiro, o “peconheiro” já tem que está atento. Em geral, sempre dá uma rápida olhada ao redor da toiceira, averiguando se não existe nenhuma serpente camuflada entre as folhas envelhecidas. Se não tomar essa providência, pode ser facilmente picado por surucucuranas, jararacas ou combóias, serpentes do gênero *Bothrops*, cujo veneno pode até matar, caso a vítima não seja tratada

adequadamente. Em São Sebastião da Boa Vista, aliás, este tipo de tratamento, a base de soro antiofídico, só é dispensado na sede do município, que dista, a motor, umas três horas de viagem do médio Pracuúba. Por este motivo, as pessoas vitimadas por picadas de cobra recebem tratamento tardio, levando meses para se restabelecerem plenamente.

Uma vez constatado que não existe ameaça no tronco da palmeira, o extrator coloca a “peconha” nos pés e inicia a escalada, realizando pequenos saltos sincronizados. Neste movimento, centraliza sua força nos membros, redobrando a atenção para que eles não escapem do açazeiro. Chegando ao topo, analisa o cacho da palmeira que escalou, bem como os demais existentes na mesma toiceira, cortando apenas aqueles que estão “pretos” (figura 04). Feito isto, desce pausadamente, com uma mão agarrada no estipe e outra, segurando os cachos extraídos. Os maiores desafios que se apresentam nesta hora são descer o mais rápido possível sem que isto redunde em movimentos bruscos causadores de perda de caroços antes do início da debulha.



Figura 04: Criança no alto da palmeira, examinando se o cacho de açai está em condições de ser apanhado. Foto: Pamplona. In: SOARES; PINTO, 2005, p. 13.

Como já destacado anteriormente, no verão, essas escaladas são mais rápidas, pois o açazeiro enxuto facilita o movimento do extrator. Entretanto, no inverno, a situação é outra.

As intensas chuvas influenciam e, às vezes, obstaculizam completamente esta atividade, tornando as palmeiras extremamente escorregadias. Ainda que os extratores procurem usar peconhas mais aderentes, como as de atururi, e camisas de mangas cumpridas, a extração dos cachos torna-se muito desgastante, tanto na subida, quando têm que atingir o topo da palmeira, quanto na descida, em que têm que trazer os cachos extraídos. Nesta época, costuma-se dizer que uma “atrepada” vale por umas dez, tanto é o esforço necessário.

No entanto, além de cuidado e força, a extração do açaí demanda muita experiência do extrator. Sem ela, este pode ser induzido facilmente a escalar o açazeiro pensando apenas no tamanho do cacho, sem observar o diâmetro do estipe ou possíveis danificações que este possa apresentar. Isto pode expor o extrator a situações de extremo risco, derivadas especialmente da possibilidade de fratura do estipe. Nos açazais em apreço, não raro, este tipo de acidente acontece, ocasionado seqüelas que variam desde escoriações até a morte sumária da vítima, embora esses casos fatais sejam menos comuns.

A debulha: o extrator executa esta atividade passando as mãos nos pendões (ráquilas) e aparando os caroços numa rasa colocada bem debaixo do cacho. Trata-se de uma atividade maçante, motivo pelo qual os extratores não gostam de executá-la. Não obstante a isto, possibilita certo descanso, pois não exige esforço físico considerável, como a extração direta do fruto, por exemplo. Em geral, a debulha é feita quando já existe certo número de cachos arriados, como se observa na figura a seguir.



Figura 05: Jovem extrator debulhando o açaí numa rasa de arumã. Foto: Marinho, 2004.

Embora aparentemente não apresente riscos, de vez em quando os extratores que estão realizando esta tarefa são picados por determinados insetos. Os mais comuns encontrados nos cachos de açaí são o tracuá (*Camponotus femoratus*) e a tocandera (*Dinoponea grandis*), sendo esta espécie a mais temida, pois a ferrada, além de muita dor, causa febre e vômito. Este tipo de acidente acontece porque, na debulha do açaí, como, aliás, em todo seu processo extrativo, dificilmente se usa algum tipo de proteção nas mãos. Segundo os extratores, isto atrapalha o desempenho desta atividade.

A catação: esta é uma etapa obrigatória quando o açaí extraído volta-se especialmente para o mercado. Em geral, inicia-se imediatamente após a debulha e consiste na retirada dos caroços verdes e/ou “paraos”, bem como dos fragmentos de pendões quebrados na etapa anterior. Trata-se, nesse sentido, de uma atividade essencialmente qualitativa, cuja importância reside na “preparação” do açaí para a comercialização.

No início da safra, esta atividade ocupa considerável parcela de tempo do extrator porque os cachos de açaí ainda estão em processo de amadurecimento, ou seja, estão “pretando”. Por esta razão, a cada cacho debulhado, o extrator detém-se por vários minutos na

escolha dos caroços verdes e “paraos”, fato que reduz drasticamente sua produtividade, tanto pelo tempo que gasta, quanto pela quantidade de frutos descartados. Por isto, a catação persiste muito mais pela exigência dos agentes comerciais do que pela própria vontade dos extratores.

Já do auge da safra em diante, embora persista, essa atividade é bem menos trabalhosa. Devido à maioria dos cachos de açaí está bem preto, as “impurezas” observadas depois da debulha resumem-se, basicamente, aos detritos de pendões e a um ou outro “filho de açaí”, ou seja, caroços minguados que por não terem acompanhado o processo de amadurecimento dos demais ainda permanecem verdes.

5.3 O MANEJO DOS AÇAIZAIS

5.3.1 A afirmação do manejo como atividade necessária

Os açazais pracuubenses já vêm sofrendo significativa intervenção humana desde pelo menos os anos 40 do século passado. Como já referido anteriormente, nesta época, começa a se desenvolver nessa área uma incipiente lavoura de arroz, adaptada exclusivamente ao ambiente varzeiro, local em que também se encontravam as maiores concentrações de açazais. Por esta razão, à medida que se desenvolvia o cultivo do arroz, incrementava-se também o abate desses palmeirais, posto que a implementação daquela cultura pressupunha inevitavelmente a devastação da área cultivada.

Por outro lado, aquelas “pontas de açazais” conservadas também não se mantinham imunes à ação antrópica. A população ribeirinha, mesmo que pequena, já explorava essas “pontas”, coletando frutos para o consumo doméstico e eventualmente para o comércio que então se estruturava. Todavia, não se tratava de uma atividade intensa, porque o autoconsumo era limitado e o comércio apresentava-se incipiente.

Neste contexto, não havia motivos que ensejassem mudanças na esfera das interações com os açazais. Embora tivessem importância, esta não se equiparava, em termos econômicos, àquela dos arrozais, pois decorria especialmente do valor de uso. Assim, como este era plenamente suprido pelas reservas naturais de palmeiras, não havia manejo e tão pouco a necessidade de privilegiar esses açazais em relação à lavoura do arroz.

Este quadro só vai começar a dar os primeiros sinais de mudança no final dos anos 70, época na qual o cultivo do arroz já havia enfraquecido e a comercialização do açaí começa a apresentar leve expansão. Nesta época, antevendo a importância que este comércio iria tomar futuramente, “proprietários” como seu Joaquim Nunes e seu Lourival Pantoja começaram a direcionar esforços no sentido de transformar suas áreas de várzeas, então desinteressantes economicamente, em domínio de açazais, instaurando uma nova maneira de ver esse recurso, na qual a idéia de conservá-los e manejá-los ocupava lugar central.

Entretanto, as primeiras iniciativas nesse sentido pareciam estranhas àquelas pessoas que haviam amadurecido vendo o açazeiro nascer, crescer e dar frutos naturalmente. Para elas, não havia nenhuma necessidade de despender trabalho na limpeza dos açazais, uma vez que a oferta de açaí para o uso e mesmo para a troca mostrava-se remediável. Por isto não encontravam nenhuma lógica na preocupação de tratar dos açazais ou do que restava deles.

Olha, quando eu tava limpando esse terreno, teve muita gente que encostava lá onde eu estava trabalhando e dizia: rapaz, tu tá é maluco. Mas eu marcava 400m de frente e 400m pra terra e metia o machado, não tinha moto-serra mesmo. Tinha vez que ficava aquelas açazeiras finas, de tarde quebrava no meio, amunhecada. E o pessoal encostava lá e perguntava: que idéia é essa tua aí? Rapaz, minha idéia é fazer um açazal aqui, nessa terra não tem nada. É ali onde o meu filho mora. Lá virou um grande açazal, acho que uns dois anos apanhamos açaí do chão. (Entrevista, ago. de 2004).

Ou seja, a iniciativa de raleiar a mata⁵ para que o açazal se desenvolvesse e produzisse mais frutos mostrou-se inicialmente sem sentido. Isto porque constituía um procedimento diametralmente oposto ao aproveitamento de um recurso que, há poucos anos atrás,

⁵ Retirada das árvores que não têm valor comercial, uso medicinal ou que esteja sombreando muito os açazais (MARTINS; OLIVEIRA, 2001).

simplesmente era abatido e abandonado na mata, sem que nem mesmo os palmitos fossem aproveitados na maioria das vezes. Daí não ser de se estranhar que boa parte população ficasse perplexa com a iniciativa de cuidar dos açazais até porque, com a redução da atividade agrícola, recompunham-se progressivamente.

Com o passar dos anos, entretanto, essa e outras práticas foram se generalizando, de sorte que, atualmente, tanto o pequeno quanto o grande “proprietário” já pratica algum tipo de manejo em seu açazal. Não se trata, entretanto, de nenhuma forma de “manejo negativo” (SIMONIAN, 2001), relacionado ao corte indiscriminado de palmeiras, como já se observara anteriormente. Trata-se, isto sim, de sistemas de manejo tradicionais, respaldados essencialmente no conhecimento empírica e na representação que cada ribeirinho faz de seu açazal, o que é, aliás, prática comum às populações amazônicas (ACEVEDO; CASTRO, 1998; CASTRO, 1998; REGO, 1999). Por isto, concretamente, tais práticas apresentam-se diversificadas, embora o que as impulse essencialmente seja o desejo de elevar a produtividade de açaí, não obstante a comercialização dos palmitos também se mostrar importante.

Que se veja, portanto, como essas práticas se materializam e quais os saberes que as orientam concretamente.

5.3.2 A diversidade das práticas de manejo

O manejo dos açazais no médio Pracuúba desenvolve-se especialmente nos meses de entressafra. Inicia timidamente em setembro, quando o açaí escasseia, intensificando-se nos meses seguintes. Retrai-se em fevereiro e março, época na qual ocorre uma pequena safra de inverno, readquirido, após este período, um novo impulso até o final do mês de maio, quando a grande safra do verão se inicia.

Nesses períodos, diversas atividades são desenvolvidas nas áreas inundáveis, a fim de criar condições favoráveis ao crescimento do açazeiro. Destacam-se, entre elas, a derruba e o anelamento⁶ das espécies arbóreas, a roçagem da vegetação do sub-bosque e, principalmente, o controle da brotação do açazeiro, através do desbaste das toiceiras. A maneira e a intensidade com que cada uma dessas atividades é executada, entretanto, não são as mesmas, surgindo daí uma diversidade de açazais, com sistemas de manejo diversos, tanto quanto o conhecimento empírico e a condição material de cada “proprietário”.

Neste quadro, um primeiro grupo de açazais que se destaca é aquele em que se pratica uma espécie de “manejo intensivo” (GROSSMANN et al., 2004). Nesses açazais, a vegetação de maior porte já foi completamente eliminada, através da derruba e do anelamento das árvores, ficando apenas o açazeiro. Por esta razão, as atividades que permanecem sendo praticadas nesses açazais são, basicamente, a roçagem e o desbaste das toiceiras, uma vez que não mais existem espécies arbóreas para serem abatidas.

A roçagem consiste no corte da vegetação arbustiva e dos cipós que se desenvolvem no meio do açazal, dificultando o deslocamento e o acesso às toiceiras. Em algumas propriedades, esta atividade é feita cuidadosamente, como se observa no depoimento a seguir.

Minha roçagem é essa como o senhor vê, tem que ter no máximo de dois a três palmos. Não deixo raspar. É uma idéia que eu peguei. Se matar a raiz do mato, vai maltratar a produção de açai, porque onde o raio do sol desce na terra, que aquece, o açai peca, não vinga. Ao invés de dá o cacho grande, dá aquela pelença, porque a raiz do mato tem tipo uma água, né? Pode bater e espremer, e a do açai é mais seca. Então elas se cruzam lá em baixo, a raiz do mato e a do açazeiro e isso protege o açazeiro. Ai, se raspar tudo, matar todo mato, seca a terra, e dá pouco açai. (Entrevista, ago. de 2004).

Isto mostra que a roçagem nem sempre é uma atividade espontânea. Embora pareça, a sua execução opera-se obedecendo a determinados critérios, derivados de uma rica percepção do ecossistema, evidenciando nitidamente a articulação de um conhecimento de base puramente empírica com as práticas voltadas ao manejo dos açazais.

⁶ Trata-se de fazer um anel em torno do tronco das árvores, a fim de que morram lentamente sem causar danos a vegetação subjacente.

A outra atividade desenvolvida é o desbaste das toiceiras, através do corte das palmeiras excedentes. Esta atividade ocorre porque uma das principais características agronômicas do açazeiro é a constante brotação (CALZAVARA, 1972; NOGUEIRA, 1997), fato que pode levar a formação de toiceiras com até 25 estipes (OLIVEIRA et al., 2002), o que não é favorável à produção de frutos, devido à intensa competição estabelecida entre as palmeiras. Por isto, as toiceiras encontradas nos açazais intensamente manejados dificilmente apresentam mais de 4 estipes, geralmente de altura semelhante, e relativamente afastadas umas das outras.

A prática desta atividade encontra-se também relacionada à produção de palmito, extraído das palmeiras abatidas. Todavia, este produto geralmente é de baixa qualidade (terceira), pois resulta predominantemente de palmeiras novas, conhecidas localmente como “renovos”. Por consequência, é negociado clandestinamente, pois o IBAMA não autoriza a comercialização de palmito com menos de 2 cm de diâmetro. Assim, devido à inadequação desta lei à realidade do manejo nos açazais (GROSSMANN et al., 2004), os “proprietários” têm o palmito sub-valorizado pelos compradores, que agem livremente nesta época, não obstante o temor da fiscalização que, aliás, não se verifica efetivamente.

Por outro lado, não se deve esquecer de que o desbaste das toiceiras também contribui para evitar acidentes nos açazais. Tal contribuição resulta do abate daquelas palmeiras altas, finas e/ou excessivamente tortas, cuja extração dos frutos exige, além de habilidade e força, muita coragem dos “peconheiros”. Assim, além de favorecer a produção de frutos e possibilitar acesso à renda numa época difícil, não obstante os problemas destacados, o manejo das toiceiras contribui também para tornar a extração do açaí uma atividade menos arriscada, na medida em que elimina grande parte das palmeiras que apresentam riscos ao serem escaladas.

Além dos açazais manejados intensamente, existe um outro grupo em que se observa um “manejo intermediário” (GROSSMANN et al., 2004) ou tolerante (JARDIM, 2002), cuja principal característica é a completa eliminação da vegetação sem valor econômico, conservando apenas as espécies que apresentam algum interesse comercial e/ou utilidade para as famílias, tais como a andirobeira, a pracuubeira e a ucuubeira. A opção por este sistema de manejo está relacionada a dois fatores vislumbrados no depoimento abaixo.

[...] quando eu vou limpar meu açazal, pensa que eu derrubo tudo e deixo só as açazeiras, eu não. Eu vou deixando seringueiras, andirobeiras, ucuúbeiras e outros tipo de madeira. Quem sabe algum dia o açai não cai, pelo menos tem madeira no mato. Sem se falar que quando fica só o açazal, o açai custa pretar, fica amarelo, diferente quando pega alguma sombra. (Entrevista, ago. de 2004).

Ou seja, a implementação do “manejo intermediário” decorre tanto do receio de que a economia do açai, assim como a da borracha, algum dia venha a declinar, quanto da idéia amplamente disseminada de que as árvores, ao fazerem sombra, contribuem para deixar o açai bem “preto”, quando amadurece. São esses dois fatores que ajudam a explicar a grande quantidade de açazais, cuja forma de manejo pode ser caracterizada como intermediário.

Neste sistema de manejo, diferentemente do intensivo, a derruba e o anelamento das árvores ocorre de maneira seletiva. Isto porque não são todas as árvores que devem ser eliminadas, mas somente aquelas desprovidas de qualquer valor para a população. Por este motivo, a remoção da cobertura vegetal nesses açazais ocorre de maneira lenta, até porque quem está fazendo este trabalho tem que ter um mínimo de discernimento das espécies que deve abater.

A roçagem e o desbaste, por sua vez, também são praticados permanentemente. A roçagem, entretanto, não obedece aos mesmos critérios do “manejo intensivo”, desenvolvendo-se de maneira mais espontânea. Já o desbaste opera-se tal como no “manejo intensivo”, constituindo também a etapa mais importante, principalmente porque gera renda aos “proprietários”. Neste caso, estas duas atividades andam sempre juntas, sendo muito

difícil à ocorrência de situações em que o açazal é apenas roçado, sem que as toiceiras não sejam desbastadas, pois é isto que ajuda no custeio do trabalho.

Ainda com relação ao grau de intervenção nos açazais, é possível discernir um terceiro grupo, cuja ação humana ainda mostra-se incipiente. Conforme Grossmann et al. (2004), nesses açazais predomina um sistema de “manejo moderado”, cuja principal característica é a retirada de apenas algumas espécies da flora, consideradas indesejáveis porque têm ecúleos ou espinhos, como os murumuruzeiros (*Astrocaryum murumuru*), por exemplo. Assim, busca-se apenas facilitar o trânsito das pessoas na mata, conservando as toiceiras de açazeiro com todos seus estipes, bem como as demais espécies de árvores e palmeiras.

Neste tipo de manejo, executa-se uma fraca atividade de derruba e/ou anelamento. A roçagem é feita apenas naquelas toiceiras muito cerradas em que existe açai “preto”, na ocasião da extração. E o desbaste é uma atividade inexistente. No médio Pracuúba, embora ainda exista, esse sistema de manejo é residual, restringindo-se a um pequeno número de propriedades que, inclusive, já vêm apresentando tendência de mudança, porque estão sendo fracionadas e passando ao domínio de novos donos (geralmente filho(a)s dos “proprietários”), com mentalidade diferente dos antigos “proprietários”, ainda presos à antiga idéia de que os açazais não carecem de manejo para produzir frutos.

Aliás, isto mostra que o manejo desses palmeirais é uma atividade dinâmica. Embora apresente formas diferentes, como se procurou demonstrar, o limite que separa cada uma delas é muito fluido, até mesmo dentro de uma única propriedade. Assim, o sistema “moderado” de hoje pode ser o “intermediário” ou o “intensivo” de amanhã, sendo o contrário também possível, tudo dependendo da visão que cada “proprietário” tem a respeito do manejo.

Por outro lado, isto também evidencia que a variedade de sistemas de manejo está diretamente associada ao aprendizado de cada ribeirinho. Como praticamente não existe orientação técnica, cada um cuida do seu açazal à sua maneira e como pode. Mas se esforça para cuidar cada vez mais, porque percebe que isto é fundamental para a sua sobrevivência.

Estas práticas de manejo, bem como aquelas cientificamente planejadas (OLIVEIRA et al., 2002), cada vez mais vêm sendo preconizadas por diversos autores, na medida em que tendem a permitir, de maneira compatível, um melhor aproveitamento não só dos frutos, mas também do palmito do açazeiro pelas populações ribeirinhas (ANDERSON et al., 1985; CALZAVARA, 1972; SIMONIAN, 2004). Isto porque, progressivamente, o palmito e sobretudo o açaí vêm sendo valorizados por essas populações, de acordo com suas necessidades de renda, localização geográfica e possibilidade de comercialização.

5.4 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não obstante dedicar boa parte do tempo à extração do açaí e também ao manejo dos açazais, a população ribeirinha do médio Pracuúba ocupa-se ainda com outras atividades, como a caça, a pesca, a agricultura e o artesanato, atividades cujo produto volta-se muito mais ao atendimento das necessidades de uso do que de troca, exceção feita apenas ao artesanato de rasas que, nas épocas de safra, transforma-se num importante meio de obtenção de renda, especialmente para as famílias que só dispõem de pequenos açazais ou que nada possuem.

A apropriação dos recursos da fauna ocorre particularmente através das caçadas. Localmente, a principal modalidade de caçada é a “lanternação”. Esta constitui incursões noturnas à mata, nas quais o “lanternador” (caçador munido de lanterna e espingarda) busca abater determinadas espécies de mamíferos de hábitos noturnos, como o tatu, a paca e o veado. Embora possa ser praticada no decorrer de todo ano, a época mais adequada a este tipo

de caçada é o verão, período no qual o movimento dos animais é percebido de longe, devido à folhagem seca. Todavia, como se trata de uma prática feita geralmente em grupo e as caças almeçadas hoje se tornam cada vez mais raras e ariscas, o que é obtido nas “lanternações” direciona-se apenas ao autoconsumo.

A pesca também é uma atividade desenvolvida pelos pracuubenses. Não se trata de uma atividade de grande porte, pois envolve apenas o uso de pequenas malhadeiras, sobretudo nos igarapés, onde capturam pequena quantidade de peixes, como jiju, traira e jandiá. No início do verão, esta prática torna-se mais visível, na medida em que determinadas pessoas deslocam-se para o alto curso do rio, onde a baixada das águas cria condições favoráveis à pescaria com anzóis, tarrafas e outros tipos de malhadeira. Mas, assim como a “lanternação”, o produto da pesca volta-se preferencialmente ao autoconsumo.

A agricultura de corte-e-queima, por sua vez, ainda persiste principalmente nas terras de famílias que sempre tiveram tradição na produção de farinha. Nestas propriedades, nas áreas de terra firme, as roças são preparadas nos meses de junho e julho, queimadas e plantas nos meses de agosto e setembro e desmanchadas no verão seguinte, sobretudo quando a safra do açaí começa a fracassar. Além da mandioca, cultivam-se maxixi, abóboras e milho. Devido se tratar de pequenas formas de cultivo, a maior parte da produção serve apenas para atender às necessidades domésticas, fato que não impede a venda de uns quilos de farinha e umas “mãos” de milho, de vez em quando.

Diferente desta atividade, bem como da caça e da pesca, é o artesanato. Ainda que venha perdendo sua diversidade, à medida que alguidas e peneiras rapidamente vêm entrando em desuso, a prática artesanal apresenta-se como um importante meio de obtenção de renda. A atividade que se destaca neste ramo é a fabricação de rasa, recipiente no qual o açaí é acondicionado desde o açazal até os locais onde é comercializado. Por esta razão, sobretudo

no decorrer das safras, a demanda de rasas eleva-se considerável, motivo pelo qual um significativo número de trabalhadores dedica-se a esta atividade.

A confecção das rasas é uma atividade desenvolvida principalmente por mulheres e crianças. Esta mão-de-obra vai à mata procurar e cortar o arumã, prepara as talas (cascas) e tece o artefato (figura 06). Uma artesã, desde que as talas já estejam prontas, pode confeccionar mais de 6 rasas por dia. Fora destas circunstâncias, entretanto, é difícil atingir essa marca, mesmo aquelas “tecedeiras” mais experientes.



Figura 06: Artesã começando a tecer o fundo de rasa e, mais à direita, uma rasa já acabada.
Foto: Marinho, 2004.

Entretanto, nem sempre quem se dedica a esta atividade disponibiliza de arumanzais, onde se possam obter as hastes adequadas à produção das talas. Neste contexto, é comum que se estabeleça a relação de “meia” entre artesãos e “proprietários” que possuem arumã em seu mato. Em tais transações, esses “proprietários” apenas autorizam a retirada da matéria prima, sendo que todo o processo produtivo do artefato fica a cargo dos artesãos. No final, a produção é dividida ao meio, ficando cada parte com o mesmo número de rasas.

A única diferença desta relação de “meia” para aquela que é comum na extração do açaí, como será mostrado no capítulo seguinte, é que no caso do artesanato, o agente desprovido da matéria prima, mas que desenvolve todo o processo produtivo, no caso o

artesão, pode negociar livremente a parte das rasas que lhe toca, diferentemente do extrator do açaí, que nem isto pode fazer. Todavia, tanto num caso quanto no outro, a situação é a mesma, ou seja, prevalece a exploração dos trabalhadores que não dispõem do recurso.

Quando negociam diretamente com os “freteiros” ou “barqueiros”, que são agentes comerciais que só trabalham com açaí, os artesões recebem o pagamento das rasas em dinheiro. Na safra do verão de 2004, cada rasa era comercializada numa faixa de 70 a 80 centavos. Assim, aquelas famílias que produziam 80 rasas por semana, obtinham algo em torno de 42 reais ou até mais, quantia esta bastante inferior àquilo que poderia se conseguir com a extração do açaí, mas que tinha grande importância para quem não possuía açazal e/ou não podia se arriscar na meticulosa e perigosa atividade extrativa.

Todavia, quando negocia com outros marreteiros, principalmente aqueles que comercializam produtos como alimentos, vasilhames, confecções e perfumes, o artesão não recebe seu pagamento em dinheiro, mas em espécie. Neste tipo de relação, o marreteiro adianta as mercadorias geralmente no início da semana e quando é quinta ou sexta feira, passa recebendo as rasas. Normalmente os marreteiros conseguem 500, 600 rasas por semana, produto que é logo negociado com os marreteiros de açaí ao preço de R\$ 0,90 ou até R\$ 1,00. Com isto, ganham não apenas nas mercadorias que vendem como nas rasas que recebem como pagamento.

Assim, mesmo em face dessas relações, não se pode deixar de reconhecer a importância do artesanato enquanto uma atividade geradora de renda complementar para as famílias ribeirinhas. Podendo-se dizer o mesmo da caça, da pesca e da agricultura que, embora não sejam importantes na geração de renda, de vez em quando, sobretudo quando o açaí fracassa, contribuem para garantir o sustento das famílias. No fundo, isto mostra que a exploração econômica dos açazais ocorre integrada a outras práticas, fato que permitiu a reprodução social mesmo quando a extração de frutos escasseia.

6 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA EXTRAÇÃO DO AÇAÍ E NO MANEJO DOS AÇAIZAIS

6.1 A APROPRIAÇÃO DOS AÇAIZAIS

O município de São Sebastião de Boa Vista, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (1995/96), apresenta uma estrutura fundiária caracterizada pela dominância de pequenas propriedades. Isto se observa no quadro 02, no qual se constata que mais de 63% da sua área apropriada era compartilhada, na ocasião, entre mais de 97% dos “proprietários” em lotes de até 100 ha, perfil este que faz pensar numa estrutura fundiária superpulverizada, conforme a classificação de Hébette e Acevedo (2004).

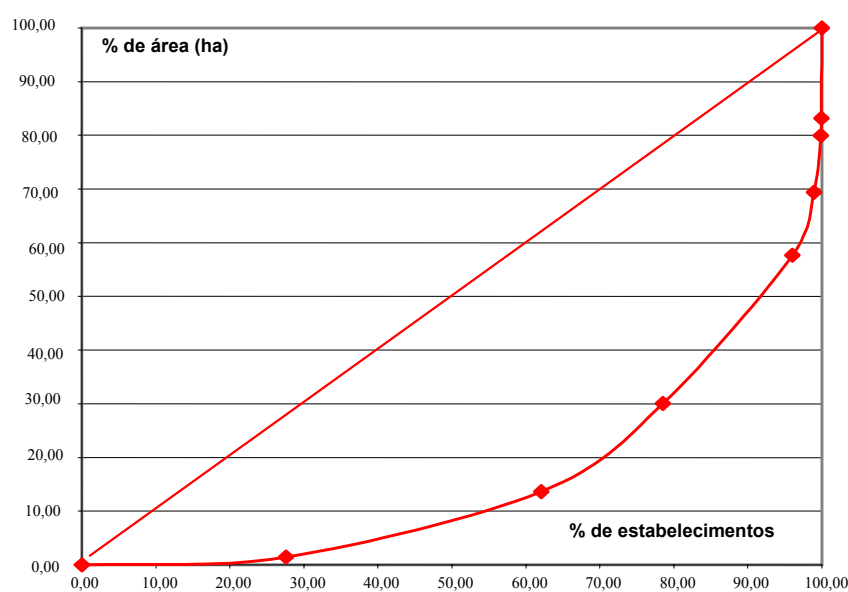
Na área do médio Pracuúba, as informações obtidas a esse respeito atestam à aderência desses dados à realidade fundiária local. Nesta área, durante a aplicação dos questionários, constatou-se que, das 21 famílias contatadas, 52,3% (11) tinham “propriedades” com extensão inferior a 4,9 ha, 19,0% (4) tinham terras com dimensão entre 5 e 9,9 ha e o restante, 28,5% (6) detinham “propriedades” com extensão entre 10 e 29,9 ha. Ou seja, através deste procedimento não se entrou em contato com nenhum grande “dono” de açazal, fato que só foi possível quando da realização das entrevistas, procedimento que privilegiou determinados informantes que não haviam sido consultados na ocasião da aplicação dos questionários.

Nessas “propriedades”, como já referido anteriormente, os açazais estão localizados predominantemente nas áreas inundáveis, ou seja, nas várzeas. Estas, de acordo com a legislação em vigor, fazem parte das áreas de marinha⁷, que são propriedade da União e áreas de domínio público, como expresso no Decreto-lei 9.760 de 5-9-1946. Isto sugere que o acesso aos recursos existentes nessas áreas, inclusive os açazais, deveria ser irrestrito, visto

⁷ Estes terrenos são caracterizados pela proximidade com as águas salgadas, ou seja, águas do mar, daí a expressão “marinha”. Esta expressão, portanto, não significa que essas áreas pertencem à Marinha do Brasil, mas que são inundadas por águas influenciadas pelos movimentos das marés.

Classe de áreas (ha)	Número de imóveis por classe		Área por classe (ha)		
	Total	%	Total	Média	%
Menos de 10	1.044	62,97	4.418	4,2	15,61
10 < 50	504	30,40	9.406	18,7	33,24
50 < 100	66	3,98	4.178	63,3	14,76
100 < 200	26	1,57	3.295	126,7	11,64
200 < 500	14	0,84	4.454	318,1	15,74
500 < 2000	4	0,24	2.546	636,5	9,00
2000 < 5000	0	0,00	0	0,0	0,00
De 5000 e Mais	0	0,00	0	0,0	0,00
TOTAL	1.658	100,00	28.297	17,1	100,00

Quadro 02: Distribuição dos imóveis rurais por classe de área – São Sebastião da Boa Vista – Pará – 1996. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Pará 1995/96. Processamento: EMATER-Pará.



GINI: 0,62053.

Gráfico 04: Concentração fundiária, curva de Lorenz e Coeficiente de Gini – São Sebastião da Boa Vista – Pará – 1995/96. Cálculo: EMATER-Pará.

que estão situados em terrenos que legalmente são de uso comum, na maioria das vezes inalienáveis por meio de venda, permuta ou doação.

Todavia, na prática, a situação é bem diferente. Desde a época em que se cultivava arroz, as várzeas já eram exploradas de maneira privada. Com a valorização dos açaçais, isto não se alterou. Pelo contrário, a exploração desse recurso continuou sendo comandada por “proprietários” que não só controlam a coleta e a comercialização dos frutos e/ou delegam parte dessas tarefas a terceiros, como dividem, vendem e até mesmo trocam determinadas áreas como se tivessem o domínio direto sobre elas. Isto tudo facilitado por um contexto em que não se observa nenhuma contestação formal quanto aos verdadeiros direitos desses “proprietários”. Fato que deve estar relacionado à desinformação e a uma conjuntura, na qual boa parte da população tem acesso a terra e, conseqüentemente, aos açaçais, ainda que nem sempre isto baste para garantir a reprodução do grupo familiar.

A configuração dessa estrutura fundiária deve-se, em grande parte, à significativa importância que as relações de parentesco têm na distribuição da terra. Através dessas relações estabelecidas internamente em cada grupo familiar ocorre a progressiva transferência de terra de pai para filho por meio da herança. Assim, por meio deste processo, que é típico das estruturas camponesas (SEYFERTH, 1985), é que a “propriedade” paterna (propriedades maiores) vai se fragmentando em diversos quinhões, de acordo com o número de filho(a)s existentes em cada família, dando origem a novas “propriedades” de dimensões inversamente proporcional ao número de herdeiros.

O padrão de família que predomina no médio Pracuúba é do tipo nuclear, cuja ocorrência, aliás, é peculiar às populações ribeirinhas da Amazônia (LIMA, 2002; SIMONIAN, 2003). Em geral, cada casal apresenta um elevado número de filhos, que desde os 7 ou 8 anos de idade já começam a trabalhar nos açaçais. Todavia, ao mesmo tempo em que isto aumenta a mão-de-obra familiar, cria também a ameaça de excessiva fragmentação

da terra, quando ocorre o processo de herança na propriedade paternal. Este fenômeno estabelece uma contradição fundamental na reprodução da área como camponesa, pois tende a romper a complementaridade entre unidade de produção-unidade de consumo típica desta economia (CHAYANOV, 1960 apud MOURA, 1978). Na área em apreço, inclusive, esta complementaridade já vem sendo atingida, na medida em que muitas famílias, mesmo tendo pequenos açazais, têm que trabalhar nas “propriedades” alheias para garantir parte do sustento.

A fragmentação do patrimônio paternal inicia-se quando os filhos começam se emancipar, ou seja, constituir novas famílias. Quando isto ocorre, a primeira providência do novo casal é estabelecer residência junto aos pais de um dos cônjuges, passando a construir, eles mesmos, seu começo de vida independente (LIMA, 2002). Neste caso, não se observa nenhuma regra que obrigue tacitamente o casal a ir morar nas terras da família do homem, como constatado no estudo de Moura (1978). No médio Pracuúba, tal situação ocorre obrigatoriamente apenas quando a família da mulher não possui terras, mas se possuir, o novo casal pode escolher onde vai estabelecer moradia, pesando nesta decisão o tamanho dos quinhões e, principalmente, dos açazais existentes em cada um.

Nota-se, entretanto, que existem casos em que o “proprietário” adquiriu suas terras através da herança e da compra. Esses “proprietários”, em geral, são indivíduos que, ao obterem maior sucesso na colocação do açaí no mercado, vêm acumulando uma poupança que pode ser aplicada na compra de uma parcela de terra adicional (MOURA, 1978), motivo pelo qual possuem áreas e, conseqüentemente, açazais mais extensos, embora nem sempre contíguos, pois são adquiridos em diversos perímetros do rio.

Esta prática, aliás, foi e ainda é usada por aqueles que são considerados atualmente os maiores “proprietários” de açazais locais. Esses “proprietários”, há pouco mais de 20 anos, possuíam apenas pequenos quinhões herdados de família. Suas “propriedades” e,

conseqüentemente, o domínio sob áreas com potencial para a exploração e o cultivo do açaí aumentou através da compra de novas terras. Seu Roberto, por exemplo, que tinha apenas o quinhão da esposa, com 90m de frente, ampliou sua “propriedade” para 610m. O mesmo ocorreu com os irmãos Joaquim e Pedro Nunes, que também começaram a ampliar suas “propriedades” desde essa época, e juntamente com seu Roberto são os maiores “proprietários” de açazais no médio Pracuuba, atualmente.

Todavia, o acesso a terra por meio unicamente da compra pode ser considerado moderado. Primeiro porque dificilmente alguém, que mora permanentemente na área, tem interesse em vender sua terra, pois sabe que, uma vez vendida, provavelmente não obterá uma nova “propriedade”, pelo menos nas cercanias. E segundo porque, quando alguém opta pela venda, estipula preços elevados, geralmente fora das condições materiais de grande parte da população ribeirinha. Esta é, inclusive, uma das razões pelas quais as transações de terra sempre tendam a se estabelecer entre parentes, porque, neste caso, os preços e as formas de pagamento tornam-se mais suaves.

Assim, configuram-se dois tipos de transações de terra: um, envolvendo não-parentes (pessoas que não têm nenhum laço de parentesco entre si), em que prevalecem preços de mercado e outro, entre parentes, geralmente irmãos, em que a transação da terra envolve cifras menores, configurando a chamada “venda por preferência” (MOURA, 1978). Todavia, é importante destacar que o predomínio deste tipo de negociação em relação àquele resulta, não apenas da flexibilização dos preços, mas da tentativa de impedir o completo esfacelamento da antiga “propriedade” paternal, além de evitar relações limítrofes com confinantes estranhos. Deste modo, percebe-se que os laços familiares também influenciam diretamente no comércio da terra.

Além da herança e da compra, uma outra modalidade de acesso a terra é a posse. Localmente, esta modalidade é atribuída àqueles casos em que o domínio sobre determina

área ocorre à revelia de um suposto “proprietário”. Isto se verifica em duas extensas áreas localizadas próximas ao alto curso do rio. Estas terras, que até o final dos anos 70 “pertenciam” a Raimundo C. Costa, foram negociadas, no início da década seguinte, com seu José Tomás, dono de uma fábrica de palmito em Muaná. Após a extração do palmito, essas terras ficaram “abandonadas”, possibilitando que os antigos moradores assumissem seu controle, não obstante algumas malogradas tentativas de expulsá-los. Atualmente, residem aí aproximadamente 40 famílias, número que vai aumentando à medida que novos casais descendentes desses grupos familiares vão se constituindo.

Neste contexto, infere-se que, no médio Pracuúba, um dos legados mais importantes que um casal recebe dos pais é um quinhão de terra. Isto porque este garante o direito de exploração dos açazais sem ter que recorrer às outras modalidades de acesso a terra bem menos freqüente. Neste contexto, o processo de herança, na medida em que permite a transferência de patrimônio fundiário de pai para filho, funciona também como um mecanismo de inclusão, pois possibilita o acesso aos açazais a casais recém formados que dificilmente teriam condições de obtê-lo por outros meios.

6.2 AS RELAÇÕES ENTRE “PROPRIETÁRIOS” E “PECONHEIROS”

Como se evidenciou na seção anterior, no médio Pracuúba, os açazais encontram-se distribuídos em propriedades de tamanho variado, não obstante a predominância de terrenos pequenos, sobretudo aqueles de área inferior a 10 ha. Em correspondência com esta variação, é possível observar que, na época das safras, a produtividade dos estabelecimentos fundiários também é diferenciada, o que permite discernir, mesmo que grosseiramente, três categorias de “proprietários”.

A primeira delas agrega um pequeno número de “grandes proprietários”, que se destacam pela elevada produção de frutos nas safras. Estes possuem áreas geralmente com extensão superior a 30 ha, adquiridas através da herança e da compra. Adotam em “seus” açazais sistemas de manejo “intensivo” ou “intermediário”, dependendo do caso, e não utilizam mão-de-obra familiar nesta atividade, bem como na extração dos frutos, que é inteiramente desenvolvida pelos extratores contratados, ou seja, pelos “peconheiros”.

Numa segunda categoria de “proprietários”, enquadram-se aqueles que têm terrenos menores, geralmente entre 10 e 30 ha, e apresentam produtividade de frutos mais baixa. Comumente obtiveram suas terras através da herança e, às vezes, da compra, e procuram manejar seus açazais de forma “intermediária”. Diferentemente dos grandes, esses “médios proprietários”, por assim dizer, usam a mão-de-obra familiar na extração do açaí, embora também contratem “peconheiros” para ajudar na colheita, sobretudo na safra do verão, que é a mais forte.

Na terceira categoria, encontram-se aqueles “donos” de pequenos terrenos, com área inferior a 10 ha, onde a produção de açaí para o comércio é limitada. Esses “proprietários”, que obtiveram suas terras geralmente através da herança ou da “posse”, usam somente a mão-de-obra familiar na exploração do açaí. Todavia, devido à pequena extensão e o consumo diário de “vinho”, a oferta de frutos nesses açazais logo se reduz, ocasião em que seus “proprietários” passam a desenvolver suas atividades laborais em estabelecimentos de maior porte, desta feita na condição de “peconheiros”.

Isto significa que o “peconheiro”, ou seja, aquele extrator que é convidado ou que se oferece para coletar açaí no terreno dos outros, nem sempre é um sujeito inteiramente excluído da terra. Pelo contrário, muitos deles até possuem pequenos “quinhões” ou “posses”, só que a exploração desses domínios não lhes permite assegurar o sustento da família, motivo

pelo qual se sujeitam, assim como a parcela de “sem-terra” local, a diversas relações desiguais, nas quais a exploração e a coerção constituem traço comum.

A análise das principais formas em que essas relações se apresentam, o contrato de “meia” e o pagamento de “taxas fixas”, revela que existe um discurso persuasivo buscando justificá-las. Daí muitas vezes nem serem reconhecidas pelos “peconheiros” como relações desiguais e, mesmo quando isto ocorre, devido à espoliação do trabalho tomar feições extraordinárias, esses extratores nem sempre podem escapar, porque a situação em que se encontram não permite. Neste quadro, a impressão que se tem é que consciente ou inconscientemente o “peconheiro” sempre está à mercê das imposições dos “donos” de açaiçais.

6.2.1 O contrato de “meia”

A “meia” é uma forma de contrato social muito comum nas relações de trabalho envolvendo extratores de açaí e “donos” de açaiçais na Ilha do Marajó. Através deste contrato, o extrator se compromete a desenvolver todas as etapas do processo extrativo até a entrega final do produto ao “dono” do açaiçal, ocasião em que a produção é dividida ao meio, daí a errônea denominação de “meia” (MOURÃO, 1999; NASCIMENTO, 1999). Nesta divisão, entretanto, o extrator não tem liberdade de negociar a parte da produção que lhe toca a não ser com o “dono do açaiçal”, agente este que geralmente só depois de vendê-la, efetua o pagamento.

Em Ponta de Pedras, Nascimento (1999) evidencia que este tipo de relação é muito comum entre grandes proprietários e os moradores de suas terras. Nesta relação, em troca da moradia e do trabalho, os moradores prestam serviços aos proprietários, não sendo pagos com dinheiro, mas com frutos de açaí extraídos por eles mesmos. Assim, como destaca Mourão

(1999), a exploração desses açazais ainda se estrutura com base em resíduos de trabalho servil, em que a remuneração é desmonetizada, não envolvendo nenhum vínculo empregatício entre os moradores (extratores) e os proprietários.

Nos açazais do médio Pracuúba, a “meia” também se encontra bastante disseminada. Aqui, entretanto, diferentemente do caso de Ponta de Pedras, tal relação se estabelece predominantemente nas médias propriedades, onde os “peconheiros” são contratados para auxiliar a mão-de-obra familiar na coleta dos frutos. Todavia, mesmo assim, a relação de “meia” em nada se altera com relação às suas prescrições essenciais.

Na prática, esta relação se estabelece através de um breve acerto entre o “peconheiro” e o “dono” do açazal, no qual aquele obtém a permissão de coletar o açaí mediante a repartição do produto obtido. Se, por exemplo, o “peconheiro” apanhar 10 latas de açaí, 5 ficarão para ele e as outras 5 vão para o “dono” do açazal. Nesta divisão, metade da produção do “peconheiro” é tomada pelo “proprietário” da terra de maneira aparentemente justa, sem que este, entretanto, tenha despendido uma única gota de suor na extração do fruto.

Além do mais, ao aceitar a “meia”, o “peconheiro” também abdica tacitamente de comercializar diretamente a parte do açaí que lhe cabe. Esta tem que ficar sob domínio do “dono” do açazal que, após vender o produto, efetua o pagamento tomando como referência o preço mais baixo oferecido pelos marreteiros. Com isto, esses “proprietários” têm a possibilidade de elevar seus ganhos ainda mais, sobretudo quando mandam o açaí para ser vendido nas cidades (Belém, Abaeté, Santana), onde geralmente o preço é superior àquele em voga no âmbito local.

Neste quadro, verifica-se que a relação de “meia” permite aos “donos” de açazais apropriarem-se indevidamente de metade do trabalho do “peconheiro”, sem ter de realizar nenhum esforço ou gasto, ao mesmo tempo em que, por outro lado, permite-lhes ainda cercar a liberdade do extrator, impondo prescrições autoritárias que lhe impede até mesmo de

comercializar a sua parte da produção, fato este que permite aos “proprietários” aumentarem ainda mais seus ganhos no ato da comercialização.

Mesmo assim, embora se fundamente nesses mecanismos exploratórios e autoritários, a “meia” é aceita pelos “peconheiros” como uma relação equânime. Eles não manifestam descontentamento quanto a ela e muito menos quanto aos “proprietários” que a adotam como regra em seus açazais. Neste sentido, percebe-se que esta relação já se “naturalizou”, ou seja, já se tornou tão comum que mesmo aqueles agentes que são desfavorecidos por ela não a questionam, deixando-se levar pela força da expressão que sugere igualdade. Desta maneira, a “meia” só é vista pela sua dimensão aparente, daí os extratores a aceitarem como justa.

Contraditoriamente, entretanto, observa-se no discurso dos “proprietários” certa insatisfação com referência a esta relação.

A gente dá a metade do açaí para o peconheiro. Paga a metade do valor do açaí. Eu acho que ele é muito beneficiado com isso, porque a gente tem o terreno, limpa o açazal, paga eles pra limpar o açazal, depois dá a metade do açaí pra ele. Ele é mais beneficiado do que o próprio dono do terreno, né? (Entrevista, ago. de 2004).

A gente divide a produção com eles [peconheiros]. Se, no caso, a gente vender a 5 reais, 2,5 é deles. Ele não é um trabalhador, ele é um sócio da gente na produção. Só que pra ele melhora, porque ele não dá uma rasa, não limpa o açazal, a limpeza do mato é por conta da gente, ele só entra mesmo com a força (Entrevista, ago. de 2004).

É evidente que tais argumentações não procedem, pois, como acabou de se descrever, a “meia” não constitui nenhuma sociedade e tão pouco uma relação baseada na divisão equânime do trabalho e dos ganhos, antes, pelo contrário, trata-se de um engenhoso artifício (MOURÃO, 1999; NASCIMENTO, 1999), através do qual os “donos” de açazais se apropriam de elevada parcela do trabalho dos “peconheiros”, sem nenhuma despesa ou gasto.

Todavia, o que é importante notar nesses depoimentos é que, improcedente ou não, eles contribuem para explicar porque, nas médias propriedades, a “meia” vem se tornando uma relação ainda mais injusta. Isto se percebe no caso em que os “donos” de açazais, embora preservem o fundamento básico da “meia”, a divisão da produção ao meio, pagam a

parcela que cabe ao “peconheiro” a um preço inferior àquele em voga no rio, que geralmente é o preço-base utilizado nesta relação.

Aqui no meu mato é muita gente que tira açaí. Outro dia quando tava dando 7 reais a lata, eu pagava pra eles 3 real. Um real eu tirava para ajudar na limpeza do açaizal. Sempre eu venho fazendo assim com eles, eu nunca dei a meia pra eles (Entrevista, ago. de 2004).

Ou seja, como o “peconheiro” não é inquilino do “dono” do açaizal e este não abre mão de seu faturamento, sucede que a “meia” toma formas ainda mais desiguais, segundo os “proprietários”, para garantir o financiamento da limpeza do açaizal. Isto posto, constata-se que o dinheiro que o trabalhador recebe quando é contratado para trabalhar no manejo é obtido através das relações desiguais estabelecidas na fase da extração, o que significa dizer que o “proprietário”, sobretudo aqueles que têm grandes açaiçais, não retiram dinheiro do seu bolso para financiar o manejo, mas obtém esse recurso mediante ao recrudescimento das relações de trabalho com os “peconheiros”. Com isto, verifica-se que a “meia” é uma relação favorável aos “donos” de açaiçais e extremamente desfavorável ao “peconheiro”, quer este more ou não nas terras de terceiros.

6.2.2 O pagamento de “taxas fixas”

A relação social de trabalho aqui denominada de pagamento de “taxas fixas” se caracteriza fundamentalmente pelo fato de o “peconheiro” receber apenas uma pequena parcela do valor de cada lata de açaí que extrai, independentemente das variações de preço desse produto. Nesta relação, não interessa ao “peconheiro” se a lata deste produto vai ser vendida a 5,00 ou a R\$ 10,00, pois sabe que o pagamento que vai receber por cada uma delas mantém-se imutável frente às flutuações de preço tão comuns no decorrer da safra.

Esta relação de trabalho ainda não se encontra amplamente difundida na área do médio Pracuúba. Sua ocorrência restringe-se, em grande parte, às grandes propriedades, áreas onde

os açazais são amplamente manejados e apresentam considerável produtividade, sobretudo na safra do verão. Em visita a duas, das três propriedades em que essa relação se estabelece, pode-se verificar a proporção que toma a exploração do “peconheiro” e o grau de lucratividade que esta espoliação do trabalho propicia aos “grandes proprietários”.

Em uma destas, constatou-se que, de junho até meados de agosto de 2004, o “peconheiro” recebia apenas dois reais por cada lata de açaí extraída. Todavia, neste mesmo período, o preço desta unidade de medida sempre se manteve em torno de R\$ 8,00 isto no próprio Rio Pracuúba, pois em Belém, onde o açaí desta propriedade era negociado, obtinham-se preços ainda melhores. Mesmo assim, tomando como referência o preço de R\$ 8,00 constata-se que, a cada lata comercializada, 75% (seis reais) do preço ficam com o “dono” do açazal, enquanto que somente R\$ 2,00 ou seja, 25% vão para o extrator. Assim, para cada quatro latas que extraia, o “peconheiro” recebia apenas o equivalente a uma.

Em uma outra propriedade, verificou-se que esta relação tomava contornos ainda mais extremos. Neste caso, pagava-se ao “peconheiro” apenas R\$ 1,00 por cada lata extraída. Tendo como base o preço de R\$ 8,00 verifica-se que, de cada lata extraída, 87,5% do preço (sete reais) ficam com o “proprietário” enquanto que apenas 12,5% (1 real) iam para o “peconheiro”. Isto significa que para cada 8 latas extraídas, o extrator recebia apenas a quantia referente ao preço de uma, sendo o restante embolsado pelo “dono” do açazal.

Nestas condições, esses “proprietários” sempre obtêm consideráveis rendimentos. Em 2004, quando se teve uma safra considerada pequena, em cada uma das propriedades mencionadas, extraia-se uma faixa de 400 latas por semana. Considerando o preço de R\$ 8,00 constata-se que cada “proprietário” obtinha uma receita bruta da ordem de R\$ 3.200,00 semanais. Como, no primeiro caso, somente R\$ 800,00 eram gastos com a mão-de-obra e no segundo, apenas R\$ 400,00 cada um deles faturava, livre de despesas, uma base de 2.400,00 e R\$ 2.800,00 por semana, respectivamente, o que mostra, de forma mais objetiva, como o

pagamento de “taxas fixas” potencializa o ganho dos “grandes proprietários”, até mesmo quando a produtividade de frutos é considerada pequena.

O incremento dessa relação tão desigual, que chega a beirar a própria escravidão, não se encontra, entretanto, desprovido de justificativas. A principal delas fundamenta-se na necessidade de manejo dos açazais. Segundo os “proprietários” a estabelecem, a despesa para manter um açazal limpo e apto para produzir mais frutos é muito grande. Por esta razão, como não trabalham com financiamento de nenhum banco, argumentam que não podem melhorar o pagamento dos “peconheiros”, ainda que, assim mesmo, expressem em seus discursos a idéia de que ajudam esses extratores, até dividindo seus ganhos com eles.

É sempre o pessoal daqui que apanha. Eles chegam dizendo eu quero defender o da bóia aí eu digo: pois não, vamos comer juntos [...] Eu pago pra eles por lata. Conforme o preço, eu pago 1 real, 2 reais, não posso pagar muito porque a gente tem de ganhar o da gente e a despesa é muito grande para fazer um trabalho desse [entenda-se manejo do açazal]. E outra, se a gente der mais, eles [peconheiros] não vão plantar o deles. Eu quero que eles façam igual eu (Entrevista, ago. de 2004).

Esses “donos” de açazais não mencionam, entretanto, que o palmito extraído na atividade do manejo, contribui para financiar essa atividade. Levando em consideração este fato, a argumentação de que não se pode melhorar o pagamento dos “peconheiros” por causa do manejo torna-se bastante fragilizada, sobretudo quando se verifica que esta atividade, em tais açazais, resume-se, em grande parte, ao desbaste das toiceiras, pois já são mantidos em sistemas de manejo “intensivo” ou “intermediário” há bastante tempo. Isto mostra que o manejo, na prática, pode até se auto-financiar, o que, portanto, não justifica tomá-lo como o principal responsável pela deterioração do pagamento dos “peconheiros”.

Um outro argumento mencionado refere-se à facilidade de extrair um número considerado de latas por apanha. Conforme os “proprietários”, na época da safra, tem “peconheiro” que às 10, 11 horas da manhã já está chegando com 15, 20 latas, devido à abundância do açaí e a facilidade de extrai-lo. Daí é só medir e pegar seus 30,00 ou R\$ 40,00 e pronto, meio dia já está em casa. Todavia, não mencionam que enquanto os “peconheiros”

recebem aquela quantia, eles embolsam três vezes mais, no mínimo. Neste sentido, nota-se que a ampliação da produtividade dos açazais, potencializada pela atividade do manejo, serve de argumento para tentar dissimular uma relação social de trabalho de contornos particularmente injustos para os extratores e extremamente lucrativa para os “proprietários”.

Por estes aspectos, o pagamento de “taxas fixas” é uma maneira de remuneração dos “peconheiros” bastante repudiada no âmbito dos trabalhadores em geral. Neste quadro, a maioria dos “pequenos proprietários”, bem como aqueles estão completamente excluídas da terra condenam abertamente os “grandes proprietários”, ao mesmo tempo em que, por outro lado, parte dos “proprietários” que instituem a “meia” como relação de trabalho em seus açazais aproveitam para enfatizar as possíveis vantagens desta relação em comparação àquela, não escondendo, muitas vezes, o interesse em aumentar o faturamento, usando a necessidade do manejo também como argumento central.

6.3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MANEJO

As atividades de manejo, como já mencionado, intensificam-se nas épocas de entressafra do açáí. Tais atividades envolvem não apenas à limpeza e o desbaste das toiceiras, mas toda e qualquer prática que venha facilitar a proliferação e a expansão de açazais numa dada área. Assim, o manejo pode demandar recursos, caso se privilegie o raleamento de uma área através da derruba, por exemplo, ou pode se auto-financiar e até gerar renda complementar, caso se volte apenas para o desbaste das toiceiras, pois o palmito extraído é comercializado.

No manejo, diferentemente da extração do açáí, a jornada de trabalho estende-se geralmente do início ao final do dia. Por constituir uma atividade, cujos maiores benefícios são esperados a médio e longo prazos, os rendimentos imediatos obtidos são considerados

bastante modestos. Enquanto na extração do açaí um “peconheiro” pode obter 30,00 ou R\$ 40,00 em uma metade de dia, no manejo, um trabalhador diarista recebe, no máximo, uns R\$ 12,00 e um “dono” de açazal pode até faturar um pouco mais, porém vai ter que abater muitas palmeiras, o que não é aconselhável, quando se privilegia a produção de frutos. Por esta razão, a implementação do manejo encontra determinados obstáculos relativos à disponibilidade e ao recrutamento da mão-de-obra, o que engendra relações trabalho diferenciadas.

Nas pequenas propriedades, por exemplo, o manejo é uma atividade desenvolvida basicamente pela mão-de-obra familiar. Isto, não porque os membros da família se acham capazes de executar todas as atividades, mas porque os R\$ 12,00 mais a despesa com a alimentação, pesam no orçamento doméstico. Por este fato, é possível verificar relações de ajuda mútua nessas propriedades, com o intuito de ampliar a limpeza do “mato”, sem pressupor a remuneração monetarizada da mão-de-obra externa ao grupo familiar.

Por outro lado, nas médias e grandes propriedades, além da mão-de-obra familiar, existe a permanente necessidade de se contratar trabalhadores diaristas, tendo em vista a maior extensão dos açazais. Esta tarefa, entretanto, não é fácil. Em primeiro lugar porque uma considerável parcela dos potenciais trabalhadores não é excluída da terra e segundo porque, mesmo na época de entressafra, ninguém simpatiza com a idéia de se mortificar o dia inteiro para ganhar, quando muito, R\$ 12,00. Em face desta resistência, sobretudo os “grandes proprietários” usam de astuciosas estratégias coercitivas para recrutar os trabalhadores, como se mostrará, subseqüentemente.

Observa-se, assim, que a implementação do manejo engendra duas relações de trabalho diametralmente opostas. De um lado, contribui para preservar e estimular relações de ajuda mútua em um universo onde o individualismo parece imperar cada vez mais e de outro,

recria velhas formas de subserviência, dissimuladas em relações aparentemente horizontais. Que se veja, a seguir, como essas relações se apresentam concretamente.

6.3.1 As relações de troca de “dias”

No mundo rural amazônico, historicamente, tem-se documentado diversas experiências de relações de cooperação no trabalho, envolvendo famílias camponesas. Wagley (1977) afirma que dificilmente um lavrador passa o dia inteiro no campo. Isto só ocorre frequentemente quando participa de um “puxirão” ou convite, que são grupos de trabalho cooperativos para as várias tarefas do cultivo da mandioca, embora se formem preferencialmente para executar as atividades mais pesadas da roça ou do sítio. Com isto, neste caso, o autor mostra que, além de potencializar o trabalho, a cooperação é importante para superar as tarefas mais árduas, daí tais grupos se formarem especialmente quando da execução destas tarefas.

No Pará, Maués (1993) descreve experiência similar em Itapuá, município de Vigia. Segundo esta autora, nesta localidade, o plantio das roças era feito por um grupo de pessoas, denominado localmente de “putirum” (mutirão). Neste grupo, não havia forma de pagamento monetarizada, pois tudo funcionava como um grande círculo de trocas em que uns prestavam serviços espontaneamente nas roças dos outros e vice-versa. Assim, observa-se um outro importante aspecto da cooperação entre os lavradores, que é o fato de não pressupor o pagamento em dinheiro, aspecto fundamental, especialmente quando se precisa executar uma atividade trabalhosa, mas não se tem condições materiais para contratar mão-de-obra adicional para isto.

O estudo de Amorim (2000) no povoado de Tomásia, em Cametá, enfatiza, além das vantagens de ganho de tempo, a importância sócio-cultural imanente às relações de

cooperação. Centrando sua análise na prática do “cunvidado”, essa autora afirma que “[...] ele serve para maximizar o tempo de se conseguir plantar uma roça de mandioca mas, é também uma maneira de reunir, conversar, e integrar o grupo na vida social [...]” (AMORIM, 2000, p. 35-36). Dessa maneira, conforme essa autora, o “cunvidado” possibilita um ambiente de sociabilidade, no qual seus participantes envolvidos pelo modo coletivo e organizado celebram o plantio de uma roça em pouco tempo.

Isto posto, deve-se destacar que, independentemente das diversas denominações locais, as práticas de ajuda mútua possibilitam importantes benefícios aos seus signatários. Além de contribuir para integrar o grupo na vida social, essas práticas se notabilizam também pelo ganho de tempo na realização de atividades pesadas e pelo fato de não pressuporem, necessariamente, formas de remuneração monetarizadas. Ou seja, oferecem oportunidade às famílias menos favorecidas de executar árduas tarefas em menos tempo sem ter que gastar seus poucos recursos para isto.

Por estes aspectos, tais práticas também são valorizadas na atividade do manejo, particularmente no âmbito das pequenas propriedades. Neste tipo de propriedade, constatou-se que, em certos casos, a limpeza dos açais se estabelece com base na relação de “troca de dias”. Nesta relação, aglutinados em pequenos grupos de trabalho, cada “proprietário” responsabiliza-se em prestar serviço espontaneamente na terra dos outros, recebendo em troca, não o dinheiro, mas o trabalho dos demais membros que compõem o grupo. Assim, tais grupos funcionam como pequenos circuitos de troca (MAUÉS, 1993), nos quais prevalecem relações mútuas e desmonetarizadas, como se percebe no depoimento a seguir.

O nosso terreno é pequeno, só que não está tudo limpo, ainda tem uma grande pauzada. Tu sabe, a gente é pobre, aí vai derrubando só pedaços de mata para fazer o açaisal. A coisa anda mais rápida, quando a gente troca dia. Por exemplo, hoje eu vou trabalhar no mato dele, amanhã ele já vem trabalhar pra mim. Aí a gente não paga o outro com dinheiro, só é com trabalho mesmo (Entrevista, ago. de 2004).

Todavia, deve-se destacar que a “troca de dias” não é uma prática comum a todas as etapas do manejo. Na atividade de desbaste das toiceiras, por exemplo, o “pequeno proprietário” utiliza, em geral, somente a mão-de-obra familiar. Isto se deve ao fato de que tal atividade gera alguma renda, através da comercialização do palmito, renda esta que é de suma importância para a reprodução familiar, numa época em que a extração do açaí encontra-se voltada, basicamente, ao autoconsumo. Entretanto, esta atividade não amplia os açazais, apenas contribui para manter a produtividade das toiceiras já estabelecidas.

As atividades que permitem a ampliação estão associadas a derruba, a roçagem e ao anelamento das árvores, atividades estas que são bem mais trabalhosas do que o desbaste das toiceiras e não trazem nenhum retorno financeiro imediato. Perante estas circunstâncias, é que o “pequeno proprietário” recorre a ajuda de seus parentes e vizinhos (BRANDÃO, 1983) para auxiliá-lo nas atividades de raleamento do mato. Só assim conseguem preparar áreas pouco favoráveis à proliferação de açazais com o mínimo de recurso e em pouco tempo.

Neste contexto, verifica-se que entre os “pequenos proprietários” ainda é possível encontrar relações de reciprocidade que nada tem a ver com a identidade objetiva envolvida na troca mercantil (ABRAMOVAY, 1991). Estas relações, estruturadas através da “troca de dias”, voltam-se especialmente a execução das tarefas mais trabalhosas, isto porque, além de permitir ganho de tempo, não pressupõem o pagamento em dinheiro da mão-de-obra.

6.3.2 As relações envolvendo a mão-de-obra contratada

Nas médias e nas grandes propriedades não se estabelece nenhuma forma de ajuda mútua na execução do manejo. Todavia, nessas propriedades, é que mais se precisa de braços para trabalhar nessa atividade. Ainda que a força de trabalho familiar desempenhe importante papel, ela não consegue executar integralmente a limpeza dos açazais, sobretudo nas

“grandes propriedades”, onde se apresentam bastante extensos. Nestas propriedades, a contratação dos serviços de terceiros torna-se fundamental, sob risco do açazal tornar-se “feito”, ou seja, cerrado e alto e, conseqüente, menos produtivo.

Dois importantes obstáculos dificultam, entretanto, a contratação de mão-de-obra para atuar no manejo. O primeiro deles deriva do fato de que grande parte dos trabalhadores em potencial tem acesso nem que seja a um pequeno quinhão de terra. Ou seja, esses trabalhadores, que na época das safras também são “peconheiros”, ainda não estão completamente privados das condições materiais de sua reprodução (MARX, 1991). Ainda que tais condições mostrem-se em certas ocasiões insuficientes, devido à extensão das terras e dos açazais, em outras ainda possibilitam certa margem de manobra, mesmo na entressafra do açáí, ocasião em que a obtenção de renda é limitada.

Além do mais, o simples fato de não morar de favor nas terras alheias contribui para que não se configure situação parecida àquela descrita por Nascimento (1999) em Ponta de Pedras, na qual, em troca da moradia, os inquilinos prestavam serviços aos “donos” das propriedades. Por não depender deste tipo de relação, o trabalhador não tem nenhuma obrigação de limpar o açazal dos outros, mesmo trabalhando nesses açazais na época das safras de açáí.

Por outro lado, a remuneração oferecida pelos “proprietários” é pouco atraente. Oferecem, em média, de 10,00 a R\$ 12,00 por dia, com o almoço. Este valor é considerado pelos trabalhadores diaristas como injusto, pois, dependendo do tamanho da família de cada um, não dá para comprar nem a bóia do dia. Só para se ter uma idéia, 1 kg de charque, nas baiúcas da área, na ocasião da pesquisa, custava R\$ 8,00 e 1 kg de farinha era vendido a uma base de R\$ 1,20. Com isto, um chefe de família, com vários filhos para alimentar, dificilmente se disponibiliza voluntariamente a vender sua força de trabalho por dia. Opta, muitas vezes,

por trabalhar no seu pequeno quinhão, onde não obedece a horários fixos, podendo fazer outras atividades, como a pesca ou a caça, por exemplo.

Nessas circunstâncias, em que a mão-de-obra não se encontra completamente “liberta” e os preços oferecidos por cada dia de trabalho não possibilitam adquirir satisfatoriamente nem a alimentação da família, o processo de recrutamento de trabalhadores para atuar no manejo teria pouco êxito caso os “proprietários” não utilizassem determinadas estratégias, cujos mecanismos estejam fundamentados em relações de subserviência implícita ou explicitamente.

Nas médias propriedades, onde não se demanda um contingente de mão-de-obra numeroso, a contratação dos trabalhadores aparentemente não envolve mecanismos coercitivos. Neste caso, o “dono” da terra vai à casa de alguns trabalhadores, geralmente “peconheiros” seu na época da safra, e lhes propõe a compra de alguns dias de trabalho. Na maioria das vezes, volta para casa com a promessa de que parte deles vai lhe ajudar no dia marcado. Com isto, tal “proprietário” consegue remediar-se sem lançar mão, explicitamente, de nenhuma forma de advertência.

Nas grandes propriedades, entretanto, a situação é outra. Aqui, devido à dimensão dos açais e, não raro, o interesse em ampliá-los, a atividade do manejo sempre pressupõe um considerável número de trabalhadores. Todavia, se os “donos” desses açais adotarem o mesmo procedimento da maioria dos “médios proprietários”, jamais conseguirão arregimentar a quantidade de homens almejada. Por isto, lançam mão de estratégias bem mais coercitivas, nas quais é possível visualizar que tipo de restrições o trabalhador poderá sofrer caso não aceite trabalhar na limpeza do “mato”, como se observa no fragmento a seguir.

[...] ai eu ideiei como limpar este mato. Um mato grande, só eu, ai eu chamei o pessoal e disse: bem, vocês querem trabalhar, vamos limpar o mato prá nós apanhar o açaí. Ninguém topou. Aí eu disse: bem pessoal, eu vou fazer o seguinte com vocês: eu pago a diária de vocês, eu dou a bóia pra vocês, agora eu quero que todo mundo que apanha açaí no meu mato me venda um dia da semana, um dia só. Agora vai ter um detalhe: eu tô com setenta e poucos “peconheiros”, aquele que não vim ajudar a trabalhar no mato, ele pode ter a vaga dele ou ele pode não ter, porque vai ter vaga só para quem me ajudar no mato. E tem outro detalhe, o dia que você ouvir falar olha no Joaquim Nunes estão tirando açaí pra vender, pode pegar seu casco, sua peconha e vim, que pode ter mil, mas a sua vaga tá assegurada, você me ajudou a preparar o mato. (Entrevista, ago. de 2004).

Como se vê, inicialmente, o “dono” do açazal sugere que a responsabilidade do manejo é de todos, como se os açazais fossem áreas de uso comunitário. Por isto, não faz referência a nenhuma forma de remuneração dos trabalhadores, apenas deixa subtendido que isto vai melhorar a coleta do açaí, mas omite o fato de que nesta ocasião rapina a maior parte do rendimento do extrator. Com esta estratégia, verifica-se que o “proprietário” busca socializar o trabalho (manejo) e se apropriar individualmente dos resultados (MARX, 1989), sobretudo através da exorbitante exploração do “peconheiro” na safra do açaí, como já se destacou anteriormente.

A segunda estratégia identificada no discurso é a que prevalece. Responsabilizando-se pelas despesas do manejo como se estivesse assumindo um compromisso de todos sozinho, o “proprietário” exige, em contra partida, que os seus “peconheiros” trabalhem no manejo, caso contrário, não terão suas vagas asseguradas na safra do açaí. Ou seja, mesmo estabelecendo relações de trabalho extremamente desiguais com esses extratores, o “grande proprietário” ainda consegue coagi-los para atuar no manejo, graças ao ganho relativamente rápido obtido com a coleta do açaí, mesmo que esta atividade se estabeleça com base em relações extremamente desiguais.

Neste contexto, percebe-se que a subordinação da mão-de-obra para trabalhar no manejo não se dá propriamente pela expropriação da terra. Mas pelo fato de que os trabalhadores que são chamados para atuar nesta atividade e os “peconheiros” são, na

realidade, a mesma pessoa. Por isto, são coagidos a trabalhar por receio de que na safra do açaí possam não ter suas vagas asseguradas para atuar na coleta. Assim, nota-se que as relações de trabalho nos açaizais, quer seja na extração dos frutos, quer seja no manejo, são estreitamente vinculadas e se apresentam fortemente “personalizadas”, sendo inócuo buscar compreendê-las sem considerar aspectos que extrapolam a simples racionalidade econômica.

7 OS AGENTES COMERCIAIS E A CIRCULAÇÃO DO AÇAÍ

7.1 UM PANORAMA DOS AGENTES COMERCIAIS LOCAIS

Na área do médio Pracuúba atua uma diversificada gama de agentes comerciais, sobretudo nas safras de açaí, ocasião em que a comercialização deste fruto injeta dinheiro na economia local diariamente. Uma parte desses agentes ocupa-se com a venda de alimentos, roupas, vasilhames e utensílios manufaturados em geral, já outra se dedica especialmente a compra do açaí, ramo no qual é possível discernir pelo menos três categorias de marreteiros. Embora a caracterização desses marreteiros seja a que mais interessa a presente abordagem, faz-se necessário evidenciar, mesmo que de maneira sucinta, alguns aspectos importantes que marcam as relações e estratégias daqueles agentes, até porque, na prática, existem vínculos entre eles.

7.1.1 Comerciantes sedentários x marreteiros itinerantes

O universo ribeirinho pracuubense é povoado inverno e verão pela constante presença de comerciantes estáveis (“baiuqueiros”) e marreteiros itinerantes, alguns com aspectos que fazem lembrar os antigos regatões. Os comerciantes estáveis, como o próprio nome sugere, são agentes econômicos que vendem e compram mercadorias nas “baiúcas” ou tabernas, localizadas às margens do rio. Já os marreteiros itinerantes, personagens muito conhecidas no interior amazônico, são dinâmicos, deslocam-se em pequenas embarcações e assumem características adaptadas às necessidades locais (GENTIL, 1993; SANTOS, A., 1982). Assim, enquanto os primeiros esperam o freguês em seus estabelecimentos, os segundos vão ao seu encontro, de casa em casa.

Especificamente na área pesquisada, existem sete comerciantes estáveis. Esses comerciantes encontram-se espalhados ao longo do rio, onde vendem diversos produtos, como charque, farinha, bolacha, arroz, feijão, enlatados, alguns remédios, confecções, bebidas, produtos de limpeza, munição, etc., e compram, dependendo da época, rasas e palmito, principalmente. Hoje em dia, diferentemente do tempo da borracha e da banana, em que existiam comércios “fortes”, não se percebe nenhuma casa comercial mais próspera, todas se encontram em patamares modestos, o que expressa, de certa forma, a decadência desse tipo de comerciante.

Os marreteiros itinerantes, por sua vez, apresentam-se mais diversificados. Tomando-se como referência os produtos que comercializam, pode-se agrupá-los em duas categorias: uma, constituída de marreteiros que se dedicam especialmente ao comércio de produtos alimentícios e outra, na qual esses agentes vendem mercadorias similares àquelas encontradas nas baiúcas. Neste caso, esses marreteiros têm que competir com os comerciantes estáveis, haja vista “mexerem” com os mesmos produtos, o que é menos evidente no ramo em que se comercializa somente alimento.

Neste ramo, assumindo características adaptadas às necessidades locais, os marreteiros deslocam-se diariamente rio acima, oferecendo carne bovina, frango e peixes das mais variadas espécies. Negociam esses alimentos a quilo e não necessariamente recebem o pagamento em dinheiro. De fato, na maioria das vezes, esses marreteiros preferem receber o pagamento em açaí, quando está na época das safras. Assim, quando sobem o rio vão deixando o alimento e quando baixam recebem as quantias de frutos que correspondem, em dinheiro, ao preço do alimento deixado.

A manutenção desta forma de escambo, entretanto, não é por acaso. Na prática, isto constitui uma outra estratégia de os marreteiros elevarem seus ganhos. Como são geralmente da cidade de Boa Vista e, às vezes, de Muaná, tais agentes negociam o açaí obtido através da

permuta nas pequenas cidades onde residem. Com isto, têm a possibilidade de usufruir de um duplo lucro, pois compram parte da produção de açaí das unidades domésticas para vender, ao mesmo tempo em que compram e vendem alimentos.

No âmbito da comercialização dos produtos manufaturados e semi-faturados a situação é outra. Neste ramo, atuam simultaneamente uma parte dos marreteiros itinerantes e a totalidade dos comerciantes estáveis. Neste confronto, em que se estabelecem relações comerciais variadas, nota-se que os marreteiros, particularmente nas épocas de safra, conseguem levar certa vantagem em relação aos comerciantes, ao que tudo indica, porém, não pelo fato de venderem produtos mais baratos, mas pelo assédio e pela praticidade imanente à própria estratégia de atuação desses agentes.

De maneira geral, tanto os marreteiros quanto os comerciantes adquirem mercadorias em Belém, mais precisamente na “Casa Silva”, estabelecimento comercial localizado no Bairro do Jurunas, bem ao lado do Posto do Açaí. Todavia, apenas uma pequena parcela desses agentes estabelece transações à vista. A maioria deles trabalha somente com mercadorias obtidas por meio de relações creditícias, nas quais se comprometem a pagar as dívidas num prazo de 15 dias.

Até o início de 2004, praticamente todos eles tinham crédito, condição que permitia a cada um retirar diretamente as mercadorias que desejava revender. Entretanto, devido ao atraso no pagamento de algumas dívidas, o crédito foi suspenso para quase todos. Daí em diante, passaram a depender de um fiador, papel que é desempenhado desde então por um só comerciante, seu Pedro Nunes. Este, que também é um “grande proprietário” e “barqueiro”, retira e transporta as mercadorias para cada um, cobrando por isto 5% sob o montante retirado, o que evidentemente contribui para elevar o preço dos produtos.

Por conta deste fato, praticamente não existe diferença de preços entre as mercadorias comercializadas pelos marreteiros e pelos comerciantes estáveis. O charque, por exemplo, na

ocasião da pesquisa, poderia ser comprado tanto no porto de casa quanto nas baiúcas a R\$ 8,00 o quilo. O mesmo acontecendo com a mortadela, que era vendida a R\$ 4,00 o quilo, com a bolacha, cujo pacote de meio quilo custava R\$ 2,00 e com o feijão, que o quilo era 3,50. Assim, na ausência de um diferencial que estimule o freguês a se deslocar às baiúcas, este acaba, na maioria das vezes, adquirindo os bens que necessita dos marreteiros, figuras que fazem questão de atendê-los em domicílio.

Além do mais, esses marreteiros negociam mercadorias a crédito, oferecendo até 8 dias de prazo para o freguês pagar sua dívida. Pagamento este que pode ser em dinheiro ou em açaí. Quando isto ocorre, este produto é geralmente entregue ao fiador, que o avalia de acordo com os preços em voga no rio, e abate automaticamente a dívida do marreteiro. Neste caso, o fiador tem a possibilidade de elevar seus ganhos acima dos 5% assegurados, porque pode comercializar o açaí a um preço superior àquele que foi comprado. Todavia, deve-se destacar que este tipo de pagamento só é aceito quando a demanda desse fruto está em alta, pois, quando se encontra instável, tanto os marreteiros quanto o fiador exigem pagamento em dinheiro.

Enquanto isto, por outro lado, os comerciantes sedentários não concedem créditos a todo mundo. Isto porque reclamam da ocorrência de fregueses maus pagadores (velhacos), descritos como pessoas que recebem mercadorias adiantadas e depois simplesmente não pagam suas dívidas. Por este motivo, neste tipo de estabelecimento, os comerciantes só adiantam mercadorias a fregueses de confiança, que têm ganho certo, como os aposentados, por exemplo.

Assim, nota-se que o declínio do tradicional sistema de aviamento enfraqueceu também o poder de influência dos comerciantes locais. Neste novo contexto, observa-se cada vez mais que esses comerciantes competem com os marreteiros itinerantes pelos mesmos produtos e, conseqüentemente, pelos mesmos fregueses (MCGRATH, 1999). No caso do

médio Pracuúba, esta competição vem sendo favorável aos marreteiros, não porque vendem mercadorias mais em conta, mas porque possibilitam pequenos créditos a curto prazo e são mais audaciosos em suas estratégias comerciais, praticando, inclusive, o escambo, quando é conveniente, fato que os torna semelhantes, de certa forma, aos antigos “regatões” da Amazônia.

7.1.2 Os marreteiros de açaí

Os marreteiros de açaí são agentes econômicos que apresentam grande mobilidade e senso de oportunismo para aproveitar as brechas que o mercado e seus concorrentes proporcionam. Em geral, se dedicam apenas à comercialização do açaí, mas, eventualmente, alguns também vendem mantimentos, sobretudo peixe e frango. A diversidade entre eles, contudo, vai muito além, sendo possível identificar pelo menos três categorias, que são denominadas aqui de “marreteiros da beirada”, “freteiros” e “barqueiros”.

A categoria dos “marreteiros da beirada” agrupa um grande número de pequenos marreteiros que atuam na compra e venda do açaí ali mesmo, no próprio rio. Em geral, possuem pequenas embarcações, nas quais se deslocam para cima (montante) e para baixo (jusante), encomendando e negociando os frutos com os “proprietários” de açazais. Embora disponibilizem de prestígio e poder de compra diversos, o que particulariza esses marreteiros é o fato de comprarem açaí para os “barqueiros” ou para os grandes “freteiros”.

Nesta relação, esses pequenos marreteiros recebem uma comissão que pode variar de vinte a cinquenta centavos por cada lata comprada. Por esta razão, jamais acediam os “proprietários” com propostas mais tentadoras, tendo em vista que isto, embora possa aumentar a quantidade de latas compradas, incide inversamente na comissão que ganham, pois trabalham com preços já prefixados. Assim sendo, praticamente não interferem na

formação de preços, que são definidos, basicamente, na concorrência estabelecida pelos componentes da outra categoria de marreteiros que atua na beirada, os “freteiros”.

Esta categoria é constituída de marreteiros que, embora não disponham de grandes embarcações, vendem açaí nos mercados urbanos, mediante o pagamento de uma taxa por cada lata transportada, chamada localmente de frete. O preço desta taxa varia de acordo com a distância da viagem e com os acertos entre o “freteiro” e o dono ou encarregado das embarcações. Na safra do verão de 2004, o preço do frete para Belém e Abaeté custava R\$ 1,00 já para Santana, no Amapá, cobrava-se R\$ 1,50.

Os “freteiros”, assim como os “marreteiros da beirada”, compram o açaí diretamente dos “proprietários”. Diferentemente desses marreteiros, porém, os “freteiros” trabalham por conta própria, condição que lhes permite intervir na formação de preços, de acordo com as expectativas que têm do mercado. Por esta razão, são agentes versáteis e bastante sensíveis a determinados sinais que podem sugerir boas ou más vendas nas feiras urbanas.

Até pouco tempo atrás, a opção de tomar uma decisão mais ou menos conservadora em relação aos preços dependia basicamente da experiência desses agentes. A chuva, por exemplo, era interpretada por eles como um sinal de que haveria escassez de açaí no dia seguinte, condição fundamental para que os preços se elevassem, possibilitando melhores oportunidades de ganho. Deste modo, nos dias chuvosos, a concorrência e, conseqüentemente, os preços sempre tendiam a aumentar, visto que os “freteiros” (e também “barqueiros”) trabalhavam com a hipótese de que a venda do açaí seria melhor.

Todavia, essas previsões baseadas em fenômenos naturais sempre se mostravam limitadas. O problema básico derivava do fato de que as precipitações nem sempre atingem as áreas produtoras simultaneamente e com a mesma intensidade. Isto tornava as apostas muito arriscadas, motivo pelo qual, de vez em quando, os marreteiros eram “operados”, ou seja, tinham vultosos prejuízos, por conta de suas projeções equivocadas.

De uns cinco anos para cá, entretanto, esta situação vem mudando. A ampliação do serviço de telefonia celular para o interior do Estado, apresentando notável evidência na área pesquisada (como já se mostrou no capítulo 3), vem possibilitando acompanhar o movimento das feiras urbanas diariamente. Assim, é possível saber se as vendas foram boas ou ruins e quais são os atravessadores que devem chegar no dia em que se pretende comercializar o açaí. Deste modo, observa-se que a concorrência estabelecida pelos marreteiros vem sendo cada vez mais subsidiada por um relativo conhecimento do mercado, o que os tornam especuladores (NASCIMENTO, 2000) cada vez mais instrumentalizados para argumentar com os “proprietários” e escapar das armadilhas do mercado.

Neste quadro, aqueles “freteiros” e “barqueiros” de vanguarda acompanham diariamente o movimento nas feiras, estabelecendo suas metas de compra diárias, conforme as informações de que dispõem. Quando têm expectativas de boas vendas, esforçam-se para comprar o máximo de açaí que puderem, fazendo o “preço pegar fogo” na beirada, devido a intensificação da concorrência. Quando as notícias não são animadoras, ocorre o contrário, a concorrência reduz e os preços estagnam ou baixam, dependendo da duração da crise. Assim, percebe-se que além da experiência, o acesso à informação torna-se cada vez mais importante para esses marreteiros.

Todavia, o acesso aos objetos técnicos e as informações não se dá de maneira equânime, mas excludente (SANTOS, M., 2002). Neste caso, não poderia ser diferente. Concretamente, observa-se que uma significativa parcela de marreteiros ainda não tem acesso às “últimas” tecnologias. Por estarem nesta situação, encontram-se ainda bastante expostos às armadilhas do mercado, uma vez que só têm informações defasadas, quando não distorcidas propositalmente pelos seus concorrentes que desejam fragilizá-los ou eliminá-los definitivamente da concorrência. Desta maneira, até mesmo no comércio do açaí torna-se

cada vez mais necessário o uso de novas tecnologias, sob pena de se incorrer em freqüentes insucessos, pois “nesse negócio ninguém tem amigo”, como adverte um marreteiro local.

Além dos “marreteiros da beirada” e dos “freteiros”, uma outra categoria de agentes comerciais bastante atuante na economia do açaí é a dos “barqueiros”. Estes, como a expressão sugere, são atravessadores que viajam em embarcações particulares ou alugadas, transportando os carregamentos de açaí até às cidades. Diferentemente da época em que apenas um dono de embarcação monopolizava o transporte do açaí (como se evidenciou no quarto capítulo), os “barqueiros” de hoje, além da produção própria, transportam também o açaí dos “freteiros”. Isto, de início, engendra a seguinte dúvida: estariam os “freteiros” completamente dependentes dos “barqueiros”?

A resposta, à primeira vista, parece sugerir que si. Todavia, na realidade, o que ocorre é uma interdependência entre eles. Tanto é que, no início de cada safra, os “barqueiros” saem pela beirada buscando convencer os “freteiros” a viajar com eles. Isto porque o frete é uma segurança para o “barqueiro”, pois mesmo que ele tenha prejuízo em suas demais transações, com um frete considerável, pelo menos o da despesa da viagem está assegurado. Daí, ao invés do “freteiro” ir à procura dos “barqueiros”, geralmente estes é quem vão atrás dele, pois o frete é fundamental para seus ganhos.

Tomando como exemplo as viagens para Santana, no Amapá, esta importância torna-se bem mais evidente. Neste tipo de viagem, que dura em média umas 32 horas, gastava-se, em outubro de 2004, uma faixa de R\$ 1.280,00 com combustível (800 litros de óleo diesel), R\$ 100,00 com alimentação, R\$ 200,00 com ajudantes e mais R\$ 90,00 com um mestre (piloto do barco). Totalizando essas despesas, cada viagem, não saia por menos de R\$ 1.670,00, isto para aqueles “barqueiros” que viajavam em embarcações próprias, pois para aqueles que precisavam alugá-las, as despesas elevavam-se para a casa dos R\$ 2.000,00. Entretanto, como transportavam uma faixa de 1.500 a 2000 latas, cobrando R\$ 1,50 de frete,

os “barqueiros” não apenas tiravam o da despesa, como ainda asseguravam um pequeno ganho, só à custa dos “freteiros”, sem mencionar o fato de comercializar seu produto livre de despesas. Deste modo, percebe-se que as relações entre “barqueiros” e “freteiros” envolvem concorrência e dependência simultaneamente.

Além do frete, uma outra forma dos “barqueiros” aumentarem seus ganhos é com a venda do açaí comprado pelos “marreteiros da beirada”. Como as despesas são cobertas pelo frete, mesmo pagando até cinquenta centavos acima do preço em voga para seus compradores, os “barqueiros” chegam com o produto ao mercado mais barato do que seus “freteiros”, no mínimo cinquenta centavos, levando em conta o frete de um real. Isto torna a posição dos donos de embarcação bastante cômoda diante de um mercado sempre repleto de armadilhas, como é o do açaí.

Por isto, existe um elevado número de embarcações viajando nas épocas de safras. Na safra do verão em que a pesquisa foi realizada, existiam 10 barcos fazendo linha do médio Pracuúba para Belém e Abaeté. Cada um deles tinha seus dias de baixada, de sorte que no máximo dois baixavam ao mesmo tempo. Embora essa distribuição não resultasse de nenhum acordo formal, nota-se que os “barqueiros” aparentemente respeitam o dia da baixada dos outros. Entretanto, isto não decorre do apreço que um tem pelo outro, mas do fato de que a sobreposição de vários barcos baixando no mesmo dia não só pode abarrotar a feira de açaí, como também diluir o dinheiro do frete entre as várias embarcações, o que é ruim para todos. Assim, percebe-se que existe certa “ordem” entre os “barqueiros”, quem ousar transgredi-la poderá incorrer em fracasso, além de arregimentar numerosas inimizades.

Neste contexto, percebe-se que, embora exista uma diversidade de marreteiros concorrendo entre si, no fundo, eles dependem uns dos outros para se manterem enquanto tal. Pequenos “marreteiros da beirada”, “freteiros” e “barqueiros”, na verdade, formam variados arranjos estruturais, que são muito dinâmicos temporal e espacialmente. Isto tudo diretamente

influenciado pelo calendário das safras locais e das áreas produtoras concorrentes e, cada vez mais, pela possibilidade da informação simultânea. Esses foram alguns aspectos importantes observados e detectados na prática dos marreteiros de açaí do médio Rio Pracuúba.

7.1.3 Os “proprietários” de açaizais

Como referido no capítulo anterior, a produção de açaí, na área estudada, envolve um diversificado conjunto de “proprietários”. Neste conjunto, com base principalmente na extensão da terra, discerniram-se três categorias: a primeira, constituída de “grandes proprietários”, a segunda, de “médios proprietários” e terceira, de “pequenos proprietários”. Neste momento, faz-se necessário resgatar esta classificação, desta feita, porém, indicando o direcionamento preferencial que cada um desses grupos dá a sua produção.

A primeira categoria é constituída por um reduzido número de “proprietários”, cujas terras, extensas para os padrões locais, permite o domínio sobre amplas áreas de açaizais. Na safra do verão de 2004, ocasião em que foram consultados, cada um desses “proprietários” apresentava uma produção da ordem de 400 latas semanais, excetuando, evidentemente, leves desvios para mais ou para menos. Contudo, vale ressaltar que essas quantias são válidas apenas para safras limitadas, como a deste ano. Nas safras “fortes”, como eles dizem, esse número de latas é extraído por apanha (por dia), o que, no mínimo, dobra a produção no mesmo período.

Com referência à comercialização da produção, constatou-se que geralmente esses “proprietários” não negociam o açaí com os marreteiros. Assim como os grandes proprietários estudados por Nascimento (2000) em Ponta de Pedras, eles sempre buscam negociar seu açaí diretamente nas feiras urbanas, onde estabelecem transações diretas com os feirantes e/ou exportadores. Com esta estratégia, tais “donos” de açaizais não só elevam seus ganhos, pois

tiram de cena os marreteiros, como também escapam, em grande parte, das grandes “tampas” nas feiras, expressão usada para simbolizar as crises de super-oferta de açaí, pois não negociam apenas com os feirantes, mas com agentes cujos negócios são mais estáveis.

Por outro lado, os “médios proprietários” apresentam um comportamento mais diversificado. Dependendo da situação, esses “proprietários”, que tinham uma produção semanal da ordem de 150 a 200 latas, na safra do verão mencionado, podem negociar sua produção tanto com os marreteiros locais, quanto diretamente nas cidades, com os feirantes. Conforme as oscilações de mercado, esses “proprietários” privilegiam uma dessas alternativas.

Quando os preços nas feiras estão bons, ou seja, possibilitam um ganho um pouco superior àquele que seria obtido caso o açaí fosse negociado com os marreteiros, esses “proprietários” tendem a reduzir as transações com esses agentes, privilegiando a comercialização direta com os feirantes. Nesta transação, mandam o açaí a um feirante, com quem já conversaram previamente. Este agente urbano, por sua vez, após efetuar a venda do produto, paga o frete ao dono e/ou encarregado da embarcação, por quem também remete o pagamento do açaí.

Entretanto, quando os preços estão bastante instáveis, geralmente da metade da safra em diante, esses “proprietários” geralmente adotam estratégia inversa. Isto porque a emissão do pagamento correspondente à produção tende a não ser remetido regularmente pelos feirantes e, quando isto ocorre, nem sempre os preços igualam-se àqueles que poderiam ser obtidos, sem maiores problemas, caso o açaí tivesse sido vendido aos marreteiros locais. Neste contexto, os “médios proprietários” tendem a desistir da possibilidade de maiores ganhos em favor do dinheiro na mão, possibilitado pela transação imediata com os marreteiros, até mesmo porque os “peconheiros” reclamam sua “meia” na hora.

Os “pequenos proprietários”, por sua vez, negociam sua produção normalmente com os marreteiros. Individualmente, cada um deles apresenta uma produção semanal em torno de umas 40 latas de açaí. Esta produção, relativamente pequena se comparada àquela dos “grandes proprietários”, decorre não apenas do reduzido tamanho dos açazais, mas do permanente consumo doméstico que pode atingir, dependendo do tamanho da família, mais de 10 latas por semana. Mesmo assim, pela maioria numérica, esses “donos” de açazais são responsáveis por grande parte da produção de açaí na área do médio Pracuúba.

Desta maneira, pode-se dizer que a ação dos marreteiros opera-se, basicamente, junto aos “médios” e, principalmente, junto aos “pequenos proprietários”. Isto significa que são esses produtores extrativistas que têm a maior parcela de trabalho expropriada na comercialização (FILOCREÃO, 2002), pois dependem dos marreteiros do próprio rio para negociar seu produto. Os “médios proprietários”, embora negociem com esses agentes comerciais, só intensificam tais relações quando percebem que a venda nas feiras torna-se arriscada demais. E os grandes “donos” de açazais, independentemente da época da safra, sempre procuram vender seu açaí diretamente nas cidades. Portanto, a comercialização deste produto na área em apreço envolve, basicamente, os marreteiros e os “pequenos” e “médios proprietários”, da qual se segue uma breve descrição.

7.2 A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

7.2.1 As relações entre “proprietários” e marreteiros de açaí

A comercialização do açaí desenvolve-se, em geral, com base no princípio da liberdade de compra e venda. Isto se observa nas relações entre os marreteiros que atuam comumente na beirada e os “proprietários”, com exceção daqueles que preferem negociar a produção nas cidades. Todavia, nos interstícios dessas relações, ainda persistem determinados mecanismos pelos quais a venda do açaí confunde-se com um conjunto de prestações pessoais

(ABRAMOVAY, 1991), particularmente vinculadas a relações de subserviência. Assim, embora pareça funcionar inteiramente sob o princípio da livre concorrência, a comercialização do açaí ainda encerra relações personalizadas, que evidenciam a maneira incompleta com que os mecanismos de mercado se apresentam.

Nas safras, entretanto, esses aspectos são pouco visíveis. A intensa movimentação dos marreteiros em busca do açaí ofusca as relações de subserviência, de sorte que todas as transações envolvendo esses agentes e os “proprietários” parecem se estabelecer com base na concorrência e na especulação, como se observa na “encomenda” e, principalmente, no ato da transação propriamente dita.

A “encomenda” é denominação que se dá ao primeiro contato entre os “marreteiros da beirada” ou os “freteiros” e os “médios” e “pequenos proprietários”. Neste contato, esses marreteiros externalizam o interesse na compra do açaí, evidenciando o preço que estão pagando na lata e a hora em que devem estar passando na beirada. Os “proprietários” geralmente argumentam (especulam), dizendo que tal preço está baixo ou que já têm outras “encomendas” para o mesmo dia, a fim de que o marreteiro melhore sua proposta. Ao final deste breve diálogo, quase sempre chegam a um acordo provisório, no qual o “dono” do açazal se compromete a negociar parte ou a totalidade da produção, desde que o preço oferecido seja bem generoso.

Em geral, os marreteiros fazem a “encomenda” pela manhã. Primeiro porque, se a fizerem na tarde do dia anterior em que desejam o açaí, o “dono” do açazal pode começar a coletá-lo desde então, o que, não obstante as estratégias de conservação do fruto (apresentadas no capítulo 5), não é um procedimento bem visto pelos marreteiros. E segundo porque, pela manhã, sobretudo aqueles marreteiros de vanguarda já sabem como está a comercialização do açaí nas feiras, o que lhes permite adotar uma postura mais ou menos conservadora em

relação aos preços e a quantidade de frutos que devem comprar, de acordo com as notícias vindas da cidade.

Todavia, a “encomenda” não envolve nenhum mecanismo que mantenha o “proprietário” dependente do marreteiro. Neste acordo, em geral, eles não ficam com rasas e muito menos com dinheiro dos marreteiros. Assim, na realidade, a “encomenda” não passa de um simples acerto verbal, que se presta muito mais para motivar a coleta do açaí do que para assegurar sua venda ao marreteiro que lhe pleiteia.

Na área do médio Pracuúba, isto se verifica particularmente nas ocasiões de concorrência acirrada. Nestas ocasiões, pela manhã, é comum que os “donos” de açais se comprometam com determinado marreteiro e mais tarde, por volta das 11 ao meio dia, negociem o açaí com outro que, embora não tenha feito a “encomenda”, dispõe-se a pagar vinte ou trinta centavos acima do preço acertado previamente por cada lata. Desta maneira, como afirma um experiente marreteiro, “a melhor coisa que se pode fazer é não fixar nenhum preço na hora da ‘encomenda’, é melhor dizer que você paga o mesmo preço que os outros estão pagando, isto evita que os outros cubram seu preço e comprem o açaí antes de você”.

Esta preocupação dos marreteiros demonstra que a produção do açaí torna-se uma atividade desenvolvida cada vez mais por proprietários autônomos (REGO, 1999), que têm liberdade para negociar sua produção com quem lhe oferecer o melhor preço. Diferentemente da fase embrionária, na qual apenas um comprador ditava os dias que os frutos deveriam ser extraídos e a forma como os pagaria (geralmente a troco de mercadorias), atualmente a maioria dos “proprietários” pode escolher com quem vai negociar e o preço que mais lhe agrada.

Todavia, nos interstícios desse ambiente de livre concorrência reproduzem-se ainda determinadas relações, cujos princípios escapam inteiramente às leis de mercado. São relações em que a comercialização do açaí desenvolve-se sob o princípio do exclusivismo, no qual os

preços não são determinados na esfera da concorrência, mas pelos agentes compradores, o que, evidentemente, reduz o ganho dos “proprietários” sujeitos a tais condições e eleva o lucro do agente que usufrui de tal privilégio.

Cabe ressaltar, entretanto, que esse agente beneficiário não é nem um “freteiro” e tão pouco um “marreteiro da Beirada”, trata-se, geralmente, de um só “barqueiro” que ao fazer empréstimos ou funcionar como fiador na aquisição de determinados objetos exige o açaí ou, às vezes, o palmito como pagamento. Ou seja, este tipo de relação não é peculiar àqueles marreteiros que atuam intensamente na beirada, mas àqueles que em regra pouco transacionam diretamente com os “proprietários” a não ser nesses casos, em que já têm a preferência da compra assegurada.

Uma situação ilustrativa deste tipo de relação foi constatada num caso em que um “médio proprietário” emprestou R\$ 2.000,00 de um “barqueiro” para completar uma quantia necessária à aquisição de um quinhão contíguo a sua herança. No acerto, o referido “proprietário” comprometeu-se a pagar o empréstimo com palmito. Todavia, como a safra estava a todo vapor, o “barqueiro” propôs que o pagamento da dívida poderia ser efetuado no final da safra, desde que lhe fosse concedido à preferência de compra do açaí extraído. Sem outra opção, o “proprietário” aceitou a proposta. Com isso, além de se passar por amigo, o “barqueiro” ampliou seus ganhos, porque lucrará não só com o açaí obtido fora da esfera da concorrência, como subseqüentemente com o palmito.

Além deste caso, outros relatos apontam o uso desse expediente em outras situações, envolvendo sempre o mesmo “barqueiro”. Estas informações apontam que, no início das safras, é comum que “pequenos proprietários” procurem esse agente para que compre pequenos motores marítimos em Belém. Como não têm dinheiro suficiente para pagar esses objetos à vista, comprometem-se em entregar todo açaí para ele até que a dívida seja quitada. Aproveitando-se de sua condição, este “barqueiro” avalia a produção que recebe sempre a

baixo do preço, de forma que muitas vezes termina a safra e a dívida persiste. Neste caso, passa então a comprar o palmito, mas usando os mesmos artifícios até que a conta seja paga. E, no final de tudo, ainda é considerado “grande amigo” por aqueles que lhe procuraram.

Diante deste quadro, verifica-se que o princípio da liberdade de compra e venda não está plenamente consolidado no comércio do açaí. Embora se manifeste na maioria das transações, subjacente a este princípio ainda persistem casos fundados em relações de subordinação peculiares ao antigo sistema de aviamento, sendo com base nesse tipo de relação que determinados agentes comerciais ampliam seus ganhos sobremaneira, o que mostra que as relações de mercado se manifestam ainda parcialmente no comércio do açaí, fato que não é de se estranhar, pois “[...] uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado [...]”, como afirma Polanyi (1980, p. 84).

7.2.2 A dinâmica dos canais e fluxos comerciais do açaí

O açaí pracuubense tem como principais mercados as cidades de Belém e Santana, esta localizada no estado do Amapá. Todavia, em certas ocasiões, verifica-se também a estruturação de pequenos canais de comercialização para cidades de menor porte como Abaetetuba e Breves. A compreensão da dinâmica anual desses canais, entendidos aqui como “[...] o caminho percorrido pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final [...]” (HOFFMANN, 1984 apud NASCIMENTO, 1999, p. 28) pressupõe considerar, pelo menos em parte, o calendário das safras locais e também o calendário das outras áreas que abastecem essas cidades (Figura 07), como aquelas localizadas nos municípios de Anajás, Currálinho, Breves, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras e na área do baixo Amazonas, próxima ao Estado do Amapá.

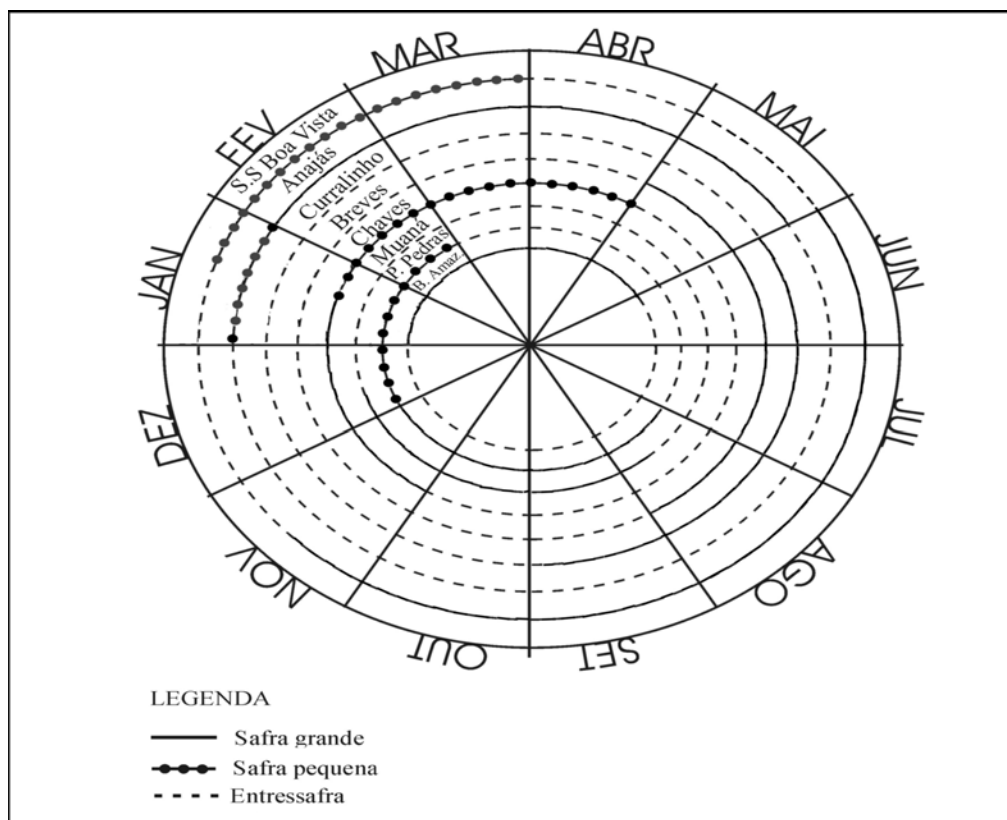


Figura 07: Calendário da safra do açaí nas principais áreas produtoras do Marajó. Pesquisa de campo, 2004.

Neste calendário, observa-se que a primeira safra pracuubense (São Sebastião da Boa Vista) estende-se da segunda metade de janeiro até o final de março. Esta safra, que é pequena, coincide com uma safra grande em Anajás, uma safra pequena em Chaves e Ponta de Pedras e uma grande safra na área considerada pelos marreteiros de baixo Amazonas, onde se localizam municípios que abastecem o mercado de Santana, como Melgaço e Gurupá, por exemplo. Por esta razão, nesta época, o açaí pracuubense volta-se especialmente para o mercado de Belém, que também é abastecido na ocasião pela produção de frutos oriundos da área do baixo Amazonas, chaves, que escoam sua produção no gelo via rio Mocoões, e Ponta de Pedras.

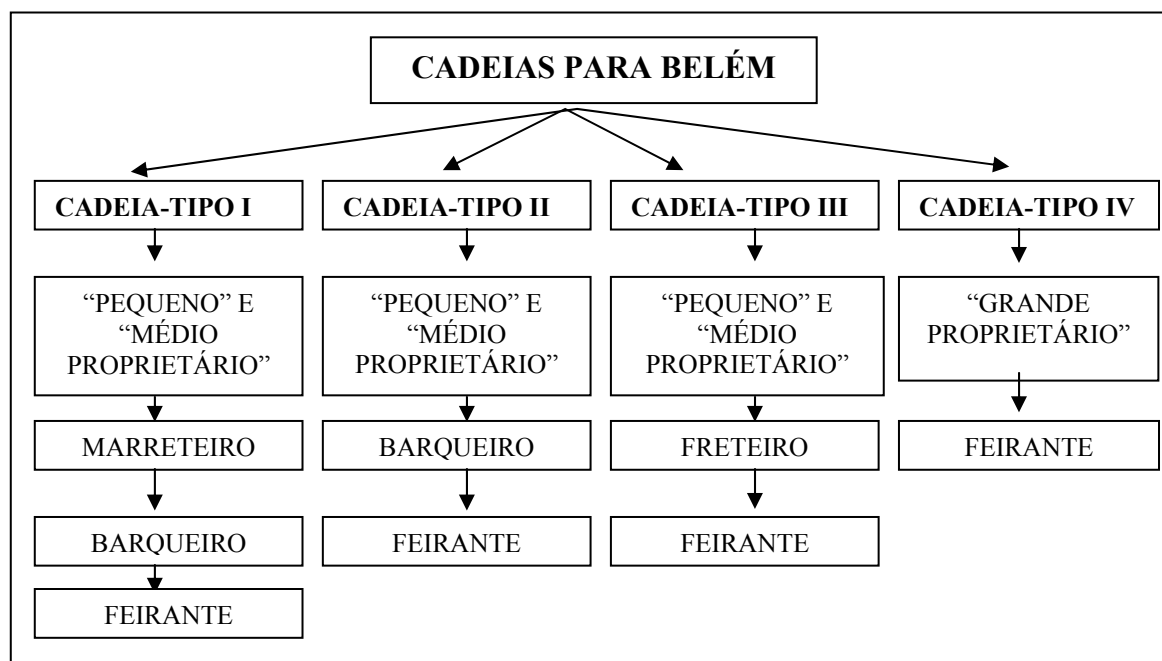
Na safra do verão, por sua vez, observa-se uma outra conjuntura. Como se viu anteriormente (capítulo 5), a safra no médio Pracuúba vai de junho até setembro, momento em que não se esgota, mas reduz seu ímpeto em relação às outras áreas do mesmo município,

nas quais ocorrem safras mais tardias, que se estendem até meados de novembro. Considerando apenas o auge da safra pracuubense, nota-se que ela é simultânea, em parte, às grandes safras de Curralinho, que escoar sua produção para Belém e pequenas cidades vizinhas, e de Breves, que se auto-abastece e fornece frutos principalmente para cidade Santana. Neste contexto, o açaí pracuubense direciona-se preferencialmente para Belém, onde obtém bons preços até o mês de agosto, ocasião que Ponta de Pedras, Muaná e os municípios do baixo Tocantins (Cametá, Igarapé Miri, Abaetetuba), começam a escoar grande quantidade de frutos para essa cidade.

A constante degradação dos preços decorrente do aumento da oferta no mercado de Belém, bem como o enfraquecimento da safra de Breves e a época de entressafra nos municípios localizados na área do baixo Amazonas, contribuem para redirecionar a comercialização do açaí boavistense, incluindo o resto da produção extraída nos açazais do médio Pracuúba a partir de agosto. Este açaí, juntamente com a produção dos Rios Pacujutá, Pracuúba Miri, Tucupizinho e ilha Paquetá, passa a ser escoado especialmente para Santana, sendo que, de vez em quando, também é vendido em Breves e Afuá, cidades que só recebem uma produção mais significativa de Chaves, município cuja grande safra inicia em novembro.

Neste contexto, observa-se que o açaí extraído nos açazais do médio Pracuúba volta-se predominantemente para os mercados urbanos de Belém e Santana. Embora grande parte dessa produção seja negociada naquela cidade, não se deve ignorar a importância do fluxo para o Amapá, até porque não só absorve parte desta produção, mas também é capitaneado pelos marreteiros pracuubenses, que refluem do mercado belemense. Esses canais de comercialização apresentam diferentes cadeias, cuja caracterização permite visualizar mais concretamente as articulações envolvendo as diferentes categorias de marreteiros anteriormente descritas.

O fluxograma apresentado a seguir sintetiza os canais de comercialização de açaí para Belém, tanto no inverno, quanto no verão, os quais são denominados de cadeias.



Fluxograma 01: Cadeias de comercialização do açaí para o mercado de Belém. Pesquisa de campo, 2004.

Verifica-se neste fluxograma a existência de quatro cadeias, com estruturas diversificadas, envolvendo a venda intermediada em maior ou menor escala, dependendo do caso.

CADEIA -TIPO I: esta cadeia se configura quando os “pequenos” ou “médios proprietário” vendem açaí a um “marreteiro da beirada”. Este repassa o fruto a um “barqueiro”, que o negocia com os feirantes (marreteiro da pedra) ou agentes exportadores no Porto do Açaí. No primeiro caso, os feirantes “tiram” o açaí dos “barqueiros” para comercializar com “maquineiros”, que são os agentes que batem o açaí para vender aos consumidores urbanos. Nesta relação, a expressão “tirar”, como bem mostra Nascimento (1999, p. 29), “[...] significa comprar fiado para pagar após a venda [...]”. Isto denota que o feirante não precisa de dinheiro para trabalhar na feira, precisa apenas ser confiável, por isto, dificilmente tem prejuízos, o que não é o caso dos “barqueiros”, que têm que dividir os

ganhos quando as vendas estão boas e arcar com os prejuízos sozinhos, quando a feira está “tampada”.

Nas relações com os agentes urbanos que “tiram” açaí para exportação, diferentemente das estabelecidas com os feirantes, o “barqueiro”, no ato do desembarque do açaí, já tem uma idéia de quanto vai receber por lata, pois o preço é acertado previamente. Todavia, este preço não difere sensivelmente daquele pago pelos feirantes, até porque os agentes exportadores, na ocasião das “tampas”, costumam oferecer um baixo preço para arrematar o açaí que está sobrando, prestes a ser perdido. Neste sentido, o aparecimento desses agentes, que está associado à expansão do consumo do açaí para outros Estados e até países (GUIMARÃES, 1998; LIRA, 2003), não só vem ampliando a demanda, como livrando os “barqueiros” de muitos prejuízos.

CADEIA -TIPO II: nesta cadeia, os “pequenos” e “médios proprietário” negociam o açaí diretamente com os “barqueiros”, que levam esse fruto para a cidade, onde estabelecem as mesmas relações já descritas anteriormente. Neste tipo de cadeia, é que se verificam as relações de exclusividade, nas quais os “proprietários”, por motivos relacionados a dívidas, se comprometem a fornecer seu açaí a um só “barqueiro”. Todavia, é importante destacar que nem todos os “donos” de açazais que participam desta cadeia são pessoas endividadas. Existem aqueles que optam pela venda direta ao atravessador, buscando ganhar um pouco mais, o que geralmente ocorre, mas sob a condição de receberem o pagamento só na volta do “barqueiro” da cidade.

CADEIA -TIPO III: neste caso, o “pequeno” ou “médio proprietário” vende seu açaí a um “freteiro” que, pagando o frete para o “barqueiro”, negocia os frutos diretamente nas cidades com os feirantes. Quando compra muito açaí, comumente o “freteiro” acompanha sua mercadoria, com o intuito de cuidar pessoalmente da transação, o que pode evitar atraso na emissão do pagamento e até contribuir para a obtenção de um melhor preço. Por sua vez,

quando compra poucas latas, geralmente “manda” o açaí a um feirante de confiança que, após comercializar os frutos, paga o frete ao “barqueiro” e remete o pagamento e as rasas.

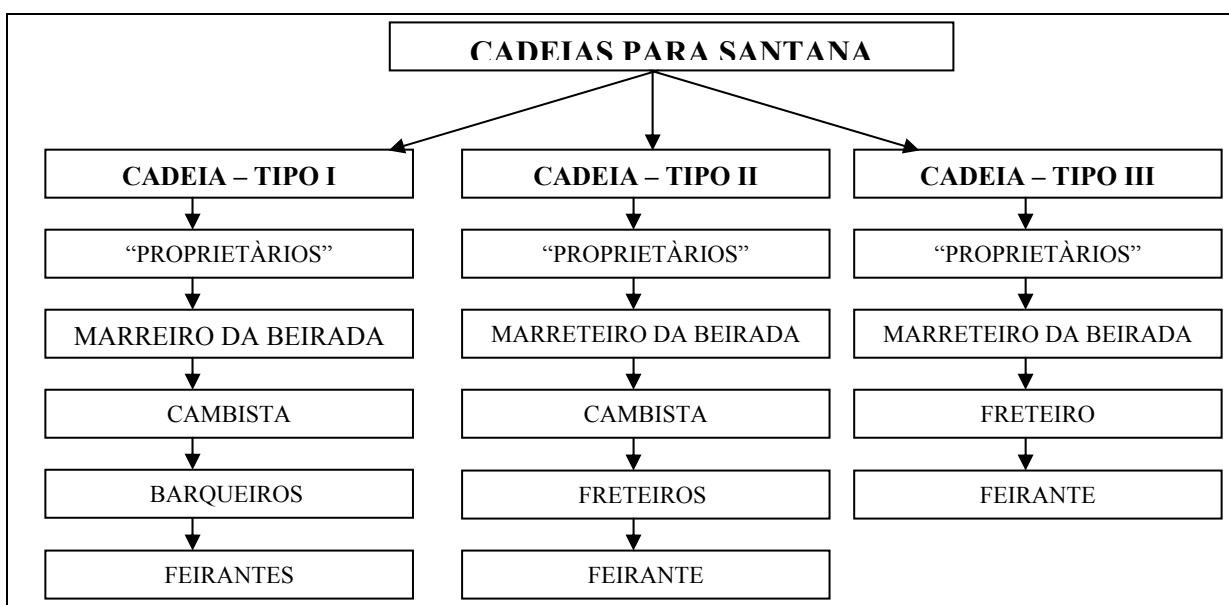
CADEAI -TIPO IV: esta cadeia configura o menor tipo de canal de comercialização. Esta se conforma quando os “grandes proprietário” negociam seu açaí diretamente com os feirantes ou agentes exportadores. No caso específico do médio Pracuúba, esses “proprietários” transportam seu açaí em embarcações próprias, pois também são “barqueiros”, o que lhes possibilita ganhos mais elevados, visto que não pagam frete. Mesmo assim, são os “proprietários” de açais que mais exploram os “peconheiros”, através do pagamento de pequenas “taxas fixas”. Assim, evidencia-se que as melhores condições de comercialização, neste caso, não elevam o rendimento dos “peconheiros”, mas somente dos “donos” de açais que, estabelecendo relações sociais de trabalho extremamente injustas, apropriam-se de quase todos os ganhos.

A organização dos canais de comercialização do açaí pracuubense e de outras áreas produtoras de São Sebastião da Boa Vista para a cidade de Santana, por sua vez, apresenta-se um pouco diferente daquela visualizada no caso de Belém, isto porque entra em cena um outro tipo de marreteiro, localmente denominado de “cambista”. Estes marreteiros não estabelecem relações com os “proprietários”, como os “marreteiros da beirada”, e nem com os feirantes, como os “barqueiros” e “freteiros”. Na verdade, atuam somente na intermediação entre os agentes comerciais que vendem o açaí nas feiras e os pequenos marreteiros que atuam somente no âmbito local.

Nesta função, os “cambistas” geralmente recebem dinheiro dos “barqueiros” ou “freteiros” e contratam os “marreteiros da beirada” para comprar o açaí dos “proprietários”. Pagam a esses pequenos marreteiros a taxa de vinte centavos por cada lata de açaí comprada, ganhando a mesma quantia de quem lhes adiantara o dinheiro. Todavia, o “cambista” não tem despesa alguma, pois somente reúne o açaí comprado num local que fique na rota da viagem,

geralmente a cidade de Boa Vista. Já o “marreteiro da beirada”, embora ganhe a mesma comissão, tem que arcar com o combustível e, às vezes, com o aluguel das pequenas embarcações que precisa para se deslocar. A função dos “cambistas” torna-se necessária neste caso porque os marreteiros do Pracuúba precisam completar a carga das embarcações com açaí de outras áreas do município que lhes são estranhas e de acesso distante.

Assim, a representação gráfica dos canais de comercialização do açaí para Santana pode ser sintetizada como no fluxograma abaixo.



Fluxograma 02: Cadeias de comercialização do açaí para a cidade de Santana. Pesquisa de campo, 2004.

Como se vê, as cadeias de comercialização do açaí para Santana, embora sejam menos diversificadas do que aquelas estruturadas para Belém (praticamente todos os “proprietários” negociam a produção com os marreteiros, daí serem denominados igualmente), envolvem um maior número de intermediários, tornado os canais de comercialização mais complexos.

CADEIA – TIPO I: esta se estrutura quando os “proprietários” vendem o açaí a um “marreteiro da beirada”, que está a serviço de um “cambista”. Este reuni o açaí comprado e entrega ao “barqueiro”, que se desloca ao mercado urbano, em embarcações próprias ou alugadas, numa viagem que pode durar mais de 32 horas, dependendo das condições

ambientais encontradas, sobretudo na baía do Vieira, já próxima à cidade de Santana. Lá chegando, o “barqueiro” negocia o açaí com os feirantes, através de relações muito similares às estabelecidas no Porto do Açaí em Belém, ou seja, “tiram” o açaí para um ou mais feirantes e ficam esperando o pagamento do produto depois de sua venda.

A maioria desses “barqueiros” trabalha com recursos próprios. Todavia, existem aqueles que não dispõem de capital e nem de embarcações para viajar, mas têm experiência na comercialização do açaí para Santana. Esses, no começo da temporada de viagens, tomam emprestado de 2.000,00 a R\$ 3.000,00, geralmente de um “grande proprietário” pracuubense, que também aluga sua embarcação, cobrando R\$ 500,00 por viagem. Neste negócio, o “barqueiro” se compromete a dividir os possíveis ganhos obtidos com o investimento do dinheiro emprestado, a pagar o aluguel do barco sozinho e a cobrar apenas R\$ 1,00 de frete sobre o açaí do referido “proprietário” (quando a taxa normal é R\$ 1,50), que manda uma faixa de 800 a 1000 latas por viagem. Nestas condições, este tipo de “barqueiro” tem lucro reduzido, pois trabalha quase só para o agente que lhe cede o dinheiro e a embarcação para viajar. Além do mais, quando tem prejuízo, assume grande parte dele sozinho com receio de que o negócio seja desfeito.

CADEIA – TIPO II: ocorre quando o “cambista” está a serviço de um “freteiro”, que ao receber o açaí rumo para o mercado urbano, pagando o frete de R\$ 1,50 por cada lata. Na feira, assim como os “barqueiros”, “tiram” o açaí para os feirantes. Em certas ocasiões, entretanto, alguns “freiteiros” arvoram-se em vender seu açaí diretamente aos “maquineiros”, dispensado o serviço dos feirantes. Isto ocorre geralmente quando o açaí está em falta, momento em que qualquer pessoa não encontra dificuldade de negociar seu produto na feira. Assim fazendo, estes “freiteiros” conseguem aumentar seus ganhos, mas, por outro lado, ficam “marcados” pelos feirantes que, nas ocasiões de “tampas”, não os auxiliam nas vendas. Este, aliás, é um dos principais motivos que faz tanto os “freiteiros” quanto os “barqueiros” sempre

“tirarem” açaí para os feirantes. Isto porque, embora estes se apropriem de importante parcela dos ganhos daqueles marreteiros, os ajudam nas crises de super-oferta dos frutos. Ajuda esta que se traduz na busca de alguma saída para negociar o açaí que está sobrando.

CADEIA – TIPO III: esta cadeia se configura, quando os “proprietários” vendem o açaí a um “marreteiro da beirada” que não está a serviço de um “cambista”, mas de um “freteiro”. Nesta relação, este agente consegue obter o produto um pouco mais barato, o que é importante para elevar seus ganhos. Entretanto, em relação às duas cadeias mostradas anteriormente, esta é a menos importante, pois os “barqueiros” e “freteiros” do Rio Pracuúba não conhecem bem os “marreteiros da beirada” que atuam nas outras áreas de açais boavistenses. Desta maneira, preferem entregar o dinheiro a um “cambista”, que se responsabiliza em fornecê-lo aos marreteiros de sua confiança. Isto, ainda que mais dispendioso, é mais seguro, pois aqueles marreteiros têm a certeza de que receberão o açaí na quantidade e na hora marcada.

8 CONCLUSÃO

Como se evidenciou sucintamente no segundo capítulo desse trabalho, encontra-se bastante em voga nas últimas décadas, um conjunto de interpretações que tem abordado o extrativismo na Amazônia, particularmente o extrativismo vegetal, como uma atividade insustentável tanto do ponto de vista ambiental, quanto das relações socioeconômicas, motivo pelo qual, não apenas criticam sua permanência, como antevêm seu completo desaparecimento do cenário regional.

Partindo do uso direto ou indireto da noção “ciclo econômico”, tais interpretações concebem o extrativismo como uma atividade que se desenvolve sempre de maneira cíclica, partindo da exploração de um recurso natural intocado até o momento em que esse recurso se exaure ou não mais atende a demanda do mercado, pela incapacidade da natureza responder satisfatoriamente a esta dinâmica econômica, ocasião em que se procede à domesticação do recurso natural e/ou à sua substituição por produtos sintéticos, independentemente da forma como se dá a extração.

Nestas análises, utilizam-se categorias da economia tradicional (neoclássica) como se fossem de aplicação universal, não existindo preocupação no sentido de apreender as especificidades econômicas e sócio-culturais da Amazônia, bem como os projetos políticos dos atores sociais locais. Tomam os agentes envolvidos na realidade do extrativismo como se fossem atores, cujos procedimentos seriam essencialmente determinados pelo lucro, pela acumulação, sem nenhuma interferência das particularidades econômicas e sócio-culturais da região.

Por fim, é importante destacar que o conceito de extrativismo que serve de base a essas interpretações restringe-se apenas à coleta de produtos naturais com produtividade baixa ou declinante. Devido a este aspecto, estas abordagens não consideram extrativismo,

atividades associadas ao cultivo, à criação ou ao beneficiamento da produção, mesmo que estas estejam dentro de um sistema produtivo e um modo de vida extrativos. Ou seja, é com base no conceito de “extrativismo puro” e após um tratamento eminentemente economicista, que essas interpretações apontam a insustentabilidade e o fim da economia extrativa na Amazônia.

Destoando dessas interpretações, entretanto, observa-se a emergência da extração de produtos florestais como o açaí, por exemplo, sobretudo na área do estuário amazônico. Nesta área, a extração deste fruto, ainda que tenha sido ameaçada, particularmente nos anos 70 e 80, pela desenfreada extração de palmito, firma-se hoje como uma atividade de extrema importância para as populações locais, não só pelo valor alimentar historicamente reconhecido, mas pela capacidade de gerar renda e, conseqüentemente, de possibilitar a obtenção de outras mercadorias de que necessitam.

A pesquisada desenvolvida no médio Rio Pracuúba, examinando esta atividade do ponto de vista das interações homem/natureza, bem como das relações socioeconômicas, permite verificar o quanto é arriscado empreender a compreensão da dinâmica extrativa na Amazônia, usando modelos de interpretação abstratos, cuja rigidez analítica e a própria inadequação conceitual não permitem a apreensão do objeto em sua concretude.

No plano das interações homem/natureza, em primeiro lugar, constata-se que o extrativismo do açaí não constitui uma atividade tão simples (primitiva) quanto parece. Ainda que inegavelmente seja influenciada pelos ciclos naturais e não envolva objetos técnicos sofisticados, essa atividade pressupõe um denso conhecimento do extrator, sem o qual este não apenas teria um rendimento limitado, como estaria suscetível a constantes imprevistos que poderiam, inclusive, custar sua própria vida. Neste sentido, o simples fato de escolher um tipo de peconha para determinada situação, expressa, concretamente, que o extrator não está completamente subjugado às determinações naturais, mas que, à sua maneira, cria e descobre

instrumentos de trabalho que lhe permitem não apenas ser influenciado, mas também contragestar as limitações impostas pelas forças naturais.

Por outro lado, este mesmo conhecimento empírico, acumulado ao longo da interação com os açazais, norteia também as intervenções de manejo, hoje em dia tão importantes, devido à ampliação da demanda do açaí. Daí essa atividade apresentar uma variedade de sistemas, cada um tendo por trás de si um rico conjunto de idéias, abstraídas da experiência cotidiana, que dão significado às práticas no sentido de potencializar a produtividade dos açazais, sem perder de vista a qualidade dos frutos. Desta maneira, o manejo só ganha sentido na medida em que a população passa a privilegiar a extração de frutos e, conseqüentemente, a conservação dos açazais.

Assim, constata-se que o extrativismo do açaí não constitui nenhum tipo de “extrativismo puro”. Pelo contrário, desenvolve-se articuladamente com as diversas formas de manejo que, neste caso, não o descaracteriza e, tão pouco, demarcam seu enfraquecimento, mas representam um salto de qualidade dentro da própria atividade extrativista, resultante do conhecimento e do “olhar” da população ribeirinha sobre os açazais. Isto decorre do fato de que existe uma relação simbiótica entre homem e natureza na Amazônia, relação na qual a exploração econômica dos ecossistemas ocorre de maneira integrada, envolvendo a extração, o manejo e outras práticas, como a caça, a pesca, a agricultura e o artesanato, por exemplo. Partido desta percepção, muitas críticas que procuram fragilizar e antever o fim da atividade extrativa devem ser repensadas, pois elaboradas de maneira abstratas.

Na esfera socioeconômica, por sua vez, o extrativismo do açaí engendra um diversificado conjunto de relações, mediante as quais qualquer esquema interpretativo pautado apenas em formulações objetivas tende a ser simplificador, pois deixa de considerar uma infinidade de elementos de natureza extra-econômica, hora vinculados a relações de subordinação e exploração, hora associados à manutenção de relações de cooperação.

Precisamente no que se refere à execução da coleta do açaí, consta-se que não existe nenhuma relação assalariada. Na prática, essa atividade é organizada com base na “meia” e no pagamento de “taxas fixas”, que são relações de trabalho em que o extrator é extremamente explorado. No primeiro caso, isto se dá dissimuladamente, devido à falsa idéia de repartição da produção e dos rendimentos. Já no segundo, em função da relação tomar contornos tão desiguais, a extorsão não pode ser escamoteada, de sorte que a população em geral condena seus precursores, os “grandes proprietários”, enquanto que, por outro lado, outros “donos” de açaiçais não descartam a possibilidade seguir o mesmo caminho, alegando que é a necessidade do manejo que leva a isto. Todavia, como procurou se mostrar, este argumento é inconsistente, pois a prática do manejo, em muitos casos, não apenas se auto-financia, como gera divisas adicionais ao “proprietário” do açaiçal.

Além do mais, no âmbito desta atividade, também não existe mão-de-obra assalariada. O que prevalece, neste caso, são relações de cooperação e relações de coação. As primeiras estão baseadas nos princípios de ajuda mútua e solidariedade, mas ocorrem apenas entre os “pequenos proprietários”, pessoas cuja condição material não permite contratar mão-de-obra adicional para ajudá-las na limpeza do mato. Já as relações de coerção estabelecem-se nas médias e, sobretudo, nas grandes propriedades, onde os proprietários ao encontrarem dificuldades para recrutar mão-de-obra, devido ao baixo preço da diária (R\$ 10,00 a 12,00) e a pesada jornada de trabalho, colocam em xeque a vaga dos “peconheiros” nas safras do açaí, caso este não se disponibilize a trabalhar no manejo. Procedendo desta maneira, recrutam os trabalhadores necessários, sempre enfatizando que isto é proveitoso para todos, pois vai elevar a produtividade dos açaiçais, demandando mais mão-de-obra nas safras.

Neste quadro, percebe-se que existe uma estreita vinculação entre as relações de exploração estabelecidas na extração do açaí e as relações de coerção constituídas no manejo. Na ocasião da extração, os “médios” e “grandes proprietários” afirmam que não podem pagar

um preço melhor ao extrator porque têm que amealhar divisas para a limpeza do açazal. Quando chega esta época, porém, alegam que não podem melhorar o preço da diária porque não têm condições para isto, o que leva a recusa dos trabalhadores e a conseqüente advertência dos “proprietários”, fundada na ameaça de suspensão de vagas na ocasião das safras de açaí. Assim, configura-se uma situação em que a exploração do “peconheiro” é justificada pelo manejo dos açazais e a coação peculiar ao desenvolvimento desta atividade é justificada pela necessidade de se ampliar a produtividade, ainda que materializada na ameaça de sanções para um dos supostos beneficiados, o “peconheiro”.

Essas relações de dominação, de certa forma, tornam-se menos presentes na esfera da comercialização do açaí, embora nem sempre tenha sido assim. Como se viu, até o final dos anos 70, grosso modo, a compra deste produto, além de restrita, encontrava-se ainda muito presa às relações comerciais típicas do aviamento, sistema no qual foram gestadas. Por esta razão, estas transações desenvolviam-se com base no exclusivismo econômico e no pagamento em espécie, pois só existia um grande comprador, cuja condição de monopólio, que repousava sob o domínio dos meios de transportes motorizados, permitia determinar os preços de compra e auferir elevados ganhos, tendo em vista que não tinha concorrente.

Todavia, a ampliação do sistema de transporte e a elevação da demanda de frutos verificada a partir daí contribuíram decisivamente para redefinir as relações de compra e venda. A ampliação do número de marreteiros dedicados à comercialização do açaí terminou por desgastar, cada vez mais, as modalidades de relações anteriormente dominantes, instaurando um ambiente onde a concorrência entre os agentes econômicos passou a suplantar, em grande parte, o exclusivismo e o escambo, de maneira que hoje, pode-se dizer que grande parte do açaí extraído nos açazais do médio Pracuúba é comercializada num ambiente concorrencial, onde prevalece a liberdade de compra e venda.

Isto é possível graças ao fato de que a maioria dos marreteiros que atua diariamente na beirada não dispõe de nenhum mecanismo capaz de manter os “proprietários” dependentes. Embora façam a “encomenda”, esta não assegura a exclusividade da venda a nenhum marreteiro, pois não passa de um rápido e simples acerto verbal, facilmente pulverizado por uma outra “encomenda” mais generosa ou por alguma proposta tentadora. Por isto, a maioria dos “médios” e “pequenos proprietários” (basicamente os únicos que negociam com os marreteiros locais) tem liberdade para negociar sua produção com qualquer marreteiro, desde que este se disponibilize a pagar um preço melhor, independentemente de ele ter feito a “encomenda” ou não.

Entretanto, não se deve esquecer de que nos interstícios deste ambiente reproduzem-se ainda determinadas relações, cujos princípios escapam inteiramente à livre concorrência. São relações em que o “dono” do açazal negocia toda sua produção de frutos com um só marreteiro, que lhe adiantou algum dinheiro ou que lhe serviu de fiador na compra de algum objeto. Nestes casos, a comercialização do açaí não se desenvolve com base na concorrência, mas na exclusividade econômica, o que, evidentemente, reduz o ganho dos agentes endividados e eleva o lucro do marreteiro que usufrui de tal condição, pois os preços não são determinados na concorrência.

Cabe ressaltar, entretanto, que este tipo de relação não é comum àqueles marreteiros que geralmente atuam na beirada. São peculiares a um grande “barqueiro” (que também é um “grande proprietário”) e a alguns “pequenos” e “médios proprietários”. Por isto não são muito visíveis e nem tão disseminadas, mas nem por isto devem ser ignoradas, pois evidenciam ainda hoje a persistência de determinadas “continuidades” peculiares, sobretudo, à época em que a comercialização do açaí desenvolvia-se com base no exclusivismo econômico.

Em face do exposto, constata-se que o extrativismo do açaí no médio Pracuúba, atualmente, é uma atividade desenvolvida, cada vez mais, por “proprietários” autônomos, o

que não significa a completa extinção das relações de subordinação. No âmbito das relações entre os extratores e os “proprietários”, prevalece a exploração e a coação da força de trabalho, ainda que relações de ajuda mútua e reciprocidade persistam no manejo. E na esfera das interações homem/natureza, esta atividade mostra-se sustentável, pois decorre de um “olhar” ecológico da população ribeirinha sobre os açazais e está articulada com outras práticas voltadas ao aproveitamento de outros recursos da flora e da fauna local.

Todavia, é importante evidenciar que o crescente interesse de agentes empresariais capitalizados sobre a comercialização de derivados do açaí acena com o aprofundamento das mudanças na economia desse produto. Em certa sentido, isto já vem se manifestando em Muaná, município vizinho de São Sebastião da Boa Vista. Ali, uma indústria voltada à produção de polpa de açaí, a Muaná Alimentos LTDA, vem ampliando sua atuação desde 1998. Com escritório em São Paulo, esta indústria, que tem como sócio minoritário (49%) o Fundo Terra Capital, organização internacional que destina verbas a projetos ecologicamente corretos, vem interferindo na organização espacial das comunidades ribeirinhas, na medida em que já adquiriu sete áreas para a produção de açaí e palmito, todas em Muaná, e mais uma em Anajás, município próximo (BRABO, D., 2002).

Este caso mostra que a atuação desse tipo de agente tende a intensificar as mudanças na produção extrativa de açaí nas áreas ribeirinhas, pois ao se apropriarem de grandes extensões de terra criam condições para subjugar a mão-de-obra extratora inevitavelmente. No caso da indústria em apreço, segundo o autor mencionado, isto já vem se verificando, visto que nas suas áreas, os extratores, além de trabalharem sem nenhum vínculo empregatício, são compelidos a entregar a produção extrativa a um preço bem inferior ao do mercado. Nesse sentido, a intensificação da atuação desses agentes capitalizados representa uma grande ameaça principalmente à autonomia que os produtores extrativistas possuem no âmbito da economia do açaí, como se viu no médio Rio Pracuúba.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R. E. **Julgados da Terra**: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na Ilha de Colares, Pará. Belém: EDUFPA, 2004.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. M. R. **Negros do Trombetas**: guardiões das matas e rios. 2 ed. Belém: CEJUP; UFPA, 1998. Ilustrado.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: HUCITEC; ANPOCS; UNICAMP, 1992.
- ALEGRETTI, M. H. La región amazónica y las actividades extrativas. In: CLÜSENER-GODTT, Miguel; SACHA, Inacy (Eds). **Extractivismo em la amazonia brasileña: perspectivas sobre el desarrollo regional**. Paris: Compendio MAB 18-UNESCO, 1994. p. 14-34.
- ANDERSON, S. D. Engenhos na Várzea: uma análise de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. de. **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 101-121.
- ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 25, p. 82-98, 1994.
- ARZENI, S.; JARDIM, M. A. G. Estratégias de sobrevivência em comunidades agroextrativistas de estuário amazônico. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí**: Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 253-266.
- AMIN, M. M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Pará. In: XIMENES, Tereza (org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável** (uma contribuição para a Amazônia 21). Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Associação de Universidades da Amazônia, 1997. p. 177-209.
- AMORIM, M. J. P. **Etnografia do Cunvidado**: trabalho e lazer de grupos familiares em Tomásia, Cametá (PA). Belém, 2000. 118f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento-PLADES-NAEA)-Universidade Federal do Pará, 1994.
- ARAÚJO, O. J. B de; ARAÚJO, R. da C.; BORGES, M. da s. Ação conjugada de agentes erosivos acelera mudanças na paisagem da cidade de Chaves, costa norte da Ilha de Marajó. **Revista do IESAM**, Belém, v. 1, n° 2, p. 165-179, 2003.
- BAHRI, S. Do extrativismo aos sistemas agroflorestais. In: EMPERAIRE, L. (Org.) **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia central. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. p. 167-176.
- BALLÉ, W. Indigenous transformation of Amazonian forests. *L' HOMME*, n° 33, 1993. p. 231-254.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Editora Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BENCHIMOL, S. Amazônia Interior: apologia e holocausto. In: COSTA, J. M. M. da (Coord.). **Amazônia**: desenvolvimento ou retrocesso. Belém: CEJUP, 1992. p. 231-263.

BESKOW, P. R. **O Arrendamento Capitalista na Agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

BRABO, D. B. **Agroindústria e extrativismo no estuário amazônico**: contribuições acerca da extração do açaí em Muaná, Arquipélago de Marajó. Belém, 2002. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e bacharelado em Geografia)-Universidade Federal do Pará, 2002.

BRABO, M. J. C. **Os roceiros de Muaná**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979. Ilustrado. (Publ. Avulsas, 32).

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Decreto-lei/Del9760.htm#art128>>. Acesso em: 26 maio de 2005.

BRASIL, M. C. **Marajó**: em busca da sobrevivência. Manaus: [s.n.], 1999.

CALZAVARA, B. B. G. As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico. **Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará**, Belém, nº 5, p. 1-103, 1972.

CÂMARA, E. P. L.; MCGRATH, D. G. A viabilidade da reserva de lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 11, nº 1, p. 87-132, 1995.

CASTRO, E. M. R. Tradição e modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. **Paper do NAEA**, nº 97, Belém, 1998.

CAVALCANTE, P. C. **Frutas comestíveis da Amazônia**. 5ª ed. Belém: CEJUP, 1991.

CRUZ, M. E. M. da. **Marajó**: essa imensidão de ilha. São Paulo: M.E.M. Cruz, 1987.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá-Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2002.

GUIMARÃES, L. A. C. **O açaí “parou” o carioca?** Estudo qualitativo do consumo da polpa de açaí na cidade do Rio de Janeiro. Paper do NAEA, nº 90, Belém, 1998.

GENTIL, J. M. L. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém – Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, nº 2, p. 118-199, 1988.

GOMES, M. G. **Mulheres Oleiras**: da agricultura às olarias - um balanço da produção familiar de cerâmica do município de São Sebastião da Boa Vista nos anos 90. Breves, 1995. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e bacharelado em História)-Universidade Federal do Pará, 1995.

GROSSMANN, M. et al. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açais no estuário amazônico e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. **Açaí**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123-134.

HOMMA, A. K. O. A (in)racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. In: COSTA, J. M. M. da (Coord.). **Amazônia**: desenvolvimento ou retrocesso. Belém: CEJUP, 1992. p. 163-207.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. E. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. p. 41-73. (volume I).

IBGE, Departamento de Agropecuária. Produção da extração vegetal e da silvicultura. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-2001.

PARÁ, INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ. Estudos integrados da ilha de Marajó, Belém, 1974.

JARDIM, M. A. G. A Cadeia Produtiva do Açaizeiro para Frutos e Palmito: implicações ecológicas e socioeconômicas no Estado do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 18, nº 2, p. 287-305, 2002.

JARDIM, M. A. G. **Morfologia e ecologia do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) e das etnovarietades espada e branco em ambiente de várzea do estuário amazônico**. Belém, 2000. 119f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas)-Universidade Federal do Pará, 2000.

JUNK, W. J. As águas de região amazônica. In: SALATI, Enéas et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 45-100.

LEITE, M. V. C.; COELHO, M. C. N. Mudanças Socioespaciais na Marajó: uma análise dos impactos da possível construção de uma hidrovia. In: SIMÕES, M. do S. (org.). **Marajó**: um arquipélago sob a ótica da cultura e da biodiversidade. Belém: UFPA, 2002. p. 349-357.

LIMA, D. de M. **A Economia doméstica na várzea de Mimirauá**. São Paulo, [s.n], 2002.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M. **Várzeas da Amazônia Brasileira**: principais características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 1994.

- LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. da. **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2001.
- LIRA, M. O Açaí Ganha o Mundo – “viagra da Amazônia” também é produto de exportação. **Revista Contexto**, Belém, ano III, nº 50, p. 5-6, julho de 2003.
- LOPES, M. L. B. **Mercado e distribuição dos retornos sociais do manejo do açaí para produção de fruto**. Belém, 2001. 73f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade da Amazônia, 2001.
- MCGRATH, D. Parceiros no Crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia Tradicional. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 2, nº 2, p. 57-72, 1999.
- MARQUES, N. A. C. Reflexão sobre Economia Doméstica: origens e caminhos. **OIKOS**, Minas Gerais, nº 1. v. 8, p. 46-63, 1993.
- MARTINS, F.; OLIVEIRA, S. **Manejo de açazal**. Belém: BOLSA AMAZÔNIA/POEMAR, 2001.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, vol. I.
- MAUÉS, M. A. M. **“Trabalhadeiras” e “Camaradas”**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciência Humanas/UFPA, 1993.
- MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, HUCITEC-ABRASCO, 1992.
- MOURÃO, L. Açazeiro: açaí e palmito no estuário amazônico. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí**: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 181-204.
- MOURÃO, L. **Do Açaí ao Palmito**: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém, 1999. 355f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)-NAEA/UFPA/PDTU, 1999.
- MURRIETA, R. S. et al. Estratégias de subsistências de uma população ribeirinha do rio Marajó-açu, Ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 5, nº 2, p. 147-163, 1989.
- NASCIMENTO, M. J. C. Açaí, a fotossíntese do lucro. **Paper do NAEA**, nº 149, Belém, 2000.
- NASCIMENTO, M. J. C. **Frutos de açaí e mercado informal**. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

NASCIMENTO, M. J. C. **Palmito e Açaí**: organização empresarial e processo produtivo. Tomo I. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará/World Wildlife Fund-W.W.F., 1993.

NERY, F. de A. S. **Estudo da precipitação da Ilha de Marajó**. Belém, 1990. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Meteorologia)-Universidade Federal do Pará, 1990.

NETO, J. S. **Reconceituação do Extrativismo na Amazônia**: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco. Belém, 1997. 215f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)-NAEA/UFPA/PLADES, 1997.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 51-66.

NOGUEIRA, O. L. **Regeneração, manejo e exploração de açais nativos de várzea do estuário amazônico**. Belém, 1997. 149f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas)-Universidade Federal do Pará, 1997.

NUGENT, S. Combú an Forest management. In: _____. **A Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy**. Providence: Berg, 1993. p. 246-251.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira Amazônia no século XIX. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. V. 11. p. 101-140, 1979.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, nº 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, M. do S. P. de. **Açaí** (*Euterpe oleracea* Mart.). Jaboticabal: Funep, 2000

OLIVEIRA, M. do S. P. et al. **Cultivo do açaizeiro para produção de frutos**. Belém: Embrapa – CPATU, 2002.

PARÁ, SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Plano anual de trabalho do ano de 1984.

PEREIRA, N. **Ilha de Marajó**: estudo econômico-social. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956. (Série Estudos Brasileiros).

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha no Brasil. São Paulo: HUCITEC: Conselho regional de Economia, 1984.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Poema Tropic**, Belém, nº 4, p. 34-37, jul./dez., 1999.

RODRIGUES, R. M. **A fauna Amazônica**. Belém: CEJUP, 1992.

ROGEZ, H. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.

SANTOS, A. M. de S. Aritapera: uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica (Santarém-PA). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, nº 83, p. 1-55, 1982.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, R. A. de O. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. QUEIROS, 1980.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Série Antropologia, Rio de Janeiro, nº 52, p. 1-27, 1985.

SIMONIAN, L. T. L. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açaizais no Vale do Rio Maracá, AP. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 233-254.

SIMONIAN, L. T. L. Reflexiones sobre la familia em la fronteira amazônica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. In : TOVAR-ROJAS, P. (org.). **Família, genero y antropología: desafios y transformaciones**. Bogotá: CANH, 2003. p. 396-443.

SIMONIAN, L. T. L. Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual e perspectivas? In: CASTRO, E. (Org.) **Amazônia XXI: agenda e estratégias de sustentabilidade**. Belém: NAEA-UFPA, 2001, forthcoming.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres seringueiras na Amazônia: uma vida de trabalho silenciado. In: ALVARES, M; D'INCÃO, M. (ORG.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM-GOELDI, 1995. p. 97-115.

SIMONIAN, L. T. L.; NASCIMENTO, Jucirene M. **Açaí reconquista mulheres na Amazônia. Paper do NAEA**, nº 171, Belém, 2004.

SIQUEIRA, A. D. et al. Estratégias de subsistência da população ribeirinha do igarapé Paricatuba, Ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, v. 9, nº 2, p. 153-170, 1993.

SOARES, B.; PINTO, A. **Açaí: a marca registrada do Pará. Revista Ver-o-Pará**, Belém, ano XIII, nº 29, p. 10-19, mar/abr. 2005.

TEIXEIRA, J. F. **O arquipélago de Marajó**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

TEIXEIRA, C. C. T. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal** (estudo sobre a produção extrativa na Amazônia). São Paulo, 1980. 287f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, 1980.

TSUCHIYA, A; HIRAOKA, M; SILVA, C. R. da. Characterization and utilization of várzea and terra firme forests in the amazon estuary. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Botânica, Belém, v. 13, nº 2, p. 171-189, 1997.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paula: HUCITEC/ EDUSP, 1993.

WOLFF, C. **Mulheres da floresta**: uma história alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: HUCITEC, 1999.